



Economia de baixo carbono. Desafios e oportunidades

Ricardo Abramovay:

Economia de baixo carbono: o desafio brasileiro

José Eli da Veiga

Brasil na rota da economia de baixo carbono

Antonio Corrêa de Lacerda

Brasil precisa de investimento para crescer

E mais:

>> Danilo Streck:

Pedagogia para a autonomia
dos povos latino-americanos

>> Memória:

Fernando Bastos de Ávila e
Beatriz Franzen

Economia de baixo carbono

A economia brasileira ante os desafios e as oportunidades que emergem da transição da era fóssil para a economia de baixo carbono é o tema em debate da IHU On-Line desta semana.

Contribuem nesta discussão, **José Eli da Veiga**, economista e professor na USP, **Ricardo Abramovay**, economista e coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental - NESSA, da USP; **Mariano Laplane**, economista e professor na Unicamp; **Antonio Corrêa de Lacerda**, economista e professor na PUC-SP; **André Moreira Cunha**, economista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **William Vella Nozaki**, sociólogo, pesquisador do PNPd-IPEA; **Fernando Sarti**, economista e professor na Unicamp; e **Gabriel Rossini**, professor do Departamento de Economia da PUC-SP e do CCSA-Mackenzie.

Completam esta edição uma entrevista com **Bianca Kölling Turano**, ativista pelos direitos dos animais e colaboradora do Instituto Ipanema - Instituto em Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente, sobre o vegetarianismo e o direito animal.

A teóloga norte-americana **Lisa Sowle Cahill**, professora do Boston College, reflete sobre a tarefa da ética na sociedade moderna.

Em função do falecimento da professora Dra. **Beatriz Vasconcelos Franzen**, uma das fundadoras do curso de História e promotoras da criação, em 1987, do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, publicamos alguns depoimentos de pessoas que conviveram com ela.

Antônio de Abreu, superior no CIAS-Ibrades, e o jornalista **Luiz Paulo Horta** relembram o legado do padre Fernando Bastos de Ávila, falecido no último dia 06-11-2010.

A guerra eleitoral das mídias é o título do artigo de **Bruno Lima Rocha**.

E **Danilo Streck** aborda o livro *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*, que será apresentado no próximo dia 30-11-2010, durante o evento Sala de Leitura promovido pelo IHU.

A todos e todas uma boa semana e uma ótima leitura.

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da Revista IHU On-Line: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br), Rafaela Kley, Cássio de Almeida e Stefanie Telles. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no site www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Ricardo Abramovay: Economia de baixo carbono: o desafio brasileiro

PÁGINA 08 | Mariano Laplane: Novos desafios para a economia brasileira

PÁGINA 11 | José Eli da Veiga: Brasil na rota da economia de baixo carbono

PÁGINA 16 | Antônio Corrêa de Lacerda: Brasil precisa de investimento para crescer

PÁGINA 20 | André Cunha: A retomada do desenvolvimentismo

PÁGINA 23 | William Vella Nozaki: Expectativas para o desenvolvimento brasileiro

PÁGINA 26 | Fernando Sarti: Desenvolvimento social, mas com crescimento

PÁGINA 29 | Gabriel Rossini: Uma distribuição de renda sem confronto

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 33 | Bianca Kölling Turano: Por uma ecologia profunda e revolucionária

» Teologia Pública

PÁGINA 36 | Lisa Sowle Cahill: O anúncio do Reino de Deus e a ética. Ratzinger e Jon Sobrino, duas visões

» Memória

PÁGINA 39 | Antônio de Abreu: Padre Ávila: um intelectual orgânico da Igreja caminheira

PÁGINA 41 | Luiz Paulo Horta: Padre Ávila: ponte entre a mensagem da Igreja e a realidade social

PÁGINA 43 | Beatriz Franzen: Depoimentos

» Coluna do Cepos

PÁGINA 46 | Bruno Lima Rocha: A guerra eleitoral das mídias

» Destaques On-Line

PÁGINA 48 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 52 | Danilo Streck: Pedagogia para a autonomia dos povos latino-americanos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Economia de baixo carbono: o desafio brasileiro

“A transição para uma economia de baixo carbono é capaz de compatibilizar seu crescimento com a preservação dos serviços ecossistêmicos básicos”, constata o economista Ricardo Abramovay

POR PATRICIA FACHIN

“O país tem hoje uma situação privilegiada”, aponta Ricardo Abramovay. Segundo ele, este privilégio “exprime-se no fato de que a transição para uma economia de baixo carbono é capaz de compatibilizar seu crescimento com a preservação dos serviços ecossistêmicos básicos”. Para que o Brasil seja um exemplo internacional na relação entre economia e ecossistemas, alguns elementos básicos devem ser cumpridos. “É preciso que a inovação industrial, da mesma forma que está ocorrendo na União Europeia, no Japão, na China e nos EUA, tenha por vetor fundamental a preocupação em reduzir ao mínimo o uso de materiais e energia por unidade de produto. Isso exige rastreamento mais aprofundado não só das emissões de gases de efeito estufa, mas dos impactos da produção material sobre a biodiversidade e, de maneira geral, sobre os materiais consumidos pela indústria. Além da chamada pegada de carbono, é fundamental rastrear a pegada de água e de todos os materiais usados na produção”. De acordo com Abramovay, outro elemento importante refere-se ao padrão de consumo atual. “Os padrões de consumo atuais, tão concentrados em produtos alimentares de má qualidade, num padrão de mobilidade urbana insustentável e em formas de moradia apoiadas em imenso desperdício, devem ser discutidos e modificados”.

Na entrevista que segue, concedida por e-mail à IHU On-Line, o economista enfatiza que o “Brasil pode continuar desempenhando papel de destaque na oferta de commodities, ao mesmo tempo em que transita para uma economia de baixo carbono e baseada no conhecimento (e não na destruição) da natureza”.

No que se refere aos investimentos a partir das reservas de pré-sal, Abramovay é enfático: “O importante é que, ao menos, parte dos recursos do pré-sal seja dirigida para acelerar a transição do Brasil para uma economia de baixo carbono, de maneira que os usuários dos resultados da exploração do pré-sal respondam pelo pagamento dos direitos de emissão ligados a seu uso. É fundamental que se ampliem os investimentos em ciência e tecnologia ligadas ao conhecimento dos mais importantes biomas do país, para que o uso sustentável da biodiversidade”.

Ricardo Abramovay é mestre em Ciências Políticas, pela Universidade de São Paulo - USP, doutor em Ciências Econômicas, pela Universidade de Campinas - Unicamp, e possui ainda cinco pós-doutorados, entre eles citamos o curso concluído na École des Hautes Études em Sciences Sociales. Coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental - NESSA, ele faz parte do Programa de pesquisa Dinâmicas Territoriais Rurais do Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural - Rimisp, do Chile e do International Development Research Center - IDRC, do Canadá. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como a política econômica brasileira deve ser repensada a partir da questão ambiental?

Ricardo Abramovay - O país tem hoje uma situação privilegiada que ele pode usar de forma inteligente ou desperdiçar. Este privilégio exprime-se no fato de que a transição para uma economia

de baixo carbono, capaz de compatibilizar seu crescimento com a preservação dos serviços ecossistêmicos básicos, pode ser levada adiante de forma muito menos traumática que na maior parte dos países com a importância econômica do Brasil. A matriz energética brasileira é dependente de combustíveis fósseis em pouco mais de 50%

(embora a presença das termelétricas esteja aumentando de forma preocupante). A média mundial é superior a 85% e a dos países mais ricos do planeta ultrapassa 90%. A redução no desmatamento da Amazônia aumenta a probabilidade de que os compromissos internacionais quanto à emissão de gases de efeito estufa sejam cumpridos.

O fundamental, então, é que estas vantagens sejam utilizadas para fazer da sociedade brasileira um exemplo internacional na relação entre economia e ecossistemas. Isso se traduz por três elementos básicos. Em primeiro lugar, é preciso que, da mesma forma que está ocorrendo na União Europeia, no Japão, na China e nos EUA, a inovação industrial tenha por vetor fundamental a preocupação em reduzir ao mínimo o uso de materiais e energia por unidade de produto. Isso exige rastreamento mais aprofundado não só das emissões de gases de efeito estufa, mas dos impactos da produção material sobre a biodiversidade e, de maneira geral, sobre os materiais consumidos pela indústria. Além da chamada pegada de carbono, é fundamental rastrear a pegada de água e de todos os materiais usados na produção.

O segundo elemento refere-se à Amazônia: não é possível que ela continue sendo encarada estrategicamente como o local de onde se extraem minérios, onde se produz energia e como o paraíso das commodities. É verdade que melhoram, nos últimos anos, as condições de exploração de energia, minérios e commodities. Mas ainda estamos a anos-luz da recomendação de Bertha Becker e Carlos Nobre, no documento de 2008 da Academia Brasileira de Ciências de construir uma economia baseada no conhecimento da natureza, no uso sustentável da floresta em pé. Estamos assim desperdiçando uma riqueza nacional fantástica e, mais que isso, a oportunidade de desenvolver um padrão de uso dos recursos produtivos que pode ser exemplar em termos internacionais.

O terceiro elemento refere-se ao próprio padrão de consumo atual. A contrapartida da redução da pobreza e da desigualdade é que deixa ainda mais patente a insustentabilidade do padrão de consumo que marca a sociedade brasileira. Quem mora em São Paulo percebe que a aspiração e o verdadeiro culto à propriedade de um automóvel individual, sua transformação não numa utilidade, mas num valor é apenas um exemplo de que aumento da renda não conduz necessariamente a aumento do bem-estar. Isso não significa que a renda dos mais pobres

“Se a ideia é realmente zerar a miséria absoluta, um caminho importante é a formação de equipes de agentes de desenvolvimento capacitados a dialogar com estas famílias e, sobretudo, a lhes abrir contatos e oportunidades que permitam recuperar sua autoestima e ampliar o horizonte social em que vivem”

deva parar de crescer, é claro. Significa que os padrões de consumo atuais tão concentrados em produtos alimentares de má qualidade, num padrão de mobilidade urbana insustentável e em formas de moradia apoiadas em imenso desperdício, devem ser discutidos e modificados. O Plano Brasileiro de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS¹, atualmente em consulta pública, é um avanço importante nesta direção.

IHU On-Line - A presidente eleita, Dilma Rousseff, prometeu erradicar a miséria e reduzir a pobreza a apenas 4% da população até 2014. Quais os desafios nesse sentido? O Brasil tem condições de continuar reduzindo a pobreza, considerando o atual modelo de desenvolvimento econômico?

Ricardo Abramovay - Há duas dimensões importantes nesta pergunta. A primeira é que o sucesso em cada passo adicional na luta contra a pobreza é mais difícil que o passo anterior. Os que se encontram em situação de miséria

absoluta, muitas vezes, são indivíduos e famílias - na maior parte dos casos famílias monoparentais, dirigidas por mulheres e, com frequência, por mulheres relativamente idosas - distantes de redes básicas de solidariedade capazes de suprir suas necessidades em momentos mais críticos e de abrir horizontes de mudança de vida em termos de emprego ou oportunidade de geração de renda. Se a ideia é realmente zerar a miséria absoluta, um caminho importante é a formação de equipes de agentes de desenvolvimento capacitados a dialogar com estas famílias e, sobretudo, a lhes abrir contatos e oportunidades que permitam recuperar sua autoestima e ampliar o horizonte social em que vivem. Os custos de formação de uma rede de agentes de desenvolvimento seriam certamente compensados pela redução na demanda por atendimento de urgência por parte destas famílias.

A segunda dimensão fundamental está na necessidade de se avançar muito mais na luta contra a desigualdade. Isso não depende estritamente de política econômica e sim de decisões que se referem à disponibilidade de assistência de qualidade às crianças desde a primeira infância e à qualidade do ensino público. Mais que de renda, o Brasil é um país em que ainda há uma profunda desigualdade de expectativas entre os filhos dos ricos e os que vêm de famílias pobres. O passo mais importante para extirpar a miséria absoluta é criar uma sólida rede de proteção à infância e uma política consistente de aumento na qualidade do ensino público e que permita que todos tenham a aspiração de cursar as melhores universidades e ingressar nos melhores postos do mercado de trabalho. Não se pode deixar de mencionar também as diferenças brutais na qualidade dos serviços de saúde de que desfrutam ricos e pobres no Brasil. Isso é um elemento que não apenas desperdiça vidas, mas que corrói o sentimento mínimo de solidariedade que deve marcar uma sociedade democrática.

IHU On-Line - A estratégia de manter o Brasil como o celeiro do mundo está na contramão da terceira revolução

¹ Para maiores detalhes, consulte <http://mi-gre.me/2pabE>. (Nota da IHU On-Line)

industrial, baseada na baixa emissão de carbono?

Ricardo Abramovay - O Brasil pode continuar desempenhando papel de destaque na oferta de commodities, ao mesmo tempo em que transita para uma economia de baixo carbono e baseada no conhecimento (e não na destruição) da natureza. Os segmentos mais esclarecidos do agronegócio já se deram conta disso e não é por outra razão que as mesas redondas da soja, dos biocombustíveis e da pecuária avançaram tanto. A produção brasileira de commodities sairá fortalecida de uma decisão em que os próprios empresários endossem uma política de desmatamento zero em todos os biomas do país e não só na Amazônia. Não é possível imaginar que seja necessário persistir no desmatamento da caatinga como base para a produção de gesso ou de ferro gusa. O desmatamento é a expressão do capitalismo brasileiro da primeira metade do século XX, que, entretanto, ainda tem uma força extraordinária. Um dos grandes desafios dos próximos anos é o fortalecimento de coalizões empresariais que façam da preservação dos serviços ecossistêmicos básicos uma das fontes fundamentais de inovação tecnológica e de ganhos econômicos. Mas, para isso, é fundamental sinalizar que aumento da produtividade e produção de qualidade não combinam com devastação.

IHU On-Line - Qual deve ser a posição do Brasil, a partir da descoberta de reservas do pré-sal, diante da questão energética e ambiental?

Ricardo Abramovay - O ponto de partida para esta resposta é a constatação da extraordinária eficiência energética do petróleo. Thomas Homer-Dixon e Nick Garrison, em *Carbon Shift - How the Twin Crisis of Oil Depletion and Climate Change Will Define the Future* (Random House: Canadá, 2009) não hesitam em afirmar que a população mundial quadruplicou no último século graças ao petróleo. “Convertemos petróleo em comida e comida em bilhões de pessoas”, dizem eles. Três colheres de petróleo cru contêm tanta energia quanto oito horas de trabalho humano. No último século a quantidade de energia por hectare nas terras agrícola-

“Nada indica, por enquanto, que as energias alternativas poderão substituir o petróleo como fonte de crescimento para a economia mundial”

las aumentou cerca de oitenta vezes. É óbvio que há inúmeras consequências negativas no uso do petróleo, que vão da poluição e das emissões de gases de efeito estufa até o próprio poder das companhias petrolíferas. Mas a verdade é que se trata de uma fonte de energia com eficiência impressionante e da qual a humanidade vai continuar dependente ao menos durante todo o século XXI.

Só que com o próprio esgotamento do petróleo a eficiência econômica na extração vai sendo reduzida: em 1930 o retorno energético do investimento em petróleo era de um para 100. Ou seja, cada unidade de energia gasta para extrair petróleo traduzia-se em cem unidades de energia obtidas. Hoje, a proporção caiu de um para 17, a profundidade média da extração subiu de 1000 para 2000 metros e o tamanho médio de um novo campo diminuiu de 20 milhões para um milhão de barris. Estes custos vão aumentar ainda mais como decorrência do acidente de Macondo, o poço da BP que explodiu no Golfo do México². Em reportagem recente no Valor Econômico (17-11-2010), Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, afirma que a indústria de petróleo tem deficiências no sistema de segurança da exploração em águas profundas. Corrigir estas deficiências significa aumentar os custos da exploração.

A este inevitável aumento no preço do petróleo acrescenta-se, é claro, a necessária cobrança pelas consequências destrutivas das emissões de gases

² Confira a cobertura completa sobre o episódio do acidente da British Petroleum nas *Notícias do Dia* do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, www.unisinos.br. (Nota da IHU On-Line)

de efeito. Ainda mais se forem levados em conta os trabalhos do mais importante especialista da NASA no assunto, James Hansen, de que não basta estancar as emissões, é necessário reduzir o nível de concentração de gases de efeito estufa na atmosfera se quisermos legar a nossos filhos ecossistemas mais ou menos próximos ao que conhecemos.

O resultado é que o petróleo ficará mais caro em função de sua escassez, de seus crescentes custos de exploração e dos riscos a que esta exploração se associa. Além disso, o uso do petróleo deverá ser taxado por seus impactos negativos sobre a biosfera. Claro que haverá um imenso esforço de captação de carbono, mas isso só vai contribuir para encarecer as emissões, já que não se sequestra carbono gratuitamente.

O grande problema é que, apesar de tudo isso, nada indica, por enquanto, que as energias alternativas poderão substituir o petróleo como fonte de crescimento para a economia mundial. Uma conclusão possível desta constatação é que este crescimento terá que ser contido, sobretudo para os países mais ricos do planeta cujas necessidades básicas já foram atingidas e que já possuem a infraestrutura necessária a uma vida social digna. O que chama a atenção é que a ideia de que deve haver limites ao crescimento econômico, repudiada como quase folclórica no início da década passada, ganha um prestígio crescente nos círculos de negócios e entre alguns dos mais importantes economistas contemporâneos.

IHU On-Line - O petróleo do pré-sal pode financiar a transição do Brasil para uma economia com menor emissão de carbono? Como?

Ricardo Abramovay - Mesmo que do ponto de vista internacional o desafio estratégico esteja na redução das emissões de gases de efeito estufa, seria insensato não organizar a exploração do pré-sal, tendo em vista o inevitável aumento da demanda mundial por petróleo. O importante é que parte significativa dos recursos do pré-sal seja dirigida para acelerar a transição do Brasil para uma economia de baixo carbono, de maneira que os

usuários dos resultados da exploração do pré-sal respondam pelo pagamento dos direitos de emissão ligados a seu uso. É fundamental que se ampliem os investimentos em ciência e tecnologia ligadas ao conhecimento dos mais importantes biomas do país, para que o uso sustentável da biodiversidade, a economia da floresta em pé, a economia do conhecimento da natureza, possa ganhar escala e influir sobre o próprio padrão de crescimento da economia brasileira.

IHU On-Line - Que heranças o governo Lula deixa para a nova presidente?

Ricardo Abramovay - A contribuição mais importante do governo Lula é de natureza institucional e se exprime em três realizações decisivas. A primeira refere-se à independência da Polícia Federal. É uma instituição respeitada e que leva adiante suas investigações de forma totalmente legal e profissional. O resultado é um avanço inédito na luta contra a corrupção em todos os níveis e por todo o país. Ali, onde há eventuais abusos de autoridade, o país dispõe de mecanismos claros para coibir. A segunda refere-se ao Ministério Público: era uma organização meio folclórica e radicaloide e hoje tornou-se uma instituição coesa que atua em áreas que vão da corrupção ao meio ambiente, atraindo para si alguns dos melhores jovens talentos. O terceiro elemento importante refere-se ao próprio funcionalismo. O aumento na quantidade de gestores públicos melhorou de forma impressionante a qualidade da máquina estatal. Dizer que nos últimos anos ampliaram-se os gastos com pessoal é um equívoco, pois não é esta a origem dos problemas do financiamento do Estado brasileiro e não leva em conta que gestores bem formados e bem pagos fortalecem justamente o caráter republicano do Estado. Quando se acrescentam a estes elementos institucionais o avanço na luta contra a pobreza e a desigualdade o resultado é que o país está em condições excepcionalmente favoráveis para enfrentar seu mais importante desafio econômico: mudar a qualidade de seu crescimento como base para aprofundar a luta contra a pobreza e a desigualdade.

Novos desafios para a economia brasileira

O atual modelo de desenvolvimento propiciou ao Brasil o resgate de uma parte da dívida que o velho modelo de desenvolvimento não resolveu, constata o economista Mariano Laplane

POR PATRICIA FACHIN

Financiamento e gasto público continuam sendo os principais obstáculos para a retomada do desenvolvimento brasileiro, assinala o economista argentino, radicado no Brasil há 30 anos. Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, ele menciona que o país se defronta novamente com oportunidades já conhecidas na história brasileira e para continuar crescendo deve combinar exportação de commodities e industrialização de forma adequada. “A partir de 2004, a demanda mundial por matérias-primas exportadas pelo Brasil cresceu tanto que foi possível ao Banco Central acumular praticamente, em cinco anos, 200 bilhões de dólares em reservas. Atualmente, o país tem 270 bilhões de dólares”. Apesar da acumulação de reservas, esse modelo de desenvolvimento gera desafios a respeito da questão ambiental. “Faz uma enorme diferença, do ponto de vista ambiental, a maneira como os recursos naturais são explorados, ou seja, qual é o custo climático, energético desse processo”, menciona o economista.

Laplane enfatiza que o investimento em industrialização é essencial para que o crescimento se perpetue. “Agora que o país tem oferta de demanda - o que faltou nas duas décadas perdidas -, precisa aproveitar isso para retomar o caminho da industrialização”.

Segundo o economista, o mundo passa por uma profunda transformação porque o “planeta não comportará o estilo de vida atual e a economia em colapso não oferece sustentação a esse estilo de vida”. Nessa perspectiva, aponta, o Brasil pode desempenhar um papel pioneiro e dar um salto tecnológico. “Neste momento, é preciso que o Brasil dê um salto porque o mundo não ficará paralisado e já está se movendo em direção a uma nova fronteira tecnológica, que tem a ver com a questão do baixo carbono associado à questão das mudanças climáticas”.

Mariano Laplane possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Hebraica de Jerusalém e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde leciona. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os desafios para o Brasil continuar retomando o crescimento com desenvolvimento social?

Mariano Laplane - Diria que, primeiramente, temos de entender em que estágio o Brasil se encontra hoje, quais os obstáculos que nos impedem de aprofundar o nosso desenvol-

vimento e quais as alternativas que temos para dar continuidade a esse projeto.

Estágio de desenvolvimento

O Brasil é um país que teve, na segunda metade do século XX, um avanço notável no desenvolvimento:

se transformou em um país urbano, industrializado, constituiu o mercado interno e uma base produtiva bastante diversificada, com relativo sucesso em contornar problemas que alguns países encontraram, principalmente, no que se refere à energia. A industrialização só pode ir adiante com uma capacidade de geração e distribuição de energia. Os investimentos feitos no aproveitamento de energia hidrelétrica e, mais à frente, quando estourou a crise do petróleo e foi feito um esforço para desenvolver tecnologias de bicombustíveis que ajudaram a contornar esse problema, foram positivos. Entretanto, esse processo bem sucedido esbarrou na crise da dívida porque esse modelo de desenvolvimento tinha deficiências como a excessiva dependência no financiamento externo. Então, a crise da dívida, que atingiu o país nos anos 1980, provocou o colapso do processo de desenvolvimento. Nas últimas décadas do século XX, o país teve baixíssimo crescimento apesar da abertura da economia e das expectativas depositadas nos anos 1990.

Além da dependência externa, o projeto de desenvolvimento tinha outra fragilidade: ele foi feito de uma maneira que não conseguia diminuir a desigualdade e reduzir a pobreza. Não foi feito um processo de urbanização planejado e as pessoas foram encontrando maneiras precárias de sobreviver nas periferias das cidades.

Hoje, estamos em um estágio de desenvolvimento que se estancou há 30 anos e que deixou uma série de heranças e fragilidades que tentamos superar.

Obstáculos ao desenvolvimento

Por que demoramos mais de duas décadas para retomar o desenvolvimento? Porque nenhuma das reformas feitas nesse período (abertura da economia, privatizações, etc.) atingiu o coração do problema que nos impedia retomar o desenvolvimento: o financiamento e o gasto do setor público. O custo da crise da dívida foi a transferência do setor público para o setor privado de uma enorme massa de recursos. O setor privado tornou-se cada vez mais rico e o setor público, mais frágil do ponto de vista financeiro e da capacidade de gastar de

“As oportunidades têm custos e nesse caso é preciso avaliar a relação custo/benefício”

modo a ajudar o desenvolvimento. Assim, o setor público não conseguiu mais desempenhar o papel de articulador do desenvolvimento. O Estado se perdeu e a melhor forma de investimento passou a ser o financiamento do gasto público na forma de títulos da dívida de curto prazo, altíssima remuneração e quase infinita liquidez. De modo que, pouco a pouco, os recursos disponíveis para o desenvolvimento produtivo, de tecnologia, infraestrutura, educação foram minguando, enquanto os recursos utilizados no circuito financeiro foram aumentando. O grande combustível do investimento produtivo foi se tornando escasso. Enquanto isso, o circuito de multiplicação dos recursos financeiros se tornou autônomo. Esse é o miolo da questão dos obstáculos do desenvolvimento.

A partir de 2004, a demanda mundial por matérias-primas exportadas pelo Brasil cresceu tanto que foi possível ao Banco Central acumular praticamente, em cinco anos, 200 bilhões de dólares em reservas. Atualmente, o país tem 270 bilhões de dólares.

O grande obstáculo que permanece hoje para a retomada do desenvolvimento é a questão do financiamento e do gasto público. Não é possível que a Selic tenha o valor que tem hoje: 10,75 nominal. Para uma inflação estimada em 4,5, 5%, temos uma taxa real de 6%, enquanto no resto do mundo esta taxa está próxima de zero. Como é possível canalizar recursos para o investimento se o curso para o financiamento tem esse valor? Esse é o principal obstáculo para o desenvolvimento hoje.

Oportunidades

O Brasil se defronta com oportunidades conhecidas como a de promover o crescimento da economia a partir da demanda mundial por commodities. A economia dos países desenvolvidos

como EUA, Europa e Japão é um de-sastre e permanecerá estagnada pelos próximos cinco anos, ou seja, a recuperação deles será vagarosa. Em compensação, o processo de urbanização, feito no Brasil há anos, ocorre hoje em uma escala maior nos países asiáticos como Índia e China. Para eles há uma enorme demanda de commodities alimentares, minerais, insumos industriais, siderúrgicos.

IHU On-Line - Então a exportação de commodities é uma oportunidade para o Brasil? Quais os desafios nesse sentido?

Mariano Laplane - É claro, mas como toda oportunidade, há aspectos positivos e negativos. O aspecto positivo é que a exportação de commodities irá promover um desenvolvimento ainda maior do agronegócio, da mineração, dos serviços de apoio dessas atividades. O Brasil já está constituindo - graças a essa demanda mundial - empresas brasileiras de porte global, diferente do período em que o desenvolvimento era a basicamente voltado para o mercado interno.

As oportunidades têm custos e nesse caso é preciso avaliar a relação custo/benefício. Os desafios que esse modelo de desenvolvimento coloca dizem respeito à questão ambiental, porque faz uma enorme diferença, do ponto de vista ambiental, a maneira como os recursos naturais são explorados, ou seja, qual é o custo climático, energético desse processo. Aproveitar a oportunidade que a demanda mundial oferece para o país sem permitir que isso gere problemas ambientais é o grande desafio para o Brasil.

Outro problema é que esses setores geram relativamente pouco emprego; embora sejam intensivos em capital, tecnologia, equipamentos. Para um país que atingiu o grau de urbanização que o Brasil tem hoje, é preciso desenvolver setores que gerem demanda por emprego qualificado para a população urbana. Isso significa que não podemos depender apenas da alternativa da exportação de commodities. Essa é uma excelente alternativa, mas não é suficiente.

IHU On-Line - Quais são as outras

oportunidades que o senhor havia mencionado? A industrialização é uma delas?

Mariano Laplane - Sim. Há uma segunda alternativa que é retomar o desenvolvimento do mercado interno. Esse processo tem sido retomado nos últimos seis anos a partir da capacidade de consumo das famílias, particularmente daquelas com renda mais baixa. O Brasil tem hoje 25 milhões de consumidores a mais do que tinha 10 anos atrás. Esse tem sido um fator importante para a dinamização do mercado interno.

Industrialização

Assim como a oportunidade das exportações tem prós e contras, esse modelo de crescimento, puxado pelo mercado interno, também apresenta problemas. De qualquer modo, com o modelo de desenvolvimento atual, o Brasil conseguiu resgatar uma parte da dívida que o velho modelo de desenvolvimento não resolveu. Claro que não basta que milhões de famílias consumam produtos. Porém, na medida em que demandas básicas forem atendidas, as pessoas demandarão outros serviços como segurança, saúde, melhores escolas, bens e serviços culturais. Isso é bom; é importante reduzir a desigualdade e os déficits de qualidade de vida. Explorar essa oportunidade fará do Brasil um país mais igualitário, desenvolvido. É uma magnífica oportunidade.

Se não houver uma capacidade doméstica de produzir bens e serviços para atender às novas demandas, teremos um problema, porque as necessidades de uma enorme massa de consumidores serão atendidas pelas importações dos produtos chineses, norte-americanos. Isso não é bom porque não é sustentável. Não podemos desenvolver apenas o consumo, mas também a capacidade de produzir bens e serviços e retomar o processo de industrialização. Agora que o país tem oferta de demanda - o que faltou nas duas décadas perdidas -, precisa aproveitar isso para retomar o caminho da industrialização. Do lado da questão ambiental, esse é outro desafio para o Brasil.

O aumento do consumo só será sustentável se houver geração de emprego. Por isso, o investimento em industrialização e em infraestrutura é essencial

“Temos de pensar como os recursos fiscais do pré-sal serão aplicados. Eles têm de resolver o principal obstáculo para a retomada do desenvolvimento”

para que o crescimento se perpetue.

Não vejo nenhuma razão que nos obrigue a escolher um ou outro modelo. Podemos explorar tanto o mercado interno quanto o externo. O esforço brasileiro deve estar concentrado em combinar as duas oportunidades e explorá-las de forma adequada.

IHU On-Line - De que maneira o Brasil deve utilizar os recursos do pré-sal?

Mariano Laplane - O pré-sal representa uma oportunidade que, até certo ponto, coincide com as oportunidades do setor exportador porque se trata da exploração de recursos naturais. Isso exigirá um enorme investimento de capital e tem efeitos de encadeamento porque gera demanda em outros setores. A exploração também demandará tecnologia e coloca desafios tecnológicos para os quais não existe, no mundo, tecnologia disponível. O Brasil, que já foi pioneiro na exploração do petróleo em águas profundas e desenvolveu tecnologia pioneira, terá de liderar esse processo.

O poder indutor de demanda por equipamentos é fantástico, basta ver o impacto que a produção de petróleo já está tendo sobre a indústria de construção naval brasileira, que já estava sucateada.

Temos de pensar como os recursos fiscais do pré-sal serão aplicados. Eles têm de resolver o principal obstáculo para a retomada do desenvolvimento, que é esse esforço de criar mecanismos do gasto público que não estimulem o rentismo financeiro. Esses são recursos genuínos que não serão eternos. Então, como usar esses recursos é uma questão crítica.

Uma das oportunidades para reto-

mar o desenvolvimento do país é investir os recursos do pré-sal na economia do baixo carbono. Uma boa parte dos recursos do pré-sal deve ser destinada a explorar e desenvolver a capacidade de o Brasil dar um salto tecnológico, de gerar e difundir conhecimento. Temos um déficit grande na educação, na capacidade que o setor industrial tem de gerar novos produtos. Neste momento, é preciso que o Brasil dê um salto porque o mundo não ficará paralisado e já está se movendo em direção a uma nova fronteira tecnológica, que tem a ver com a questão do baixo carbono associado à questão das mudanças climáticas, mas não se trata apenas disso.

Com a crise internacional, os países desenvolvidos estão destinando recursos para desenvolver novos mercados e oportunidades para suas empresas e setores produtivos. Haverá, na saída desta crise, uma renovação tecnológica muito grande, como ocorreu nos anos 1970 com o *boom* das telecomunicações e da informática. Temos de incluir aí a preocupação dos países desenvolvidos com a produção de produtos orgânicos, ao desenvolvimento de novos materiais por meio da nanotecnologia. Tudo isso produzirá, nos próximos dez anos, uma grande transformação tecnológica no mundo. O Brasil precisa estar pronto para acompanhar isso porque, com a estagnação das economias desenvolvidas, o país passa a ter um protagonismo na economia mundial que não tinha antes. Então, o Brasil pode e deve ser concorrente em setores de bens manufaturados.

Além disso, o país tem um desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Aqui existe uma enorme fronteira em descobrir maneiras de levar serviços à população. Então, os recursos do pré-sal devem ser destinados a investimentos que gerem soluções, inovações, desenvolvimento tecnológico, melhore a educação de modo que a população possa se beneficiar.

IHU On-Line - A partir da crise do modelo de desenvolvimento baseado na indústria do carbono e de todos esses desafios postos, o mundo precisa de uma nova visão econômica?

Mariano Laplane - Isso sem dúvida já está acontecendo. Temos de nos colocar no lugar de famílias que cons-

“Haverá, na saída desta crise, uma renovação tecnológica muito grande, como ocorreu nos anos 1970 com o boom das telecomunicações e da informática”

truíram um estilo de vida baseado no consumo e na expectativa de que isso era permanente. Imagina as implicações que têm acontecido na economia dos países desenvolvidos que pareciam ser sólidas e permanentes. Isso veio por água abaixo porque nos últimos anos as preocupações com as mudanças climáticas estão presentes no debate público. A percepção de que esse estilo de vida não era sustentável do ponto de vista climático foi colocada antes da crise. Hoje, com a crise, as famílias de classe média da Inglaterra, EUA, Europa, se afundam em dívidas. Essas famílias percebem uma insegurança enquanto ao futuro e cobram do Estado soluções. O sonho do consumo e o estilo de vida que parecia permanente, não são mais. Portanto, será preciso pensar em alternativas: repensar a relação entre economia, Estado e sociedade; a relação entre economia e política; a relação entre países; entre gerações presentes e futuras. Essa é a grande questão que os países desenvolvidos enfrentam.

Não se trata de uma crise passageira. É uma profunda transformação porque talvez o planeta não comportará o estilo de vida atual e a economia em colapso não oferece sustentação a esse estilo de vida. Isso demonstra que estamos a caminho de uma grande transformação. Essa crise não é como a dos anos 1970: não se trata de uma crise de energia, uma crise inflacionária; é algo mais profundo. Felizmente, não é uma crise que nos coloca diante de uma situação em que não há alternativas. Pelo contrário, elas existem. Basta uma coordenação coletiva.

Brasil na rota da economia de baixo carbono

A sociedade precisa de outra teoria macroeconômica, a qual não tem nada a ver com o pensamento econômico atual, aponta o economista José Eli da Veiga

POR PATRICIA FACHIN

“N

ão existe um pensamento macroeconômico para isso que chamamos de sustentabilidade porque todas as teorias, das mais ortodoxas às mais heterodoxas, têm como base comum o aumento incessante do consumo”, disse José Eli da Veiga, à **IHU On-Line**. Na entrevista que segue, concedida por telefone, o economista explica que o mundo está passando por uma transição da era da energia fóssil para a economia de baixo carbono e classifica o aquecimento global como a espinha dorsal desse processo. “Se não conseguirmos reverter o aquecimento global, tudo que for conquistado em termos de biodiversidade, gestão de recursos hídricos, etc., vai para o ralo porque o aquecimento acabará com tudo”.

Em função disso, argumenta, é preciso investir prioritariamente em uma reestruturação energética. Nesse sentido, assinala, “o vetor segurança energética somado ao vetor mudança climática faz com que se perceba que a próxima longa etapa do capitalismo será centrada nas inovações das áreas das energias que poderão substituir as fósseis”.

Na opinião do economista, as atuais opções alternativas energéticas como a eólica e a solar não serão suficientes para sustentar a transição da era fóssil para a economia de baixo carbono. “É bem provável que tenhamos uma grande surpresa nas próximas décadas com algum tipo de inovação radical que irá acelerar o processo de saída da era fóssil”, aponta.

Para ele, o desafio Brasil nos próximos anos consiste em investir em “CT&I”, Ciência, Tecnologia e Inovação para não ficar dependente das soluções que surgirão em outros países. “Do meu ponto de vista, deveríamos usar todos os recursos do pré-sal para investir em Ciência e Tecnologia”.

José Eli da Veiga é professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP, onde participa do Núcleo de Economia Socioambiental - NESAs. Além de artigos em periódicos científicos nacionais e estrangeiros, e diversos capítulos de obras coletivas, acaba de lançar seu vigésimo livro: *Sustentabilidade - A legitimação de um novo valor* (Ed Senac, 2010). É colunista do jornal *Valor Econômico* e da revista *Página 22*. Sua página pessoal na internet é <<http://www.zeeli.pro.br>>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Pode nos explicar em que consiste a economia verde?

José Eli da Veiga - As pessoas têm opções diferentes sobre a concep-

ção do que seria a economia verde. A principal referência internacional é o **PNUMA** (UNEP, na sigla em inglês), Programa das Nações Unidas para o

Meio Ambiente, que lançou em 2008 uma iniciativa pela economia verde (*Green Economy Initiative*). Um programa para auxiliar os governos nacionais a elaborar políticas de estímulo a tudo isso que temos chamado de atividades favoráveis à sustentabilidade, que vão desde a busca por energias renováveis até práticas agrícolas mais adequadas, passando por novas maneiras de construir casas e prédios. Na concepção do **PNUMA**, uma economia verde, além de justa e resiliente, deve e ter a capacidade de melhorar a qualidade de vida de todos dentro dos limites ecológicos deste planeta.

Logo depois, surgiu uma iniciativa internacional diferente, de coalizão, que juntou organizações de consumidores, de trabalhadores e pesquisadores sob a liderança do International Institute for Environment and Development - **IIED**, que tem sede em Londres, fundado pela economista Barbara Ward, em 1971. No Brasil, este debate está sendo puxado pela ONG **Vitae Civilis**, de São Paulo. Recentemente, a ONG e o Instituto fizeram um encontro no Brasil e passaram a usar a expressão “economia verde e inclusiva”.

IHU On-Line - O mundo hoje passa por uma transição econômica em função das questões ambientais? O que a caracteriza? Nesse sentido, quais são os dilemas entre a economia verde e a economia tradicional?

José Eli da Veiga - A transição está ocorrendo de uma maneira muito mais profunda do que se imagina e com uma aceleração recente que gerou o debate sobre uma hipotética bolha verde. O principal neste debate é a transição da área fóssil para a economia de baixo carbono; essa é a espinha dorsal do que poderá vir a ser uma economia verde. Independente da definição que se dê para economia verde, a questão central é o aquecimento global. Se não conseguirmos conter ou reduzir o aquecimento global em curso, tudo que for conquistado = em termos de biodiversidade, gestão dos recursos hídricos, etc., irá para o ralo, porque o aquecimento acabará com tudo. É nesse sentido que justifico que a espinha dorsal é o aquecimento global e, portanto, da transição energética e

“A transição está ocorrendo de uma maneira muito mais profunda do que se imagina e com uma aceleração recente que gerou o debate sobre uma hipotética bolha verde”

da necessidade de que os países façam uma reestruturação energética.

Recentemente, foi fechado o protocolo de Nagoya na COP-10 da Biodiversidade. Esse foi um motivo de festa porque houve um acordo em relação a questões básicas. Essa iniciativa abre uma perspectiva grande por reconhecer que os países têm direitos sobre elementos da sua biodiversidade que se tornaram, por exemplo, produtos farmacêuticos. Não existia qualquer regulamentação internacional sobre isso. Abre-se uma perspectiva otimista nesta área da biodiversidade. De qualquer modo, se não estivermos atentos para os efeitos do aquecimento global, essas medidas conquistadas se tornarão irrelevantes.

Mudança de comportamento

A intensidade de carbono das economias vem caindo. Antes que a questão da mudança climática entrasse na agenda do debate público internacional, houve um problema sério de segurança energética, cujo alerta vem sendo feito desde a crise do petróleo, em 1973. Por causa da crise do petróleo, uma série de países começou a tomar medidas de economia de energia e eficiência energética, as quais levaram a uma redução da intensidade de carbono, embora a mola propulsora não fosse o problema da mudança climática.

Nesse sentido, o vetor segurança energética somado ao vetor mudança climática faz com que se perceba que

a próxima longa etapa do capitalismo será centrada nas inovações das áreas de energias que poderão substituir as fósseis. O que desencadeou um processo de intensa competição entre empresas e países na busca dessas inovações. Isso gerou o terceiro vetor: na medida em que os empresários tomam consciência disso, aumenta o fluxo de investimentos nesta área, inclusive nas bolsas de valores. É possível fazer um paralelo desta situação com a bolha da internet: há dez anos ocorreu uma experiência semelhante porque houve um investimento nesta área, apostando em empresas que pareciam inovadoras e, em determinado momento, a bolha explodiu. Na medida em que se percebe a transição de longo prazo, se concentram muitos investimentos e é possível que pessoas apostem em investimentos que não serão tão viáveis. Nesse sentido, poderia haver uma bolha verde. É importante perceber que, mesmo que essa bolha verde venha explodir, isso não significa que a tendência não seja essa.

IHU On-Line - Em que consiste uma terceira revolução industrial? Ela tem a ver apenas com a segurança energética ou tem a ver também com uma mudança social de comportamento?

José Eli da Veiga - Não sei se é correto falar em terceira revolução industrial. De qualquer modo, a questão que você colocou é difícil: se trata apenas de inovação tecnológica ou mudança de comportamento? Na verdade, além desses dois fatores, há um terceiro que é a mudança de valores. É muito difícil pré-determinar, nesse jogo de valores, comportamento e mudanças tecnológicas, o que influencia o quê. Mudanças de valores levam a mudanças tecnológicas e vice-versa, o mesmo acontecendo na relação que ambas mantêm com a esfera comportamental.

Por exemplo, quando as primeiras leis sociais começaram a ser conquistadas, não havia proteção ao trabalho infantil, proteção às mulheres grávidas, aos velhos. Os primeiros empresários usavam a mão de obra sem regulamentação e, à medida que foram surgindo leis que protegiam o trabalho, ou quando apareceu a ideia de aposen-

tadoria, surgiu também estímulo para inovações tecnológicas, as quais substituíram parte da mão de obra. Outro exemplo: é quase impossível afirmar qual foi a sequência de determinações que levou ao fim da escravidão, uma prática que por milênios existiu em praticamente todas as sociedades, e que acabou sendo quase inteiramente banida no curto período de um século. Muitos autores insistem que inovações tecnológicas precederam e engendraram as mudanças de comportamento e de valores. Mas também há quem mostre um encadeamento exatamente inverso. Recomendo enfaticamente a leitura do livro *“Enterrem as correntes; Profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos”*, de Adam Hochschild, publicado no Brasil em 2007 pela editora Record. Também tem a questão comportamental: temas relativos à moda levam a inovações. Então, o problema é mais complexo e não há uma lei que diga o quê influencia o quê.

No debate sobre o aquecimento global há uma discussão de valores que as pessoas não se dão conta: não faz muito tempo que nos preocupamos com as futuras gerações. Se tiver aquecimento global, nossos bisnetos serão afetados e terão de se adaptar às circunstâncias. Então, o fato de nos preocuparmos com isso, agora, significa que queremos garantir que as gerações futuras tenham oportunidades como as que desfrutamos. Esse é um valor novo que estamos chamando de sustentabilidade. Nesse caso, está se legitimando um novo valor que traz limitações para uma série de questões. Estamos assistindo mudanças claras de comportamento em relação ao uso do automóvel, por exemplo.

Resumindo: não se trata de um raciocínio ou uma coisa ou outra: ou comportamento ou inovação tecnológica. É preciso entender como esses dois vetores se inter-relacionam com um terceiro vetor que é o da mudança de valores.

IHU On-Line - Mas a partir do “esgotamento”, da crise do modelo de desenvolvimento baseado na indústria do carbono, o mundo precisa de uma nova visão econômica? Quais são os

“Não é difícil entender que em países avançados, como os da Escandinávia, por exemplo, melhor qualidade de vida significa ter mais ar puro, silêncio, poder desfrutar da natureza. Essas coisas não dependem da produção”

desafios para a economia nesse sentido?

José Eli da Veiga - Não gosto de falar em esgotamento porque esse termo passa a ideia de que vamos chegar a um determinado momento em que os recursos se esgotarão e, apenas aí, haverá mudanças.

Estamos assistindo a uma longa transição que começou nos anos 1970 e que não foi pautada pelas mudanças climáticas. O governo Carter¹ teve uma política marcada pela defesa dos direitos humanos e estava empenhado em uma transição energética. Simbolicamente, ele cobriu os telhados da Casa Branca com painéis solares. Quando os republicanos chegaram, evidentemente, os painéis foram retirados. Houve um momento em que os EUA pensaram que, ao invés de investir nessa loucura de ficar dependente do petróleo do Oriente Médio e ficar multiplicando guerras, seria melhor fazer uma reestruturação energética. Obama está tentando retomar essa ideia.

Irã demorar para falarmos no fim da agonia da era fóssil. Isso vai depender de inovações tecnológicas. As soluções já conhecidas - seja no campo solar, eólico, seja através do aproveitamento da energia das marés ou das corren-

¹Jimmy Carter (1924-): político estadunidense, foi o 39º presidente dos EUA. Esteve à frente do governo dos Estados Unidos entre 1977 e 1981. (Nota da IHU On-Line)

tes marítimas - não serão suficientes para essa transição. É bem provável que tenhamos uma grande surpresa nas próximas décadas com algum tipo de inovação radical que irá acelerar o processo de saída da era fóssil.

IHU On-Line - Mas visualizando esse possível cenário, o mundo precisa de uma nova visão econômica?

José Eli da Veiga - Não existe um pensamento macroeconômico para isso que chamamos de sustentabilidade porque todas as teorias, das mais ortodoxas às mais heterodoxas, têm como base comum o aumento incessante do consumo. Eu falei de maneira muito otimista na questão da redução da intensidade relativa de carbono nas economias, mas, no entanto, em termos absolutos as emissões de carbono continuarão aumentando. Por mais que se obtenha ecoeficiência, que se diminuam energia e materiais que estão numa unidade de produto, mesmo assim, por uma série de fatores, em termos absolutos, as emissões continuarão aumentando porque a população continua aumentando e, sobretudo, se a população obtiver ganhos em termos de maior conforto e renda, uma coisa anula a outra. Então, o grande dilema é esse: de fato parar de aumentar as emissões de carbono implicaria numa sociedade em que a população não aumentasse mais e que já estivesse com um nível de consumo que não fosse necessário aumentar mais e, com isso, ao contrário, poderia melhorar a qualidade dessa sociedade por causa dessa transição das energias fósseis para as limpas, sem que ao mesmo tempo tivesse ocorrendo aumento do consumo. Esse tipo de sociedade que acaba de ser esboçada precisaria de outra teoria macroeconômica que não tem nada a ver com o pensamento econômico atual. Esse pensamento macroeconômico novo é muito incipiente no momento. Posso citar no máximo uma pesquisa feita pelo professor britânico, radicado no Canadá, Peter Victor, autor do livro *Managing Without Growth*, cuja tradução livre poderia ser *Se virando sem o crescimento*. O subtítulo diz: *É melhor fazer isso de forma planejada do que por desastre*. Ele tentou calcular a possibilidade de o Canadá atingir

uma condição estável (essa que descrevi) em 15 anos. E demonstrou que é possível. A interrogação que surge a partir dessa possibilidade se refere ao emprego. Estamos acostumados a ouvir que se não houver crescimento, aumentará o desemprego. Entretanto, ele mostra que, nas atuais circunstâncias de um país como o Canadá, não só o emprego como muitas outras variáveis econômicas, só melhorariam numa transição planejada à condição estável. E não é difícil entender que em países avançados, como os da Escandinávia, por exemplo, melhor qualidade de vida significa ter mais ar puro, silêncio, poder desfrutar da natureza. Essas coisas não dependem da produção. Então, estamos na fronteira e temos de reconhecer que essa visão econômica nova é incipiente porque só posso citar um estudo econométrico. Evidentemente, para que eu consiga convencer mais de 1% dos economistas, precisamos de mais pesquisas. Hoje em dia, 99% deles não estão preocupados com essas questões.

IHU On-Line - Quando questionamos a importância de uma economia de baixo carbono, muitos economistas respondem que a matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo.

José Eli da Veiga - No momento específico em que estamos, o Brasil é um dos países que tem a energia mais limpa do mundo. Entretanto, enfrentamos o problema do desmatamento em diversos biomas e ainda não encontramos uma solução para o problema da agropecuária. A questão é saber se esse cenário será o mesmo nos próximos 20 anos. Alguns economistas estão despreocupados com esse cenário. Alguns dizem que o Brasil já fez a lição de casa porque nossa eletricidade é basicamente hídrica; na área dos combustíveis temos o etanol que emite menos gases de efeito estufa. O argumento é certo, mas o erro é que eles não visualizam o que irá acontecer em 2020. Vamos supor que em 10 anos conseguiremos atingir o desmatamento zero e que nesse tempo irá surgir alguma inovação na pecuária que minimize as emissões de metano. Aí, o problema do Brasil será igual ao da China porque

“Essa idéia bem comodista de que já fizemos a lição de casa nos levará a uma situação em que também teremos prejuízos no comércio internacional”

não teremos condições de continuar com a eletricidade hídrica, pois ela é limitada. Construirão quantas hidrelétricas à exemplo de Belo Monte na Amazônia? O etanol sozinho não é suficiente. Então, estamos com um desafio que exige urgentes investimentos em C&T, Ciência e Tecnologia e Inovação. Temos de nos preparar para, nos próximos 10 ou 15 anos, não ficarmos dependentes das inovações que terão surgido em outros lugares. Temos de conseguir cooperação científica e tecnológica na área de energia limpa com os EUA, Alemanha, França, Inglaterra para não dependermos da chamada “transferência de tecnologia”, uma marota expressão para dizer que os emergentes e os periféricos do chamado “Sul” continuarão obrigados a pagar por inovações obtidas no “Norte”. É preciso conquistar boas formas de “cooperação tecnológica” para acabar com essa coisa de “transferência de tecnologia”.

IHU On-Line - Qual deve ser a postura do Brasil diante das reservas de pré-sal, considerando que estamos nos aproximando do fim da segunda revolução industrial baseada nos combustíveis fósseis?

José Eli da Veiga - A Noruega descobriu petróleo em um período em que também estava passando por uma transição. Eles criaram arranjos institucionais voltados para que parte das riquezas vindas do petróleo fosse investida nessa transição. Do meu ponto de vista, deveríamos usar todos os recursos do pré-sal para investir em Ciência e Tecnologia. As pessoas se assustam quando digo isso. Mas é um absurdo usar os recursos do pré-sal para pagar aposentadoria como estão pro-

pondo. Mais do que isso: na exploração do pré-sal é preciso inovar. A Petrobras está atenta a uma tecnologia chamada CCS, que captura e armazenamento do carbono. Nesse sentido, a exploração do pré-sal não irá levar a um aumento significativo das emissões porque se faria essa captura e sequestro. Se os recursos do pré-sal forem utilizados para bancar pesquisas de CT&I na busca das novas energias, se poderia falar do pré-sal como uma dádiva. Se predominar a ideia de que é preciso distribuir os royalties do pré-sal entre governadores e prefeitos, então, estaremos na contramão da história.

O cenário está mostrando que, na medida em que as inovações limpas comecem a ser generalizadas nos outros países, esses criarão barreiras para aqueles que não usarem energia limpa. Quer dizer, essa idéia bem comodista de que já fizemos a lição de casa nos levará a uma situação em que também teremos prejuízos no comércio internacional.

A FIESP diz que isso é uma tendência ao protecionismo. Bobagem, porque a Organização Mundial do Comércio - OMC já publicou um documento no qual diz que é absolutamente legítimo que se um país tomou todas as medidas para combater o aquecimento global, ele tenha o direito de não importar produtos de um país que não tomou essas medidas. Enfim, a inclinação comodista que predomina no Brasil tem pernas curtas.

IHU On-Line - O PAC está mais próximo de um projeto de crescimento ou de desenvolvimento propriamente dito?

José Eli da Veiga - O PAC é uma coleção de projetos de infraestrutura. Foi uma visão voltada a resolver problemas de infraestrutura; não se trata de projeto de desenvolvimento.

Gostaria de chamar a atenção para um documento que está sob consulta pública no sítio do Ministério do Meio Ambiente há algum tempo, chamado *Plano de Produção e Consumo Sustentável - PPCS²*. É importante que as

² O objetivo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis é contribuir para a transformação dos atuais padrões de produção e consumo da sociedade com vistas ao desenvolvimento sustentável. O Plano de Ação para

peças leiam esse plano. Ele é extremamente positivo, trata do consumo consciente e está ligado ao Processo Marrakech, que surgiu em uma reunião da ONU, no Marrocos.

O plano foi elaborado com outras entidades da sociedade civil e apresenta 20 tópicos. O governo selecionou seis tópicos que mostram como poderiam ser as diretrizes de um verdadeiro plano de desenvolvimento sustentável. E o que é absolutamente sintomático nesse plano é que não se menciona o PAC. Ele conversa com outros planos em curso, como a Lei dos Resíduos Sólidos³. No entanto, nas 80 páginas não há menção ao PAC, o que é muito estranho. Também aparece a lista de todas as entidades e ministérios que participaram da elaboração desse plano, como ONGs, e em uma linha diz: “uma central sindical que esteja envolvida na questão da sustentabilidade”. Quer dizer, eles não acharam nenhuma central sindical desse tipo. Isso chama a atenção para o fato do atraso em que estão as centrais sindicais. Estou registrando essas duas surpresas ao ler o plano. Quem está interessado na discussão dessa entrevista tem a obrigação de lê-lo e enviar sugestões para essa consulta pública.

IHU On-Line - As políticas econômicas atuais sinalizam que modelo de projeto de desenvolvimento para o país?

José Eli da Veiga - Não há projeto de desenvolvimento para o Brasil. Acabamos de passar por um processo eleitoral e tive dificuldade de entender o que seria o projeto do Serra e o da Dilma. A Marina foi a única a registrar um programa. Agora estamos vendo Dilma anunciar medidas que estavam no programa da Marina. No programa de governo da Marina, os gastos públicos correntes não poderiam aumentar

Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) quer mostrar que responsabilidade socioambiental dá lucro e ajuda a mover o País em direção ao desenvolvimento sustentável. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/sitio/> (Nota da IHU On-Line)

³ Sobre o tema, leia a entrevista *Não existe lixo. Tudo é nutriente*, com Jacques Saldanha, publicada no sítio do IHU em 08-09-2010, disponível em <http://bit.ly/d8IBQw> (Nota da IHU On-Line)

“Não há projeto de desenvolvimento para o Brasil. Acabamos de passar por um processo eleitoral e tive dificuldade de entender o que seria o projeto do Serra e o da Dilma”

mais do que metade da taxa do PIB. Eu tenho certeza de que o próximo governo terá de propor isso. Nem começou o governo Dilma, e essa discussão já está aparecendo nos jornais.

Um projeto de desenvolvimento para o Brasil teria de encarar uma série de questões difíceis como o programa da reestruturação tributária. É fundamental que os tributos estimulem o que precisa ser estimulado e punam o que deve ser contido ou evitado. Herdamos uma estrutura tributária maluca. Como essa proposta de reforma aparece hoje? Com a proposta da CPMF, que é um tributo muito melhor do que quase todos os outros que existem. Aprovar um tributo como foi a CPMF e acabar com tributos que estão incidindo sob a folha de salários, seria ótimo. No entanto, a unanimidade é contra a CPMF. Isso é outro exemplo de como a sociedade vive da inércia e não de algo que catalise uma novidade em prol do desenvolvimento brasileiro.

LEIA MAIS...

José Eli da Veiga já concedeu outra entrevista à IHU On-Line.

* *“Separar economia do meio ambiente é não entender nada”*. Edição 310, de 5-10-2009, disponível no link <http://migre.me/2j58k>.

* *Mundo em transe: os desafios do ecodesenvolvimento*. Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* de 21-12-2009, disponível em <http://bit.ly/c84kxL>



Orações Ilustradas.

Acesse em www.ihu.unisinos.br

Brasil precisa de investimento para crescer

Segundo o economista Antonio Corrêa de Lacerda, experiências bem sucedidas em países desenvolvidos e emergentes contaram com a utilização do poder de compra do Estado para estimular o desenvolvimento. Para ele, o Brasil precisa aproveitar os ciclos de investimento para desenvolver a produção local

POR PATRICIA FACHIN

O Brasil deve manter a tradição de atratividade de investimentos estrangeiros para financiar o crescimento e o desenvolvimento econômico. Entretanto, “os investimentos requeridos para melhorar a infraestrutura econômica e social, assim como suportar um crescimento robusto, implicam fontes sustentáveis de financiamento de longo prazo”, argumenta Antonio Corrêa de Lacerda, em entrevista concedida à *IHU On-Line* por e-mail. Para sustentar o crescimento, explica o economista, é preciso “elevar o nível de investimentos” e definir uma estratégia de absorção de capitais externos: “Para quais setores queremos atraí-los? Que as contrapartidas são esperadas? Trata-se de uma oportunidade a ser explorada adequadamente”.

Na entrevista que segue, Lacerda defende a ideia de que, no caso brasileiro, a poupança deve ser impulsionada pelo emprego e pela renda. Segundo ele, é preciso ter cautela à interpretação de que a economia brasileira depende de um aumento da poupança, pois ela “não é um pré-requisito para o investimento e o crescimento, mas parte do processo”. “Não podemos nos dar ao luxo de abrir mão do crescimento, ou dos programas sociais, por exemplo, para acumular poupança para financiar um possível salto futuro. Ou seja, temos que continuar a utilizar os instrumentos de fomento ao financiamento e paralelamente crescer e ir criando condições de gerar mais poupança interna”.

Antonio Corrêa de Lacerda é doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, mestre em Economia Política e Economista, pela PUC-SP, onde é professor-doutor do departamento de economia e coordenador do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento e Política Econômica - DEPE. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização - SOBEET, entidade da qual foi presidente (2000-2005), vice-presidente (1998 a 2000) e atual membro do seu Conselho Consultivo. É ex-presidente do Conselho Federal de Economia - Cofecon e do Conselho Regional de Economia de São Paulo - Corecon-SP. Foi membro do Conselho Fiscal da Eletrobrás (1995-1997). É membro do Conselho Superior de Economia - Cosec, da FIESP, Conselho Temático de Política Econômica - Copec da Confederação Nacional da Indústria - CNI e diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Desenvolvimento. Também é membro do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional - GACINT, da USP.

Foi membro do Conselho diretor do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. É autor de vários artigos e livros, como *Desnacionalização* (Contexto, 2000), um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, na área de economia. É articulista colaborador do jornal *O Estado de S.Paulo*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é o perfil dos investimentos estrangeiros feitos no Brasil? Quais as vantagens e desvantagens da entrada de capital internacional para a economia brasileira?

Antonio Corrêa de Lacerda - A questão do financiamento do crescimento e do desenvolvimento econômico é uma das mais relevantes para o futuro da

economia brasileira. Os investimentos requeridos para melhorar a infraestrutura econômica e social, assim como suportar um crescimento robusto implicam fontes sustentáveis de financiamento de longo prazo. Para sustentar um crescimento de longo prazo, seria fundamental elevar o nível de investimentos, a formação bruta de capital

fixos, da média atual dos últimos cinco anos de 18% para, pelo menos, 22% do PIB (Produto Interno Bruto).

Historicamente, o Brasil sempre complementou as suas necessidades de financiamento com poupança externa, às vezes na forma de investimentos estrangeiros, e outras na forma de dívida. A diferença é que, no primeiro

caso, temos um sócio que compartilha dos riscos; no segundo, um credor.

Portanto, não tenho dúvida que a primeira opção é a mais adequada ao desenvolvimento, especialmente se for conduzida de forma a atrair os investimentos que desejamos, ou seja, aqueles voltados para suprir carências, sejam de infraestrutura ou de portfólio industrial e de serviços não viabilizados internamente.

É aí que reside a questão principal que é mais de ordem qualitativa do que quantitativa. Ou seja, a poupança externa deve ter caráter complementar e ser formada por capitais de risco de longo prazo, direcionados aos setores nos quais não há viabilidade econômica interna ou não temos domínio tecnológico.

Temos uma longa tradição de atratividade de investimentos diretos estrangeiros que fizeram e fazem parte da nossa industrialização. Nos últimos cinco anos fomos redescobertos pelos investidores externos, com a maior estabilidade da economia e nos colocamos como o segundo maior absorvedor de investimento direto estrangeiro dentre os países em desenvolvimento. A queda de quase 50% observada no ano passado é reflexo da crise e não revela uma tendência. Pelo contrário, deveremos ver ampliado o interesse dos investidores, nos próximos anos.

Portanto, atrair investimento direto estrangeiro não se trata de algo novo para o Brasil, mas tem de ser melhor aproveitado. Contraditoriamente, a nossa bem sucedida atividade, decorrente da potencialidade do mercado, não definimos uma clara estratégia de absorção de capitais externos, tampouco explicitamos a eles o que deles desejamos. Para quais setores queremos atraí-los? Que as contrapartidas são esperadas? Trata-se de uma oportunidade a ser explorada adequadamente.

IHU On-Line - Qual a importância de gerar uma poupança no processo de crescimento e desenvolvimento?

Antonio Corrêa de Lacerda - Para uma corrente de economistas, o ideal é gerar poupança interna, que, nesse caso, representaria um pré-requisito para o investimento e o crescimento. Ela seria obtida pela contração dos gastos

“Nos últimos cinco anos fomos redescobertos pelos inversores externos, com a maior estabilidade da economia e nos colocamos como o segundo maior absorvedor de investimento direto estrangeiro dentre os países em desenvolvimento”

correntes do governo e pela criação de instrumentos de incentivo à poupança das famílias. Essa é uma visão que, especialmente no caso brasileiro, esbarra em problemas estruturais graves, como a concentração de renda, por exemplo. A maior parte das famílias mal ganha o suficiente para sobreviver e qualquer aumento da renda, como tem ocorrido nos últimos cinco anos, tende a ser carregada para o consumo.

Mas, num ponto, a preocupação com a geração de “capital caseiro” é pertinente: a dependência de recursos externos torna o país mais vulnerável às variações cíclicas do mercado internacional, fazendo com que a autonomia de crescimento do país seja afetada toda vez que surgem crises e/ou movimentos especulativos. Portanto, corroboro da visão de que o Brasil deve evitar déficits nas transações correntes do balanço de pagamentos.

A outra vertente considera que a poupança é gerada no processo econômico, portanto não é um pré-requisito. Um cenário promissor e a disponibilidade de fontes de financiamento seriam impulsionadores das decisões de investir, gerando produção, emprego e renda, sendo a poupança gerada em consequência.

A segunda visão me parece mais

adequada ao caso brasileiro, pois não podemos nos dar ao luxo de abrir mão do crescimento, ou dos programas sociais, por exemplo, para acumular poupança para financiar um possível salto futuro. Ou seja, temos que continuar a utilizar os instrumentos de fomento ao financiamento e paralelamente crescer e ir criando condições de gerar mais poupança interna.

Quanto à poupança externa, ela deve ser qualitativamente viabilizada, primeiro porque não temos condições de financiarmos com as próprias pernas; e, segundo, porque podemos ter o privilégio da escolha e atrair investidores para desenvolver projetos naquelas áreas que demandem mais investimentos.

Mas, para isso, precede a necessidade de um claro Projeto Nacional de Desenvolvimento. Isso pode parecer, em um primeiro momento, uma visão ultrapassada, mas, é fundamental definir objetivos, estratégias, metas e ações para viabilizar o que almejamos. O crescente déficit em conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro e a apreciação do real requerem medidas antecipadas de correção de rumos.

Nesse campo, é bem melhor agir preventivamente do que corrigir os estragos. Mesmo que, como defendem alguns, o câmbio flutuante seja capaz de autoajustar o Balanço de Pagamentos, mediante uma desvalorização potencial da taxa de câmbio. Primeiro, porque isso vai demorar para acontecer; segundo, porque o processo tende a ser traumático; terceiro, porque até lá os seus efeitos colaterais, como a desindustrialização, já terão provocado grandes danos.

IHU On-Line - Qual o papel do pré-sal na economia? Que postura o Brasil teve tomar em relação às reservas de pré-sal? Elas podem potencializar o crescimento e desenvolvimento no país, inserindo o país em um novo contexto econômico e social?

Antonio Corrêa de Lacerda - As recentes descobertas na área petrolífera representam uma enorme oportunidade de desenvolvimento para o país. Isso, não apenas para a exploração de um bem natural e escasso, mas também em um aspecto até então pouco aprofundado no debate público, que é o de aproveitar o ciclo de investi-

mentos necessários para desenvolver toda a cadeia produtiva. O desafio é não só agregar mais valor para além da exploração e comercialização do petróleo bruto, mas também da rede de empresas fornecedoras de bens e serviços associados.

Na formatação do modelo de exploração do petróleo pré-sal, além de redefinir o papel da Petrobras e do Estado, é fundamental estabelecer uma política global de desenvolvimento industrial de toda a cadeia produtiva do petróleo. Isso implica enfoques na produção de equipamentos, no fornecimento de serviços especializados e da tecnologia.

A utilização do poder de compra do Estado para estimular o desenvolvimento é uma das características mais presentes nas experiências bem sucedidas dos países. É algo presente não apenas na estratégia de países em desenvolvimento como também do de países desenvolvidos, que articulam a alavancagem das suas empresas, no país e no exterior. É preciso aproveitar os grandes ciclos de investimentos para desenvolver a produção local de peças e componentes. Tudo isso carece de planejamento e análise.

O longo período de semiestagnação vivido pela economia brasileira nas últimas duas décadas desestimulou a formação profissional voltada para áreas técnicas e de engenharia. Os jovens formados acabaram, em grande parte, reorientando sua carreira para outros mercados, em especial o financeiro, diante da falta de oportunidades em suas áreas de formação original.

Sob o ponto de vista da cadeia produtiva do petróleo, a questão crucial é a agregação local de valor, em muitos casos estimulando empresas a realizarem investimentos. O setor de petróleo e gás planeja investimentos da ordem de US\$ 128 bilhões para o período 2008-2012. Esse montante ainda não leva em conta o necessário para a exploração das bacias pré-sal, ainda em avaliação, mas que requererão aportes ainda superiores.

Para isso, serão necessários adquirir navios, barcos, sondas e todos os demais equipamentos para as plataformas de exploração. A Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, recentemente anunciada, deve ser

“Na formatação do modelo de exploração do petróleo pré-sal, além de redefinir o papel da Petrobras e do Estado é fundamental estabelecer uma política global de desenvolvimento industrial de toda a cadeia produtiva do petróleo”

aprimorada com maior foco no setor. Também é importante intensificar o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - Prominp, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e Petrobras. O objetivo deve ser o de garantir a melhora da competitividade das empresas locais, a atração de investidores para a localização de fábricas, a qualificação da mão de obra requerida e fomentar a parceria entre empresas, universidades e institutos de pesquisa para os desafios tecnológicos e de inovação.

Em todos os aspectos envolvidos é preciso definir claramente, objetivos, responsabilidades e prazos de execução. Outro ponto não menos importante: é preciso definir metas específicas de conteúdo local, sob o risco de ele restringir-se à parcela de construção civil. Embora essa também deva ser apoiada, é preciso incentivar a internalização da produção de equipamentos, máquinas etc. e outras atividades sofisticadas. Além dos aspectos já mencionados, há ainda os impactos sobre a balança comercial, restringindo as importações àqueles itens para os quais não haja viabilidade econômica presente e futura de fabricação local.

É preciso compensar as desvantagens sistêmicas que afetam negativamente a competitividade da indústria, em especial do setor de bens de capitais. Os

investimentos realizados gerarão amplos benefícios para a sociedade. São algumas das questões fundamentais, entre outras, para aproveitar essa oportunidade, fugindo da “maldição do petróleo” e de recursos naturais.

IHU On-Line - Como percebe a inserção do Brasil na economia globalizada? Nesse sentido, como avalia a política externa brasileira? Quais os desafios da presidente eleita, Dilma?
Antonio Corrêa de Lacerda - O Brasil terá que usar todo arsenal possível para fazer frente à disputa cambial instalada. Da mesma forma, a transformação implica necessidade de mudança na política monetária, uma vez que ela tem sido parte integrante da estratégia dos países, que instalada a crise cuidaram de reduzir substancialmente as taxas de juros praticadas. Um juro baixo favorece a desvalorização do câmbio e facilita a retomada da atividade.

O nosso regime de metas de inflação tem seus méritos, mas tem que ser aperfeiçoado. É preciso ampliar a desindexação da economia, definir um horizonte mais estendido no prazo de cumprimento da meta, além de rever o que considerar como definidor da taxa de juros. A inflação de *commodities*, por exemplo, precisa ter outro tratamento.

Além disso, é preciso levar mais em conta a situação da conjuntura internacional, sob pena de, ao não fazê-lo, incorrer em um custo muito elevado, tanto de financiamento da dívida pública, quanto do carregamento das reservas cambiais. Há ainda o efeito do juro alto sobre a valorização do real e suas consequências.

Fiscal

No âmbito fiscal, o desafio é melhorar a eficácia dos gastos públicos e sinalizar um claro compromisso de mudança qualitativa no uso dos recursos, assim como a sua compatibilidade em relação à receita e ao desempenho do PIB. Isso não só propiciaria mais confiança, mas também abriria espaço para uma reestruturação da carga tributária futura.

Nós temos muitos problemas, cujo enfrentamento sério vem sendo adiado há tempos. Porém, dentre eles, a

deterioração do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos e os estragos na estrutura produtiva e de padrão de comércio exterior brasileiro, derivados da valorização cambial, é o mais urgente e significativo. Trata-se de um bom problema, pois, por outro lado, temos uma clara perspectiva de influxos crescentes na conta de capitais. Nesse caso, o desafio, o contrário de momentos passados, será o de conviver com a abundância.

As circunstâncias nos impõem uma saída da inércia e da situação de conforto. Menos mal que o cenário nos obrigue a uma transformação já. Uma escolha de “mais do mesmo” na política macroeconômica nos custaria muito mais caro à frente.

IHU On-Line - Que desafios e oportunidades a guerra cambial representa para o Brasil?

Antonio Corrêa de Lacerda - A guerra cambial internacional, agora enunciada na capa da *The Economist* da semana passada, será também objeto de discussão da reunião de Ministros da Fazenda dos países do G-20, que está ocorrendo neste final de semana. Trata-se, para a economia brasileira, ao mesmo tempo, de um desafio, mas, também e principalmente, de uma oportunidade. Nunca, na história recente deste país, a grandeza do problema cambial se mostra com todas as suas garras - e consequentes estragos na estrutura produtiva e no balanço de pagamentos, como já evidenciam as mudanças no discurso e, em parte, na prática das nossas principais autoridades econômicas.

O que era uma discussão restrita aos fóruns econômicos ou decorrentes de demandas empresariais “corporativas” expandiu-se. Agora faz parte do *script* oficial. A consequência é que a visão do “cambio flutuante que flutua” e da taxa de juros, que só vê a meta de inflação de curto prazo, está com os seus dias contados. A mudança requerida na política cambial não passa, necessariamente - e é bem melhor que o seja assim -, pelo abandono do regime de cambio flutuante, mas do seu aperfeiçoamento, levando em conta as circunstâncias. É bem melhor ter um câmbio flexível, mas seria ingênuo deixá-lo flutuar ao sabor dos movimen-

“Os países estão cada vez mais utilizando a política cambial como instrumento não apenas de incentivo às suas exportações, mas também como fator de proteção à produção local. Tudo em nome da retomada da atividade e da preservação do emprego e da renda”

tos dos fluxos de capitais.

Os países estão cada vez mais utilizando a política cambial como instrumento não apenas de incentivo às suas exportações, mas também como fator de proteção à produção local. Tudo em nome da retomada da atividade e da preservação do emprego e da renda.

IHU On-Line - O crescimento de 7,5% é sustentável? Que medidas são fundamentais no novo governo para manter as taxas de crescimento e, nesse sentido, que aspectos são relevantes ao pensar um projeto de desenvolvimento econômico e social para o Brasil?

Antonio Corrêa de Lacerda - O PIB deve crescer acima de 7 % este ano, após um desempenho de - 0,2% no ano passado, com o efeito da crise internacional. O desafio será manter um crescimento continuado nos próximos anos, sem gerar pressões inflacionárias, assim como eliminar os entraves estruturais da economia brasileira, para garantir, principalmente, a elevação do investimento e a sustentabilidade intertemporal das contas externas. Estes, historicamente, sempre foram os principais fatores que interromperam ou limitaram o crescimento econômico.

Há desafios inegáveis, mas é preciso colocar o debate no lugar correto para evitar sermos reféns de falsos dilemas. É um fato que a taxa de investimentos no Brasil, que este ano deve chegar a um nível próximo de 19% do PIB, é insuficiente, no médio e longo prazos, para sustentar um crescimento da economia da ordem de 5 a 6% ao ano. No entanto, é um equívoco interpretar esse fato como se tivéssemos que interromper o crescimento da atividade, de forma a esperar que os investimentos na infraestrutura e capacidade produtiva cresçam e, com isso, sustentem a ampliação da oferta para atender ao crescimento da demanda.

Na verdade, tanto investimento quanto consumo representam demanda efetiva. Ou seja, fazem parte do crescimento. Para a economia brasileira, o importante é que o investimento cresça a taxas superiores ao crescimento médio da economia e da demanda, o que já vem ocorrendo há alguns trimestres.

Também é preciso interpretar com cuidado o fato de que a economia brasileira depende de um aumento da poupança. Essa questão, embora crucial, não pode ser vista de uma forma estática, mas dinâmica. Ao contrário da visão tradicional, a poupança não é um pré-requisito para o investimento e o crescimento, mas parte do processo. Ou seja, desde que haja uma expectativa favorável de crescimento firme da demanda, disponibilidade de financiamento e crédito e um ambiente favorável de negócios, isso vai favorecer as decisões de investimento e gerar um efeito multiplicador do crescimento, algo que se retroalimenta.

Uma das alternativas para elevar o investimento está na ampliação da oferta de crédito e financiamento para empresas e consumidores. Isso ficou ainda mais claro no ano passado, com os impactos da crise internacional. O Brasil conseguiu estimular o mercado interno pela ampliação de recursos oferecidos pelos bancos públicos e pelos investimentos governamentais.

Este foi um fator determinante como política anticíclica, além das demais medidas adotadas, como a redução de impostos, programas sociais, elevação do salário mínimo e de apo-

“O desafio é não só agregar mais valor para além da exploração e comercialização do petróleo bruto, mas também da rede de empresas fornecedoras de bens e serviços associados”

sentadorias e pensões. Isso compensou a queda da demanda externa e estimulou o mercado interno.

A sustentabilidade da demanda e do investimento também vai depender da correção dos preços fundamentais da economia, como taxa de câmbio, juros, e demais fatores de competitividade sistêmica (tributação, custo de logística, burocracia etc.). Portanto, um erro a ser evitado é elevar ou manter elevadas as taxas de juros para inibir o consumo. Mesmo porque isso teria o efeito inverso ao desejado, por desestimular os investimentos e encarecer o custo do financiamento, além de gerar incertezas quanto ao crescimento da demanda futura.

O Brasil tem uma longa lista de tarefas à frente. Mas é preciso se livrar de falsos dilemas do crescimento e enfrentar os grandes entraves. No pós-crise, será crucial criar um ambiente propício para a elevação da oferta de financiamento de longo prazo via mecanismos de mercado. Isso vai exigir ir além do “mais do mesmo” na política econômica. O que não necessariamente implica abrir mão do tripé: superávit fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante, mas aperfeiçoar estes instrumentos para que induzam o investimento e a demanda.

Também vai ser imprescindível aperfeiçoar as políticas de competitividade (políticas industrial, comercial e de inovação), para fazer frente à crescente concorrência internacional, tanto no mercado doméstico, quanto no externo.

A retomada do desenvolvimentismo

Com a retomada do desenvolvimentismo, o Brasil aposta na constituição de um mercado de consumo, na redistribuição de renda e no adensamento das classes médias, avalia o economista André Cunha

POR PATRICIA FACHIN

“Temos de pensar a cara do mundo nos próximos anos e o papel que o Brasil virá a ter, ou seja, desafios velhos estão repostos hoje e isso tem a ver com a nova rotação do mundo”, constata André Cunha, em entrevista concedida à IHU On-Line, concedida por telefone.

Segundo o economista, a ascensão da China e da Índia representa um mercado em potencial para o Brasil, pois, em função do processo de urbanização desses países, a tendência é de que o valor das commodities se mantenha elevado.

Por outro lado, a nova conjuntura geopolítica coloca o país em um dilema: continuar exportando commodities ou investir na industrialização. De acordo com André Cunha, “seria extremamente perverso, para o processo de desenvolvimento do Brasil, o país abrir mão de ter uma estrutura produtiva diversificada e densa. O desafio é preservarmos a indústria brasileira”. Para isso, menciona, “o país não precisa abrir mão das exportações de commodities”.

André Moreira Cunha possui graduação em Ciência Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestrado e doutorado na mesma área pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Sua dissertação analisou Empresas Transnacionais na Economia Brasileira dos anos 80 e 90. Foi professor visitante na Universidade de Leiden, na Holanda, e docente da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Atualmente leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Pesquisador associado do Centro de Estudios Brasileños del Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset, na Espanha. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que modelo de desenvolvimento está em curso no Brasil?

André Moreira Cunha - O Brasil, a partir da crise do modelo nacional-desenvolvimentista dos anos 1980, entrou numa longa trajetória de baixo crescimento, expressa, principalmente, na inflação alta. O que tem marcado o período recente, dos anos 2000, 2004 em diante, é uma retomada do dinamismo, do crescimento econômico acima do que vínhamos crescendo há quase um quarto de

século, e uma aceleração deste ritmo de expansão combinada com uma *performance* em termos de inflação bastante melhor do que a média histórica.

A novidade, comparada ao período do milagre econômico, é que o crescimento vem acompanhado de uma melhoria substantiva na distribuição de renda, que sempre foi o Calcanhar de Aquiles do processo de desenvolvimento brasileiro. A estabilização de preços, a dinâmica de redistribuição por meio de progra-

mas de transferência de renda como o Bolsa Família, o aumento do poder de compra do salário mínimo acima da inflação favoreceram esse cenário. Por isso, diria que o segundo mandato do presidente Lula é um momento onde se permite uma inflexão desenvolvimentista.

Podemos caracterizar a transição do primeiro para o segundo governo Lula como um período de maior conservadorismo, o qual se justificava pela instabilidade da transição. Não gosto de usar a expressão herança maldita, mas, objetivamente, quaisquer variáveis macroeconômicas de desempenho do conjunto da economia do final do período FHC eram ruins: a economia não gerava emprego, os salários estavam crescendo menos do que a inflação, havia muita informalidade no mercado de trabalho, situação fiscal ruim, endividamento crescendo em função das taxas de juros elevadas. Há uma inflexão a partir da virada do primeiro para o segundo mandato. Isso aconteceu num contexto em que a economia internacional apresentava um bom desempenho. Há aí uma mudança na estrutura da economia mundial com a ascensão da China, da Índia, que implicaram em um aumento da demanda por matérias primas. O preço das commodities dispararam a partir de 2002 e teve um ciclo de altas até 2008, quando foi interrompido pela crise internacional, mas já retomou seu dinamismo.

Retomada do desenvolvimentismo

A inserção da economia brasileira no segundo mandato do governo Lula é um embrião de uma retomada de um desenvolvimentismo. A síntese que traduz esse processo é o crescimento de incorporação de camadas de menor renda num patamar de maior poder aquisitivo. A recuperação do crédito foi muito importante nesse período. Tínhamos uma relação crédito x PIB, no final do governo FHC, de 25%; hoje este valor está em 50% - ainda é pouco se comparado a outros países, mas é uma recuperação que se deve, em parte, à atuação do Estado. Diria que o Brasil hoje aposta na constituição de um mercado de consumo, na redis-

“O governo Dilma tende a ser um governo de continuidade dessa aposta no mercado interno, na redistribuição de renda, na criação de uma base de consumo forte a partir das classes médias, com uma ênfase grande em investimentos”

tribuição de renda, num adensamento das classes médias. Essas ideias se legitimam na crise de 2008, porque, quando veio a crise, o alicerce do mercado interno mais dinâmico segurou a economia brasileira. Diferentemente de outros períodos em que, por qualquer instabilidade externa, o Brasil já desmoronava, dessa vez isso não ocorreu. Isso tem a ver com as melhorias que são anteriores ao governo Lula, mas que foram potencializadas no governo dele.

IHU On-Line - De que políticas econômicas o país precisa para continuar crescendo?

André Moreira Cunha - O Brasil sofreu uma estagnação durante muito tempo e tentou recuperar algum grau de estabilidade macroeconômica, abandonou completamente o horizonte de recuperação a longo prazo. Parte dessa recuperação envolve retomar investimentos de infraestrutura, a capacidade de o setor público investir ainda é muito baixa. Esses são desafios colocados para o próximo mandato. Provavelmente, a presidente eleita irá intensificar o esforço de ampliação da capacidade do Estado investir em infraestrutura e é importante criar possibilidades para que o setor privado também amplie investimento. Durante a campanha, Dilma falava na

desonerarão de impostos sobre investimentos. Então, um conjunto amplo de ações deverá ser levado adiante. O governo Dilma tende a ser um governo de continuidade dessa aposta no mercado interno, na redistribuição de renda, na criação de uma base de consumo forte a partir das classes médias, com uma ênfase grande em investimentos.

IHU On-Line - Nesse processo de crescimento, o Brasil ainda precisa continuar se industrializando ou deve investir na exportação de commodities a partir da ascensão da China? As exportações de commodities, hoje, têm um caráter diferente do que tiveram em outros anos?

André Moreira Cunha - Temos de pensar a cara do mundo nos próximos anos e o papel que o Brasil virá a ter, ou seja, desafios velhos estão repostos hoje e isso tem a ver com a nova rotação do mundo. A China espanta a todos pela intensidade com que o seu processo de transformação vem ocorrendo e os efeitos que são produzidos globalmente por esta transformação. Estou entre aqueles que consideram que esse irá durar por alguns anos. Se essa hipótese se traduz, a probabilidade é de que essa dinâmica de manutenção de preços elevados de matérias primas terá oscilações, como de costume, mas com uma tendência de alta porque as transformações em função do processo de urbanização da China e da Índia existirão por um longo período. Provavelmente assistiremos isso por uma geração. Isso nos coloca num dilema: por um lado, de fato, o Brasil pode ter uma complementaridade com a China, porque ela é uma potência na área de agronegócio, na área energética - somos quase que sugados nessa dinâmica como uma economia complementar a este novo centro de expansão que é a China e que, por sua vez, nos deseja não só como fornecedores das matérias primas, mas também como mercado de consumo das suas manufaturas. Por outro lado, essa questão coloca um desafio sob a indústria brasileira. Seria extremamente perverso, para o processo de desenvolvimento do Brasil, o país abrir mão de ter uma

estrutura produtiva diversificada e densa. O desafio é o Brasil preservar a indústria brasileira. Dificilmente o país terá condições de concorrer no mercado internacional em escala, preço e, por isso, será preciso encontrar nichos de mercado. Isso não significa que o país deva deixar de lutar para que a indústria possa crescer e se diversificar. A agricultura não criará empregos para todo mundo: plantar soja, exportar minério de ferro não gera emprego para uma população de 200 milhões de pessoas. O país precisa de uma indústria, de um setor de serviços e não precisamos abrir mão das exportações de commodities.

Sustentabilidade

Outro desafio será preservar a biodiversidade, com explorações mais sustentáveis. Esse é um desafio que se coloca para os próximos governos, mas isso não será feito espontaneamente. A tendência é que haja uma valorização do real e o governo terá de adotar algumas estratégias. Alguns diriam que isso é protecionismo, e é justamente disso que se trata. Não pode ser um protecionismo que reproduza erros do passado, que acabem fazendo com que a indústria brasileira se acomode. O empresário tem de estar permanentemente instigado a inovar, investir em melhorias e a possibilidade de perder o seu mercado é um mecanismo que incentiva a busca de modernização. O protecionismo pode produzir um efeito perverso de ineficiência, então, se protege uma indústria artificialmente.

O ambiente de negócios tem de ser melhorado. Segundo levantamento do Banco Mundial, o Brasil tem um sistema burocrático para abrir e fechar empresas, e uma *performance* negativa: é um país que trabalha contra o empreendedorismo. Então, o Estado tem muito a avançar neste aspecto. Temos de trabalhar para reduzir a taxa de juros. Isso será uma obsessão da nova presidente. O discurso dela é de que não será feito um ajuste fiscal radical porque isso compromete o bom andamento do serviço público. Critico colegas que defendem o ajuste fiscal porque é preciso investir em educação, em segurança, saúde e para isso

“A agricultura não criará empregos para todo mundo: plantar soja, exportar minério de ferro não gera emprego para uma população de 200 milhões de pessoas”

é preciso gastar. Houve um aumento de gastos que vinham sendo baixo nos últimos anos. Entretanto, não dá para manter esse ritmo de os gastos estarem crescendo mais do que a renda do país. Ela irá tentar fazer com que os gastos cresçam menos do que o PIB ao longo dos próximos anos.

IHU On-Line - Quais os desafios da industrialização num momento em que as questões ambientais se tornam imprescindíveis? É possível conciliar industrialização com uma política de baixo carbono?

André Moreira Cunha - A matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo. Se formos comparar com a matriz energética chinesa, por exemplo, 70% dela é baseada em combustíveis fósseis. O Brasil apostou - e isso foi equivocado - em um complexo automotivo: a matriz de transporte é baseada no transporte ferro-rodoviário e no transporte individual nas grandes cidades. O país precisa investir em bens públicos: saneamento, transporte urbano, pois temos uma qualidade de vida ruim nos centros urbanos. Temos de repensar a retomada do transporte ferroviário, seja de carga ou de passageiros. Por que uma cidade como Porto Alegre não poderia ter os bondes modernos de volta? Essa seria uma oportunidade. Quando olhamos o conjunto da indústria, vemos segmentos em que o Brasil pode ser competitivo: bicompostíveis é um setor. A indústria tem de produzir equipamentos para isso. O pequeno agricultor familiar pode se modernizar e a indústria brasileira

pode potencializar isso. A demanda por produtos que tenham característica de preservação ao meio ambiente é quase uma imposição para as próximas décadas. O Brasil tem condições de liderar esse processo e de apostar nos setores que são intensivos em tecnologia, nanotecnologia, biotecnologia. Os chamados problemas ao mesmo tempo trazem soluções em potencial que podem criar vias alternativas de expansão para a economia brasileira.

IHU On-Line - O crescimento econômico atual, de 7,5%, é sustentável a longo prazo?

André Moreira Cunha - Sabemos que não é. Esse é um crescimento sobre a base fraca de 2009. A média de 2008 a 2010 é 5,5%. Nos próximos anos, o país crescerá por volta de 5%. Sempre há riscos de interrupção. Resistimos bem à primeira onda de impactos da crise de 2008 e vamos continuar a sentir a recuperação das economias modernas. Vejo como provável que, ao longo dos próximos anos, vamos crescer em torno de 5%.

Temos de pensar na qualidade desse crescimento econômico: queremos construir uma sociedade melhor ou pior da que vivemos hoje? Se é melhor, temos de pensar um horizonte de longo prazo. Digo para meus alunos de Introdução à Economia que em menos de 50 anos não haverá nenhuma grande mudança. Demoramos 500 anos para colocarmos as crianças no ensino fundamental - somente agora, na virada do milênio é que praticamente 100% das crianças chegaram à escola. Estamos melhorando num ritmo lento e os outros países estão melhorando mais rapidamente do que nós. Se o Brasil olha para a sua própria trajetória, corre o risco de achar que estamos muito bem, mas na verdade não é isso. O Brasil, se crescer muito nos próximos anos, irá recuperar o tempo perdido.

O que vimos nos últimos oito anos é um ensaio de desejo de mudar essa rota.

IHU On-Line - Qual deve ser a postura do Brasil diante das reservas de pré-sal? Exportar ou produzir produtos de valor agregado? Elas devem ser utilizadas para industrializar o país,

afim de financiar a transição do Brasil para uma economia com menor emissão de carbono, ou para fortalecer as exportações?

André Moreira Cunha - Sérgio Buarque de Holanda dizia que o Brasil é o país do milagre: de tempos em tempos, surgiu o café, depois que a mineração desapareceu; o ouro de Minas na decadência da cana-de-açúcar; a indústria foi uma saída diante da crise do modelo primário exportador e agora estamos diante de um novo momento em que a natureza nos brinda com recursos que, potencialmente, são benéficos. Obvio que há potencialidade de vender esses produtos agregando valor, mas também sempre vem pressão do outro lado, ou seja, o dinheiro imediato, que vem da venda de produtos *in natura*. Mediar as duas coisas parece ser o desafio do Brasil e, fazendo isso, ter em mente que está todo mundo correndo atrás de um novo modelo energético, do substituto do petróleo. Por volta de 50 anos, poderemos atuar e ter esse recurso para ampliarmos os investimentos em tecnologia, área social. Se o que está no papel se concretizar, poderemos ver um otimismo.

IHU On-Line - A estimativa de alguns economistas é de que Dilma governe num contexto internacional menos favorável. Quais os desafios econômicos da presidente eleita, Dilma Rousseff?

André Moreira Cunha - Gosto de mostrar um número: o crescimento brasileiro menos o crescimento mundial. O mundo cresceu 5%, o Brasil cresceu 6%. Então o Brasil foi o melhor do mundo. O mundo caiu 1%, o Brasil caiu 0,5%. Então, foi o melhor do mundo.

Alguns alegam que no período FHC, diversas crises internacionais prejudicaram o crescimento, mas muitos países cresceram mais que a média mundial.

O período será de maior instabilidade, a recuperação dos países será mais lenta, irá se acentuar a tendência de aumento da importância das economias emergentes. Por outro lado, há novos *players*, novas visões de mundo, novos interesses geopolíticos. O mundo será mais complexo.

Expectativas para o desenvolvimento brasileiro

“A maior parte da população aprovou e elegeu um projeto de crescimento econômico com distribuição de renda e consumo de massa”, constata o sociólogo William Vella Nozaki, referindo-se à eleição da presidente eleita, Dilma Rousseff (PT)

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Ao comentar o projeto de desenvolvimento mais adequado para o Brasil, William Vella Nozaki enfatiza que o melhor caminho para o país “é a integração” da atividade industrial com a exportação de commodities, “de forma que a industrialização tome a dianteira em face da exportação de commodities”. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele defende que o “fundamental e decisivo para os próximos anos é que as divisas e reservas atraídas via exportação de commodities sejam utilizadas a fim de melhorar as condições macroeconômicas para que o Estado volte a rearticular sua capacidade de coordenar e planejar o desenvolvimento da indústria nacional, de modo que se possa aprofundar a diferenciação da estrutura produtiva para os setores de alta tecnologia”.

Para que se possa criar alternativas de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis é preciso “a ampliação de uma política de financiamento de longo prazo para a indústria. Nesse sentido, os bancos públicos são peças decisivas nesse tabuleiro, talvez as mais importantes hoje, com destaque para o BNDES e sua política ‘pick the winner’”.

Segundo Nozaki, o pré-sal traz a possibilidade de o país “desfrutar, simultaneamente, de moeda conversível e indústria de alta tecnologia”. Na opinião dele, “o ideal seria que o país utilizasse os recursos da venda interna do petróleo dentro do país e que investisse no exterior os recursos oriundos das exportações, a fim de controlar uma valorização excessiva da moeda nacional”.

William Vella Nozaki é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP, mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente é pesquisador do PNPDIPEA no projeto Arquitetura Financeira Internacional. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que modelo de desenvolvimento o Brasil deve investir nos próximos anos? Industrialização e exportação de commodities ainda são relevantes para garantir o crescimento e desenvolvimento?

William Vella Nozaki - É importante notar que a industrialização e a exportação de commodities não são

modelos que se excluem mutuamente.

A exportação de bens primários do século XIX não se confunde com a exportação de commodities do século XXI. O avanço da cultura de grãos em direção ao centro-oeste e o avanço da exploração de petróleo em águas profundas mobilizam a indústria, já que exigem uso intenso de

tecnologia. A questão é que na maior parte das vezes essa tecnologia não é nacional. Por isso, é evidente que a exploração de commodities por si só não garante o desenvolvimento.

O fundamental e decisivo para os próximos anos é que as divisas e reservas atraídas via exportação de commodities sejam utilizadas a fim de melhorar as condições macroeconômicas para que o Estado volte a rearticular sua capacidade de coordenar e planejar o desenvolvimento da indústria nacional, de modo que se possa aprofundar a diferenciação da estrutura produtiva para os setores de alta tecnologia.

O dinamismo industrial com geração de emprego e renda, somado à capacidade de as commodities atraírem reservas e divisas para dentro do país são os pressupostos para que possamos discutir alternativas de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis.

IHU On-Line - No caso brasileiro, como conciliar exportação de commodities e industrialização? Que caminho é melhor para o país hoje?

William Vella Nozaki - O melhor caminho para o país é a integração dessas duas atividades, mas de forma que a industrialização tome a dianteira em face da exportação de commodities. Na prática, a integração já existe; nos últimos anos a Petrobrás foi responsável pela ressurreição da indústria naval brasileira, enquanto a Vale do Rio Doce foi fundamental para a recriação da indústria ferroviária. Use esses dois exemplos não por acaso, pois eles revelam uma virtude e um vício do nosso padrão de integração indústria/commodities. A virtude: o papel fundamental exercido pela grande empresa nacional com destaque para a empresa estatal; o vício: a prioridade das commodities sobre os setores industriais que, a propósito, não são aqueles que utilizam as grandes tecnologias da terceira revolução industrial.

O passo decisivo para que essa conciliação se torne integralmente virtuosa é a ampliação de uma política de financiamento de longo prazo para a indústria. Nesse sentido, os bancos públicos são peças decisivas nesse tabuleiro, talvez as mais importantes hoje, com destaque para o BNDES e sua política *"pick the winner"*.

“Se, por um lado, a guerra cambial não deve promover a desindustrialização brasileira, por outro lado, ela também não ajuda no avanço da industrialização, ela não favorece o aprofundamento tecnológico e o adensamento das cadeias produtivas”

IHU On-Line - Quais as implicações da guerra cambial para o processo de industrialização brasileiro?

William Vella Nozaki - A indústria no Brasil está caminhando, ainda que não seja a indústria ideal: nacional, tecnológica e exportadora. É evidente que a recente guerra cambial está tendo um impacto sobre esse processo. Entre nós, o avanço acelerado das importações em comparação com as exportações e o encolhimento das manufaturas na pauta exportadora já começam a revelar seus efeitos. Mas a sustentação dos altos níveis de reservas internacionais tem, ao menos por enquanto, evitado maiores riscos de financiamento das contas externas.

Considerando esses fatores, se, por um lado, a guerra cambial não deve promover a desindustrialização brasileira, por outro lado ela também não ajuda no avanço da industrialização, ela não favorece o aprofundamento tecnológico e o adensamento das cadeias produtivas.

O cenário é complexo, e a questão depende de respostas que ultrapassam as fronteiras brasileiras. Os EUA necessitam da desvalorização do dólar para

minimizar seus déficits comerciais, enquanto a China não abre mão da desvalorização do yuan para maximizar seus superávits comerciais. Diante desse cabo de guerra, países em desenvolvimento como o Brasil segue recebendo capitais estrangeiros desmesuradamente.

Essa guerra cambial, provavelmente, terá desdobramentos políticos e econômicos complexos que fogem do controle deste ou daquele país individualmente. Isso não significa, entretanto, que os países não devam tomar medidas contra esse problema. No nosso caso, a redução da taxa de juros e a implementação de medidas para o controle da entrada e da saída de capitais seriam bastante oportunas para filtrar os capitais que aportam no país contendo assim parcela da valorização cambial do real.

IHU On-Line - O Brasil tem um projeto de desenvolvimento social, atento para a diminuição da pobreza e incremento da igualdade? De que maneira as políticas econômicas estão articuladas em função de um projeto de desenvolvimento social?

William Vella Nozaki - O governo Lula protagonizou o avanço de dois processos notáveis no que se refere à questão social: a melhora na distribuição de renda e a redução da pobreza extrema. Mas em muitas ocasiões esses objetivos foram obstaculizados pela própria política macroeconômica. Isso fez com que o governo conduzisse seu projeto de desenvolvimento social pelas linhas de menor resistência diante dos grandes interesses econômicos.

Sendo assim, o conservadorismo na política monetária com os juros muito elevados foi minimizado pelo avanço da política de crédito dos bancos públicos federais, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES. Do mesmo modo, a timidez na política fiscal foi contornada pela expansão da política salarial, com aumento real do salário mínimo, e pela expansão da política social, com o avanço do programa Bolsa Família.

IHU On-Line - Qual o impacto do aumento progressivo do salário mínimo e dos programas de transferência de renda na eliminação da miséria e das desigualdades sociais?

William Vella Nozaki - Do ponto de vista econômico, essas medidas tiveram um impacto bastante positivo, convocando parte importante da população para o mundo do consumo, estimulando a demanda tanto em âmbito nacional quanto em níveis regional e local. Do ponto de vista político os dividendos foram igualmente positivos, como evidenciam os níveis de popularidade do governo e as disputas pela paternidade de programas como o Bolsa Família.

Mas desse relativo sucesso surgem questões que ultrapassam o debate econômico. Enquanto os setores mais próximos da direita se incomodaram com a ascensão da nova classe média já que isso significou uma afronta aos seus padrões de consumo conspícuo e aos seus desejos de diferenciação nobiliárquica, os setores da extrema esquerda se incomodaram com a chegada dos trabalhadores subalternos ao mundo do consumo, pois, isso, na opinião deles, foi expressão da cooptação e da alienação promovida por um governo supostamente populista.

É assustador como no Brasil ainda há amplos setores despreparados, política e intelectualmente, para lidar com a melhora na distribuição de renda e com a ampliação no consumo de massa. Esses setores subestimam a autonomia e a inteligência de parte significativa da população brasileira.

IHU On-Line - Como o Brasil deve se manifestar frente às reservas do pré-sal? Elas podem impulsionar o país para um novo momento econômico e social?

William Vella Nozaki - Um dos problemas crônicos dos países periféricos é a impossibilidade de desfrutar, simultaneamente, de moeda conversível e de indústria de alta tecnologia. O pré-sal traz ao Brasil a possibilidade de conquistar essa combinação. A venda de petróleo trará dólares que valorizarão a moeda nacional e a exploração em águas profundas pode irradiar um complexo tecnológico a partir do setor de hidrocarbonetos. Mas essa é apenas uma possibilidade e por trás dela há riscos que precisam ser bem gerenciados.

Em primeiro lugar, o ideal seria que o país utilizasse os recursos da venda interna do petróleo dentro do país e

“Um dos problemas crônicos dos países periféricos é a impossibilidade de desfrutar, simultaneamente, de moeda conversível e de indústria de alta tecnologia”

que investisse no exterior os recursos oriundos das exportações, a fim de controlar uma valorização excessiva da moeda nacional.

Em segundo lugar, os ganhos com impostos e royalties podem servir para beneficiar as gerações presentes, enquanto os ganhos com a rentabilidade das aplicações e investimentos podem servir para contemplar as gerações futuras.

Em terceiro lugar, é importante que as riquezas do petróleo sejam compartilhadas por todos os entes federativos - união, estados e municípios - para que haja efetivamente uma socialização dos ganhos.

Essas operações podem ser realizadas através do Fundo Soberano, de modo que o país crie uma poupança de longo prazo para sanar problemas crônicos relacionados ao desenvolvimento social, educacional e tecnológico, como tem pretendido o governo, ao mesmo tempo em que evita os riscos de desindustrialização e reprimarização da economia.

O pré-sal pode, sim, impulsionar um novo momento econômico e social, mas precisa ser bem administrado, com responsabilidade e de acordo com os interesses públicos e nacionais.

IHU On-Line - O senhor disse que entre 2008 e 2010, em função da falta de liquidez, a regulação, a fiscalização e o crédito estatal foram fundamentais na economia. Considerando o atual contexto internacional, essas medidas deverão ser mantidas no governo Dilma?

William Vella Nozaki - A atuação do Banco Central e do Ministério da Fazenda foram fundamentais ao longo da crise, mas as medidas tomadas pelos bancos públicos merecem destaque especial. As instituições financeiras públicas tiveram um papel anticíclico muito importante ao longo da crise financeira. O BNDES garantiu financiamentos de longo prazo para a indústria e para os setores de infraestrutura e logística, o Banco do Brasil sustentou o crédito agrícola e a Caixa Econômica Federal ampliou o crédito habitacional em níveis bastante elevados através do programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, com o aval do Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica fortaleceram suas posições de mercado com a compra de carteiras de bancos menores em dificuldade.

Essas instituições, atuando em conjunto, têm o poder de aquecer o crédito, o investimento e o financiamento nacional. Além disso, elas podem contornar os efeitos contracionistas dos juros altos e os efeitos restritivos dos *spreads* bancários elevados.

A crise financeira explicitou o fato de que a política monetária de manutenção da estabilização pode ser acompanhada e contrabalanceada por uma política creditícia que favoreça o crescimento. Espero que essa lição não se perca e que nos próximos anos os bancos públicos sejam utilizados de forma ativa como parte da política macroeconômica de desenvolvimento.

IHU On-Line - Ao que tudo indica, Dilma governará em um contexto econômico internacional mais crítico. Quais os desafios nesse sentido?

William Vella Nozaki - No curto prazo, o cenário internacional dificilmente retomará as taxas de crescimento das últimas décadas. Isso se deve à natureza e à extensão da crise de 2008, que a partir do circuito financeiro impôs volumosas perdas à praticamente todos os países importantes e a todos os grandes *players* globais.

Diante da desaceleração dos países desenvolvidos a demanda internacional via comércio deve continuar se desaquecendo, o que provavelmente aumentará a importância do mercado

“O pré-sal pode sim impulsionar um novo momento econômico e social, mas precisa ser bem administrado (...) e de acordo com os interesses públicos e nacionais”

interno para países em desenvolvimento como o Brasil.

Para que o potencial do nosso mercado interno seja utilizado de forma adequada, é fundamental que se aprofunde o investimento. Daí a importância do gasto público em infraestrutura, e é imprescindível que continue se ampliando o poder de consumo. Daí a relevância da distribuição de renda e da ampliação do crédito.

Mas para que isso se concretize, é necessária uma revisão da elevada taxa de juros e que o próximo governo comece a pensar maneiras para contornar o entrave fiscal. É importante ampliar investimentos públicos e gastos sociais sem aumentar os impostos e a dívida pública. E, diante desse, cenário a única certeza é que o Brasil não pode se dar ao luxo de parar de crescer.

IHu On-Line - Em que consiste, na sua opinião, o projeto de desenvolvimento da nova presidente eleita, Dilma Rousseff?

William Vella Nozaki - Com relação ao próximo governo, tenho mais expectativas do que certezas. Acredito que a maior parte da população aprovou e elegeu um projeto de crescimento econômico com distribuição de renda e consumo de massa. Espero que esse projeto avance, buscando resolver certos entraves: o patamar elevado da taxa de juros, a sobrevalorização do câmbio, os gargalos de infraestrutura e tecnologia e a falta de fontes de financiamento de longo prazo. Dessa forma, poderemos voltar a repensar o sentido e o significado do desenvolvimento brasileiro.

Desenvolvimento social, mas com crescimento

Fernando Sarti defende a importância da industrialização para o Brasil, que precisa também assegurar uma taxa de crescimento alta

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

O economista Fernando Sarti é enfático em relação ao melhor modelo de desenvolvimento para o Brasil. Na sua visão, o país precisa investir em industrialização. “O investimento industrial não é significativo do ponto de vista keynesiano, multiplicador. Não é ele que faz crescer a economia, mas é fundamental para assegurar que teremos oferta de bens de consumo para fazer frente à demanda crescente e não fazer com que essa demanda seja atendida crescentemente por importações”. Por sua vez, continua ele, “as exportações de commodities vão cumprir um papel específico que cabe a elas. Não se espera delas que gerem dinamismo. Não são elas que vão puxar a economia brasileira. Elas vão cumprir o papel de assegurar o superávit comercial para a balança brasileira. O que está provocando uma valorização cambial hoje não é o superávit nesses setores, mas é a nossa conta financeira, que está associada a um diferencial de demanda e de taxas de juros que temos aqui no país”. Na entrevista que segue, concedida por telefone para a IHU On-Line, Sarti confessa que não consegue pensar em desenvolvimento no futuro, com um modelo socioeconômico sustentável, sem o crescimento. “O desenvolvimento irá aparecer como uma etapa complementar superior à manutenção do crescimento. Sem crescimento o desenvolvimento social está em risco”.

Fernando Sarti é graduado e mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp com a dissertação *Evolução das estruturas de produção e de exportações da indústria brasileira nos anos 80*. Ele também cursou doutorado na mesma instituição com a tese *Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 90*. Atualmente, é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que projeto de desenvolvimento o Brasil deve seguir nos próximos anos: industrialização e progresso tecnológico, exportação de commodities, ou um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável, baseado na baixa emissão de carbono?

Fernando Sarti - Nenhum desses são excludentes. É possível pensar um projeto que, de alguma maneira, tenha sinergia entre essas estratégias.

As condições de desenvolvimento ainda não estão asseguradas. Uma questão chave deste e dos próximos governos é assegurar uma taxa de crescimento relativamente alta. Sem o crescimento, boa parte das conquistas sociais obtidas até agora ficaria sob risco. Em particular, refiro-me à geração de emprego e como isso gerou o crescimento da massa salarial e do poder aquisitivo da classe D e E. As pessoas começaram a ter

uma melhoria de bem-estar a partir do consumo e se endividaram comprando casa, bens de consumo. A sustentação desse novo patamar de bem-estar pressupõe a manutenção de uma taxa de crescimento em torno de 5%, pelo menos, para manter o nível de emprego. Esse é o grande desafio para “fazer uma ponte” entre crescimento e desenvolvimento. Não consigo pensar em desenvolvimento no futuro, com um modelo socioeconômico sustentável, sem o crescimento. O desenvolvimento irá aparecer como uma etapa complementar superior à manutenção do crescimento. Sem crescimento o desenvolvimento social está em risco.

IHU On-Line - Como assegurar a taxa de crescimento?

Fernando Sarti - Primeiro, isso passa por uma ampliação significativa da formação bruta de capital fixo na economia brasileira, ou seja, da taxa de investimento. A taxa de investimento da economia brasileira terá de crescer a um patamar muito superior ao crescimento da demanda doméstica brasileira. Temos de sair de uma taxa de investimento que está em 18%, elevando-a para 20, 22% e, em 10 anos, a 25%. O aumento dessa taxa de investimento é a condição *sine qua non* para a manutenção de um crescimento sustentável nos médio e longo prazos. Vejo dois desafios para isso: uma questão fundamental hoje é o financiamento e a outra, os riscos e oportunidades associados à valorização cambial e à crescente competição com o produto importado. Ambas as questões devem ser enfrentadas imediatamente se o país não quiser comprometer a taxa de investimento futura. O financiamento de longo prazo é feito pelos bancos públicos: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. É desses bancos que vêm os investimentos da economia. Ao que tudo indica, estamos caminhando numa direção de certa saturação dessas fontes públicas de financiamento. O BNDES chegou num limite, já está operando com 150 bilhões, e a Caixa Econômica está usando o Fundo de Garantia. De alguma maneira, teremos de pensar em novas fontes de financiamento. Uma alternativa para isso é a melhoria do merca-

“A taxa de investimento da economia brasileira terá de crescer a um patamar muito superior ao crescimento da demanda doméstica brasileira”

do de capitais no Brasil: não apenas o mercado acionário, mas o mercado de dívidas, de papéis, ou seja, a colocação, por parte das empresas privadas, tentando levantar recursos junto ao público para financiar as suas atividades. A consolidação e o crescimento do mercado de capitais parece ser uma questão fundamental.

Investimento internacional

A terceira fonte seria o uso desses investidores internacionais, sobretudo do ponto de vista dos fundos de previdência, que podem capitalizar as empresas. O Brasil tem que aumentar paulatinamente a taxa de investimento e fortalecer essas novas fontes. Desse ponto de vista, teremos de ser mais ousados e pensar em inovações que não estão colocadas hoje: é fundamental repensar a questão do fundo soberano como um instrumento importante de financiamento das estratégias das empresas. Por outro lado, há a questão das expectativas para o investimento. As decisões de investimento estão colocadas sob risco a partir do momento em que o país atende a demanda existente hoje no Brasil com produtos importados. Dá para se trabalhar na economia brasileira com a ideia de que temos fontes de demandas estáveis, para se pensar no crescimento para os próximos anos. Aqui penso, sobretudo, nos investimentos de infraestrutura e no pré-sal. O problema é que, quando realizo investimentos nessa área, estes geram a necessidade de demanda de compras. O grande risco é que, tendo essa demanda relativamente forte e assegurada, uma parcela cada

vez maior dessas compras comece a vaziar para fora. Isso será tão mais verdadeiro quanto mais tivermos uma valorização do câmbio e quanto mais formos permissivos com relação às importações. Dessa forma, jogamos fora a grande oportunidade de fortalecer a oferta brasileira, que passaria por um *boom* de investimento.

IHU On-Line - Então o Brasil precisa investir em industrialização?

Fernando Sarti - Precisa investir em industrialização. O investimento industrial não é significativo do ponto de vista keynesiano, multiplicador. Não é ele que faz crescer a economia, mas é fundamental para assegurar que teremos oferta de bens de consumo para fazer frente à demanda crescente e não fazer com que essa demanda seja atendida crescentemente por importações. No mundo inteiro, hoje, se luta por uma variável chave que se chama demanda. A demanda desapareceu. Nós temos atualmente, no Brasil, esse ativo-chave que é a demanda e temos que explorá-lo da melhor forma, fazendo com que essa demanda doméstica se configure em decisões consistentes de investimentos, inclusive na própria indústria. Esse crescimento pode ser social e sustentável, com essa dimensão ambiental. Dá para se pensar nessa direção de trabalhar com uma matriz energética mais limpa também. A industrialização e o desenvolvimento sustentável não são trilhas separadas. Por sua vez, as exportações de commodities vão cumprir um papel específico que cabe a elas. Não se espera delas que gerem dinamismo. Não são elas que vão puxar a economia brasileira. Elas vão cumprir o papel de assegurar o superávit comercial para a balança brasileira. O que está provocando uma valorização cambial hoje não é o superávit nesses setores, mas é a nossa conta financeira, que está associada a um diferencial de demanda e de taxas de juros que temos aqui no país.

IHU On-Line - O Brasil é conhecido como o celeiro do mundo. Esse modelo de desenvolvimento baseado em exportação de commodities ainda é relevante para o país hoje?

“A industrialização e o desenvolvimento sustentável não são trilhas separadas”

Fernando Sarti - Não estamos criando um padrão de crescimento dependente das exportações de commodities. A contribuição desse setor de atividade é para a geração sustentável de superávit comercial. Desenvolvimento é um processo que vai acontecer naturalmente. Temos que assumir que esse processo não se dá via mercado, mas tem que ser coordenado e dirigido pelo Estado e pressupõe necessariamente política industrial.

IHU On-Line - O crescimento econômico do Brasil está propiciando também, desenvolvimento social e econômico para a população?

Fernando Sarti - É inegável que o consumo neste país aumentou. Espero que agora que as pessoas sentiram o gosto disso não queiram perder e sejam, cada vez mais, cidadãs participantes do processo, no sentido de assegurar que os direitos adquiridos se mantenham. O crescimento realmente já propiciou uma melhoria no desenvolvimento social. Mas ainda há muito que

se avançar. Por exemplo, a questão do saneamento. Sabemos o quanto isso penaliza a qualidade de vida das populações D e E. O nível de saneamento no Brasil é vergonhoso. Outro ponto aqui é a questão da educação, que também é uma vergonha nos níveis primário e secundário. A mesma coisa vale para a saúde que, no Brasil, é uma calamidade. Só que tudo isso nós conseguiremos se tivermos crescimento. Não consigo ver desenvolvimento social sem crescimento. O crescimento sozinho também não resolve, mas é condição necessária para se ir nessa direção.

IHU On-Line - Muitos economistas defenderam que o bom desempenho econômico do governo Lula foi favorecido pelo momento econômico internacional. No governo Dilma, a situação deve se repetir, ou a nova presidente governará em um novo contexto internacional?

Fernando Sarti - Esse é um diagnóstico um pouco ingrato. Se pararmos

para pensar que o governo atual teve que administrar a maior crise econômica que passamos depois da crise de 1930, dizer que as condições externas favoreceram o Brasil é brincadeira. Num primeiro momento, até tivemos condições externas favoráveis e o Brasil aproveitou essas condições. Mas também adotou mudanças importantes em termos de diretrizes e de políticas que permitiram o crescimento. Essas mudanças foram fundamentais para enfrentar a crise. Passamos por uma crise muito menor em 1998 em que a forma de enfrentamento trouxe impactos negativos para a economia, o que essa crise não trouxe. Não concordo com o argumento de que o país cresceu em função das condições externas favoráveis. O Brasil teve uma política inteligente e garantiu uma certa estabilidade cambial.

LEIA MAIS...

>> Fernando Sarti já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Confira:

* *Internacionalização favorece industrialização*, publicada na IHU On-Line número 338, de 09-08-2010, disponível em <http://bit.ly/bC5kzM>.

Leia a Entrevista
do Dia em
www.ihu.unisinos.br

Uma distribuição de renda sem confronto

De acordo com o economista Gabriel Rossini, não há motivos para falar na ascensão de uma nova classe média. O que está ocorrendo “é uma ligeira distribuição de renda sem confronto”

POR PATRICIA FACHIN

O modelo de desenvolvimento econômico e social em curso no Brasil busca “ininterruptamente” o equilíbrio entre as classes sociais e atende desde os empresários, o setor financeiro até a população que “estava mergulhada na miséria, aqueles que nos anos 1940 Caio Prado chamou de ‘desclassificados’ e que hoje se tornaram os inempregáveis”. A opinião do economista foi manifestada na entrevista que segue, concedida à IHU On-Line por e-mail. Para ele, os brasileiros estão vivenciando “a preservação de parte de nossas raízes, de aspectos do nosso passado, um passado que se acaba a cada minuto, porém, nunca acabando de se acabar. Somos, em grande medida, prisioneiros de um passado cujo aniquilamento não se consome, por mais que incorpore certas exigências do novo”. Na avaliação do economista, não há uma “uma ampliação da classe média e, sim, a ampliação do subproletariado. O movimento ascensional ocorre entre parte da população que era miserável e pobre e passou a ter possibilidade de adquirir alguns bens e serviços aos quais antes não tinha acesso. Isso ocorreu apesar do conservadorismo da vertente monetária da política macroeconômica. Portanto, o movimento é dos pobres e miseráveis para o subproletariado, tal como explicita André Singer”. De acordo com Rossini, isso se confirma no fato de o subproletariado não ter o “padrão de consumo que os proletários tinham quando a ponta de lança da acumulação era o capital produtivo nem, muito menos, o padrão de consumo, a educação, as possibilidades de certa sociabilidade do que normalmente se identifica como classe média”.

Gabriel Rossini é mestre em Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp) e professor do Departamento de Economia da PUC-SP e do CCSA-Mackenzie. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que modelo de desenvolvimento econômico e social está em curso no Brasil? Hoje podemos vislumbrar um projeto nacional?

Gabriel Rossini - O modelo de desenvolvimento econômico e social que hoje está em curso no Brasil é algo que, ininterruptamente, busca certo equilíbrio entre as classes sociais. É um modelo que procura atender, por mais estranho que pareça - e, diga-se de passagem, é aí que encontramos a sua especificidade -, por um lado, aos empresários, ao setor financeiro, aos latifundiários e, por outro, à população que outrora estava mergulhada na miséria e na pobreza, aqueles que nos anos 1940 Caio Prado chamou de “desclassificados” e que hoje se tornaram os inempregáveis. Este seria

hoje o projeto nacional em vigor. Cada época tem o projeto nacional que merece. Tal projeto, em última instância, não é uma novidade, de forma menos bem sucedida foi praticado por outros governos. O que estamos vivenciando, para a angústia dos leitores de Sergio Buarque de Holanda, é a preservação de parte de nossas raízes, de aspectos do nosso passado, um passado que se acaba a cada minuto, porém, nunca acabando de se acabar. Somos, em grande medida, prisioneiros de um passado cujo aniquilamento não se consome, por mais que incorpore certas exigências do novo.

Temos no horizonte o fim da pobreza extrema em virtude da manipulação acertada, principalmente durante o segundo mandato do Lula, de algumas variáveis, tais como: recupe-

ração do poder de compra do salário mínimo (embora ele continue muito aquém do necessário para fazer frente às necessidades de saúde, educação, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social do trabalhador. Segundo o Dieese o salário mínimo para isso deveria ser, em fevereiro de 2010, 2.003,30 reais, geração de empregos e os programas de transferência de renda que promovem mais a equidade do que a igualdade. Os resultados de tais processos aparecem na ligeira melhora de nosso índice de Gini, que em 2010 gira em torno de 0,49. Houve melhoras, este é um lado da moeda. Todavia, por exemplo, as mulheres e, sobretudo, as negras, continuam em geral, passando por grandes privações. As mulheres recebem menor salário que os homens pelo mesmo tipo de traba-

lho, têm maior presença na economia informal e trabalham mais horas que eles. Em média, o número de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia é duas vezes maior entre mulheres do que entre os homens brancos.

Outro lado da moeda?

O outro lado seria a manutenção de uma política macroeconômica pautada por meta de inflação, taxas de juros escorchantes, superávit primário elevado e câmbio apreciado. Temos aí a preservação e o fortalecimento do interesse dos ricos e do grande capital. O que continua obstaculizando o caminho para superarmos problemas que nos remetem ao século XIX.

Um aspecto que merece atenção é o fato de que as políticas anticíclicas postas em marcha frente à crise irrompida na virada de 2007 para 2008 acabam potencializando os efeitos deletérios dos interesses de certos grupos nacionais. Tais políticas possibilitaram que a crise fosse minimizada de uma forma, digamos assim, não tradicional. O modo “costumeiro” de o sistema sair das crises consiste na destruição de grande massa de capital fictício e de capital-mercadoria invendável, acompanhada de um período de grande penúria dos trabalhadores, e cujo resultado final é a concentração do capital restante nas mãos dos grupos capitalistas sobreviventes. Desta vez assistimos apenas aos primeiros passos desse processo. Por um lado, ocorreu destruição de capital fictício e, por outro, deu-se uma ampla eliminação de postos de trabalho. Logo em seguida, porém, foram implementadas medidas de contenção dos efeitos imediatos do excesso de capital e de capacidade produtiva, o que resultou na preservação de grande volume de capital ocioso, mantendo em pé os direitos do capital financeiro sobre o produto social futuro. O que aconteceu, em última análise, foi uma solução financeira imediata para a crise. A circulação do capital financeiro internacional foi reanimada, embora sem reerguê-la ao nível anterior. Tal solução, entretanto, cria uma nova “normalidade” capitalista, acentuadamente mais nociva, pois é ainda mais dependente de subsídios

“Temos um contexto propiciado pelo governo Lula, no qual prevalece a conciliação de classes. De um lado, ele tem o apoio do capital financeiro e, de outro, dos desclassificados sociais ou, como diria o economista Paul Singer, do ‘subproletariado’”

e de privilégios garantidos pelo Estado. O resultado dessa situação é que a crise não explode, mas também não para, tendendo a se espalhar lentamente e a prolongar-se indefinidamente. E tal processo beneficia certos interesses do capital financeiro nacional.

Assim, temos um contexto propiciado pelo governo Lula, no qual prevalece a conciliação de classes. De um lado, ele tem o apoio do capital financeiro e, de outro, dos desclassificados sociais ou, como diria o economista Paul Singer, do “subproletariado”, ou seja, um contingente de trabalhadores não qualificados, sem carteira profissional e de baixíssima renda que constitui nada mais, nada menos do que metade da população economicamente ativa. Assim sendo, temos a configuração de um cenário que possibilita a melhoria da distribuição de renda no quadro da manutenção do jogo financeiro.

IHU On-Line - Tal contexto seria corroborado pela atual ampliação do crédito? Qual a relação do aumento do crédito e a recente ampliação da classe média?

Gabriel Rossini - O que estamos vivenciando não é tanto a ampliação da classe média e sim a ampliação do subproletariado. O movimento ascensional ocorre entre parte da população que era miserável e pobre e

passou a ter possibilidade de adquirir alguns bens e serviços aos quais antes não tinha acesso. Isso ocorreu apesar do conservadorismo da vertente monetária da política macroeconômica. Portanto, o movimento é dos pobres e miseráveis para o subproletariado, tal como explicita André Singer. Ao lado disso, e com uma importância menor, as oportunidades de acessão social para alguns setores menos pobres se efetivaram em virtude da criação de empregos formais. O importante nesta história é que o subproletariado não tem o padrão de consumo que os proletários tinham quando a ponta de lança da acumulação era o capital produtivo nem, muito menos, o padrão de consumo, a educação, as possibilidades de certa sociabilidade do que normalmente se identifica como classe média. Mesmo assim, no interior nordestino, nas cidades do Amazonas, nos lugares onde a aposentadoria era o único meio de renda, passou a ocorrer uma melhora considerável, o mercado interno de massa foi alentado. O que está ocorrendo, deste modo, é uma ligeira distribuição de renda sem confronto. Para tanto, os programas de transferência de renda e a geração de empregos desempenharam papel importante. Aliado a estes, potencializando o consumo, temos o crescente endividamento pessoal, que chega hoje, segundo dados do Bacen, a cerca de ¼ do ganho mensal. Se tudo correr bem e o Brasil continuar crescendo a taxas consideráveis nos próximos anos, não haverá problema, este endividamento é parte da própria estratégia de ampliação de mercado. Porém, se as coisas tomarem outro rumo, os endividamentos podem se tornar um problema, o que não é uma possibilidade distante, pois, como mencionamos, a última crise não foi solucionada e os *golden boys* estão se reerguendo do período vergonhoso que enfrentaram.

IHU On-Line - Em uma de suas respostas anteriores você comentou sobre a existência ou persistência de problemas que nos remetem ao século XIX, quais seriam?

Gabriel Rossini - O problema fundamental reside na distribuição da terra. Na questão da terra encontramos

parte das raízes do nosso atraso, como discute a professora Lígia Osório em seu livro *Terras Devolutas e Latifúndios*¹. É ainda pouco claro para muitos o processo específico pelo qual a apropriação territorial foi estabelecendo o monopólio da terra e moldando de forma perversa a nossa estrutura agrária. Vou tentar esboçar em grandes traços parte importante do processo.

O equacionamento da questão agrária brasileira, até a primeira metade do século XIX, foi assegurar a compatibilidade da instituição escravista com o desenvolvimento econômico e a imigração europeia. Custou-se a tomar qualquer decisão em relação à apropriação territorial, embora D. Pedro II tenha suspenso o regime de concessão de sesmarias pouco antes da independência. A agricultura rudimentar apoiava-se no trabalho escravo e na incorporação contínua de terras novas. Com a desculpa de favorecer a ocupação produtiva do solo, tolerava-se a passagem desenfreada das terras do patrimônio público para o patrimônio privado. Graças à permanência da escravidão as classes dominantes brasileiras não viram motivos para se preocuparem com a delimitação das suas propriedades, nem com o problema da reprodução da mão de obra. Somente em 1850, forçado a competir pelo fluxo internacional de emigrantes, e com os títulos de terras em completa balbúrdia, o Império adotou uma lei de terras e de colonização. Apesar de detalhista, a lei falhava no essencial. Entre as falhas mais graves estava a inoperante definição das terras públicas, pois a iniciativa do processo de discriminação da terra cabia aos particulares, ou seja, todo o processo ficava na dependência da demarcação das terras particulares que, por efeito da lei seriam legitimadas ou revalidadas. Uma vez informados sobre a situação das terras particulares, esses órgãos mediriam e demarcariam as terras reservadas para a colonização. Dando início a todo o processo, portanto, estava o requerimento do posseiro ou sesmeiro para medir e demarcar suas terras; como relutaram em fazê-lo, todo o processo ficou emperrado.

¹ SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio - Efeitos da Lei de 1850* (Campinas: Ed. Unicamp, 1996). Nota da IHU On-Line

Como no Brasil os senhores de terras e de escravos detinham o poder sem precisar dividi-lo com outras camadas sociais, os limites impostos a eles pela legislação foram pífios. Ao contrário, foram eles que impuseram limites à política de colonização do governo. Embora proibida pela lei, a passagem das terras públicas para o domínio privado continuou a ocorrer através da posse, no período de vigência da Lei de Terra (1850-1930) e até bem depois. Aspecto distintivo da formação da propriedade da terra no Brasil, esta forma de apropriação ainda não perdeu sua importância nos dias atuais, e sem que esta prática tenha levado a uma diminuição na alta concentração da propriedade da terra.

Neste processo encontramos as raízes da concentração fundiária brasileira, uma das mais altas do mundo e que origina efeitos nocivos sobre toda a sociedade. A reforma agrária tem um conteúdo econômico muito concreto para os trabalhadores rurais, cuja única possibilidade de sobrevivência digna está atrelada ao acesso à terra. O padrão fundiário marcado pela apropriação desenfreada de terras públicas realizada por uma pequena parcela da população rural, em condições históricas bem precisas, resultou, de um lado, na expansão da capacidade produtiva e da produtividade em algumas regiões do país e, de outro, na marginalização da maioria da população rural devido à alta concentração da propriedade da terra e do crédito agrícola. A reforma agrária é uma opção no sentido de enveredar por um caminho diferente do trilhado até agora e a opção realmente eficaz de combate ao desemprego.

Uma das funções principais do latifúndio improdutivo é manter os salários dos trabalhadores rurais muito baixos, pois torna a terra não disponível para uma massa crescente de trabalhadores rurais. A marginalização de uma parcela importante da população rural do acesso à terra reduz muito o poder de barganha dos trabalhadores rurais, cujos direitos trabalhistas e níveis salariais estão aquém dos já insatisfatórios patamares conquistados pelos trabalhadores urbanos. Embora a elite proprietária procure prender

seus trabalhadores à empresa rural, não deseja atá-los a terra - sobretudo não através dos direitos de posse que a legislação contempla. É por isso que proíbe seus moradores de semear plantas permanentes ou conservar gado em número significativo; retém a propriedade das choças, embora o morador possa arcar com as despesas da construção; e frequentemente muda as famílias de lugar, provocando uma pequena migração de tempos em tempos dentro da empresa.

Fazer a reforma agrária deveria ser o grande objetivo da presidente eleita Dilma Rousseff. Esta situação, pautada por amplo apoio dos pobres em virtude da ligeira e positiva mobilidade social que vivenciaram e que possibilitou grande parte dos 70% de aprovação de Lula e a eleição de Dilma, poderia ser aproveitada. Tal situação possibilita uma correlação de forças favorável.

IHU On-Line - De que maneira o Brasil deve usar os recursos do pré-sal?

Gabriel Rossini - Com relação ao pré-sal, primeiramente temos que saber de fato onde ele está, se há somente uma grande reserva ou algumas ou várias isoladas. Portanto, temos que descobrir qual o seu real volume e em que condições ele pode ser extraído. Dependendo do volume de petróleo existente, a sua extração deve ser organizada de forma a viabilizar saúde e educação de qualidade, aposentadorias dignas - como hoje ocorre com os recursos do petróleo na Noruega -, a redistribuição da terra no campo, investimentos em infraestrutura e a transição de nossa matriz energética. Se é possível ou não fazer tudo isso ainda não sabemos, pois não conhecemos o tanto de petróleo que há. Além disso, se o volume de petróleo do pré-sal for muito grande, parte dele deve permanecer debaixo da terra, pois dificilmente algum investimento ou aplicação será tão promissor em um mundo no qual a readequação da matriz energética ainda é algo distante. Porém, os movimentos iniciais relativos a extensão do pré-sal já conhecida parecem não corroborar tais intenções. Hoje 28% da área atual do pré-sal já foram privatizados.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

Por uma ecologia profunda e revolucionária

Bianca Kölling Turano entende que o direito ambiental merece ser interpretado de acordo com valores biocêntricos, de respeito para com a natureza, percebendo-a e defendendo-a como parte de nós e nós como parte dela e não ela como um bem para o uso exclusivo da raça humana

POR GRAZIELA WOLFART

Para a advogada e ativista pelos direitos animais humanos e não humanos Bianca Turano, “o consumo de carne é o maior responsável pelo desmatamento e pelas queimadas em vastas áreas de floresta, além do enorme consumo de água doce, poluição de rios e lençóis freáticos, gastos de energia, produção de metano, e da latente desertificação dos oceanos, devido à captura dos animais aquáticos”. Bianca explica, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, que “quando ocorre em um indivíduo uma mudança paradigmática e este resolve adotar uma dieta vegetariana, ou seja, passa a consumir produtos sem quaisquer ingredientes de origem animal, tais como carnes, leite, ovos, mel e seus subprodutos, ele passa a respeitar os animais e, também, a ideia de meio ambiente enquanto um organismo dotado de valor intrínseco e não como um bem, a ser utilizado tão somente pelos seres humanos”. Na visão de Bianca, “uma nova economia estimulará a recuperação de produtos desperdiçados, no transporte ecológico e gratuito, nas redes de trocas solidárias, no freeganismo, na reciclagem, dentre outros aspectos de suma importância”.

Bianca Kölling Turano é graduada em Ciências Jurídicas na Universidade Estácio de Sá - Unesa e pós-graduanda em Direito Ambiental pelo Instituto Superior do Ministério Público - AMPERJ. Trabalha como Colaboradora do Instituto Ipanema - Instituto em Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente. Ativista pelos direitos animais humanos e não humanos, Bianca coordena o Grupo Rio da Sociedade Vegetariana Brasileira, bem como o seu Departamento Nacional de Ativismo. Atualmente enfrenta duas ações judiciais, sendo a responsável pela primeira sentença nacional favorável ao ativismo pelos direitos animais.

Bianca Kölling Turano é coordenadora do Grupo-Rio da Sociedade Vegetariana Brasileira e coordenadora do Departamento Nacional de Ativismo da Sociedade Vegetariana Brasileira (www.svb.org.br). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os desafios que a questão do vegetarianismo impõe ao direito ambiental?

Bianca Turano - A concepção de direito ambiental pela doutrina majoritária mundial, baseada numa visão antropocêntrica de modelo capitalista, pressupõe a natureza enquanto um bem instrumental a serviço do ser humano. Entretanto, esta civilização parece ter percebido os enormes estragos causados por esta visão egoísta e sem limites da natureza e, para tanto, vem adotando práticas de bem-estar, preconizando um uso sustentável

e adequado para o uso desses ditos bens ambientais que, na Constituição Federal de 1988, mereceu status de direitos fundamentais, através do seu artigo 225. Penso que, quando ocorre em um indivíduo uma mudança paradigmática e este resolve adotar uma dieta vegetariana, ou seja, passa a consumir produtos sem quaisquer ingredientes de origem animal, tais como carnes, leite, ovos, mel e seus subprodutos, ele passa a respeitar os animais e, também, a ideia de meio ambiente enquanto um organismo dotado de valor intrínseco e não como

um bem a ser utilizado tão somente pelos seres humanos. Esta concepção também se estende aos animais não humanos, vez que o vegetarianismo é uma dieta alimentar que pressupõe o respeito a todos os animais (humanos e não humanos) e ao próprio planeta Terra. Isto sem falar nas implicações ambientais, hodiernamente propagadas pelos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, a respeito dos impactos da criação de animais para o meio ambiente. O consumo de carne é o maior responsável

pelo desmatamento e pelas queimadas em vastas áreas de floresta (digo, aí, a atividade pecuária em si e as plantações de soja que virarão alimento para esses animais), além do enorme consumo de água doce, poluição de rios e lençóis freáticos, gastos de energia, produção de metano, além da latente desertificação dos oceanos, devido à captura dos animais aquáticos. Também lembro aqui o assassinato, em massa, de centenas de milhares de criaturas sencientes que levam uma vida de intenso e contínuo sofrimento em matadouros, granjas, viveiros, tanques, etc. A esperança é que tudo isto é completamente desnecessário e pode ser interrompido, assim que alguém decide optar por uma dieta vegetariana. Uma dieta gostosa, simples, saudável, ética, ecológica e muito econômica. Outrossim, vivemos, atualmente, a etapa do neoconstitucionalismo, uma época em que os princípios constitucionais vêm ganhando grande importância em detrimento do positivismo normativo. Assim, o direito ambiental merece ser interpretado de acordo com valores biocêntricos, de respeito para com a natureza, percebendo-a e defendendo-a como parte de nós e nós como parte dela e não ela como um bem para o uso exclusivo da raça humana. Daí a importância do crescimento do estudo acerca dos direitos animais, bem como da ecologia profunda ou revolucionária.

IHU On-Line - Como o vegetarianismo se coloca em relação ao binômio economia e meio ambiente?

Bianca Turano - O vegetarianismo é (e pretende vir a ser) a dieta alimentar do vegano, ou seja, daquele que acredita que animais não humanos também sejam sujeitos de direitos fundamentais, tais como vida, dignidade e liberdade, e que tais direitos merecem ser respeitados, assim como aqueles garantidos aos humanos (embora estes estejam longe de serem devidamente respeitados). Particularmente, penso que, a partir do momento em que as pessoas passem a repudiar o especismo, bem como o racismo, o sexismo, a homofobia, a xenofobia e outras formas de preconceitos igualmente odiosas, um novo modelo de vida humana na Terra

“A concepção de direito ambiental pela doutrina majoritária mundial, baseada numa visão antropocêntrica de modelo capitalista, pressupõe a natureza enquanto um bem instrumental a serviço do ser humano”

se iniciará. E este será muito diferente do atual, que tem em sua base o capital, a exploração de humanos e não humanos, da natureza, dos territórios, o industrialismo, o progressismo e a domesticação de animais e plantas. É claro que os modelos econômicos atuais não mais servirão para uma sociedade baseada na autogerência, no reequilíbrio da quantidade de humanos, no anticonsumismo, no respeito a todas as espécies e na plenitude de uma vida livre, sem hierarquias. Assim, uma nova economia - digamos assim - estimulará a recuperação de produtos desperdiçados, no transporte ecológico e gratuito, nas redes de trocas solidárias, no freeganismo, na reciclagem, dentre outros aspectos de suma importância. Faz-se necessário que discutamos este assunto para que o discurso seja realmente praticável e não termine em uma folha de papel ou em uma tela de computador. É sempre hora de tentar.

IHU On-Line - Quais as principais demandas hoje na área dos direitos animais humanos e não humanos?

Bianca Turano - O veganismo carece, hoje, de uma maior divulgação por parte da mídia. Mas com uma divulgação honesta, que realmente leve à população as informações claras e condizentes com o respeito aos animais. O veganismo carece de maior número de decisões judiciais favorá-

veis e, para isto, é necessário que as pessoas se utilizem do Judiciário na defesa daqueles que não podem pleitear pela sua vida e dignidade. O veganismo carece de maior participação na vida política, na vida acadêmica, de união com outros movimentos que também acreditem na igualdade e na liberdade. Para tanto, é preciso que se discutam os pilares desta civilização. É preciso que entendamos o contexto, com uma visão sistêmica, holística da coisa, para que não excluamos ninguém desse processo, que é emergencial, premente e inevitável para a continuação da vida e pela realização dos anseios de paz, tão longamente clamados pela humanidade.

IHU On-Line - Em que consiste o trabalho do Grupo Rio da Sociedade Vegetariana Brasileira?

Bianca Turano - A SVB-RIO é um grupo de conscientização, que vem atuando em conjunto com outros grupos de todo o Brasil e, também, com ativistas independentes. Já que não temos uma sede, resolvi dedicar meu tempo com a manutenção de uma barraquinha, que fica aberta todos os sábados na Feira Orgânica e Cultural da Glória (rua do Russel, em frente ao n. 300, na Glória), das 9h30min às 14h. Ali, vendemos materiais diversos, tais como blusas, adesivos, bôtons, livros de receita, doutrina, produtos de higiene que não testam em animais, além de distribuímos panfletos, recolhemos abaixo-assinados e conversamos com as pessoas acerca do veganismo. A barraquinha, que existe desde 2006, com a continuidade, acabou por virar um ponto de encontro de ativistas que lá se reúnem para conversar, para as reuniões, para fazer faixas para protestos, para piqueniques, como também feitura de festas e bazares beneficentes. Com o dinheiro, investimos em mais materiais e juntamos uma graninha para bancar o material do ativismo. A SVB-RIO também atua em protestos, distribuição de comidas vegetarianas gratuitas nas vias públicas, panfletagens, manifestações, campanhas (Natal, Dia das Mães, Dia Internacional dos Direitos Animais - DIDA, Meatless Day etc.), ações judiciais e em auxílio àqueles que desejam aderir ao vegetarianismo-veganismo.

“Conheço pessoas que dizem amar animais, mas que, na hora da refeição, não dispensam um peixinho ou uma porção de queijo”

IHU On-Line - Que relação pode ser estabelecida entre o vegetarianismo e o direito dos animais?

Bianca Turano - O vegetarianismo, por ser uma dieta alimentar que pressupõe a não utilização de produtos animais na alimentação, acaba por não compactuar com a escravidão dos animais utilizados para alimentação humana. Conheço pessoas que dizem amar animais, mas que, na hora da refeição, não dispensam um peixinho ou uma porção de queijo. A intenção pode ser das melhores, mas estas pessoas só passarão a respeitar os animais, de fato, a partir do momento em que elas lhes garantirem direitos, que é de não serem usados, de não serem explorados.

IHU On-Line - Você pode explicar brevemente o objeto das duas ações judiciais que atualmente você enfrenta, e como foi a primeira sentença nacional favorável ao ativismo pelos direitos animais em que você esteve à frente?

Bianca Turano - O “Caso Shakira”, como ficou conhecido, foi uma grande surpresa para mim, pois sempre estive envolvida com os animais geralmente destinados à alimentação, entretenimento e pesquisas científicas. Mas fui testemunha ocular de um caso em que uma boxer ficava dia e noite presa em uma sacadinha de 12m². Como tenho formação jurídica, decidi fazer exatamente o que a faculdade e o bom senso me ensinaram: enviei uma cartinha ao proprietário do imóvel dizendo que a cachorrinha estava muito depressiva, me comprometendo a passear com ela se ele não pudesse e tal. Entretanto, o proprietário do imóvel jamais me respondeu. Fui, então, ao Ministério Público - vez que a tutela dos animais é de sua responsabilidade - e formulei uma representação. Infelizmente, ela foi parar no Juizado Especial Criminal - Jecrim e a promotora em questão não prosseguiu com a ação. Ela che-

gou a me perguntar se eu tinha carro e se queria que me tirassem o carro por eu não tratá-lo bem, comparando o carro à cachorra. Daí, saí de lá junto com a minha vizinha, também testemunha, muito desesperançosa. Foi marcada uma manifestação na rua em frente ao imóvel onde se encontra ainda a Shakira e a minha vizinha acabou entrando na Justiça, pedindo a guarda do animal que, em sede liminar, foi concedida. Shakira foi, então, conduzida à casa de minha vizinha. Daí, a liminar foi cassada, o processo foi extinto e a cadela teve que voltar para a sacadinha. Foi então que a proprietária do imóvel, bem como o seu advogado, resolveram me processar, requerendo danos morais por eu ter tornado público o caso da cachorra e, claro, alegando que tudo o que eu havia dito a respeito das suas condições não eram verdade. Daí, houve um movimento mundial de apoio à minha situação. Recebi cartas de Portugal, da Nova Zelândia, mensagens de apoio de pessoas maravilhosas e solidárias e agradeço muito por todos os ativistas e pessoas que me estenderam a mão naquele momento. Felizmente, obtive ganho em todas as ações. Entretanto, as mesmas não terminaram, pois estão em fase recursal.

IHU On-Line - Qual a particularidade do vegetarianismo em relação ao ativismo judicial?

Bianca Turano - O ativismo judicial, neste caso, nada tem a ver com aquele em que há o controle constitucional por parte dos juízes. Ativismo judicial dentro do ativismo pelos direitos animais é na capacitação do ativista para que ele saiba exatamente como colher meios de prova, quando ciente de um ato de abuso e/ou maus-tratos em face de um animal. E que esses meios de prova sejam levados ao Ministério Público, sejam levados ao Judiciário para que obtenhamos sucesso em nossos pleitos.

**OS DEDITIDOS DA
VIDA: REFLEXÕES
DO MUNDO DO
TRABALHO A LUZ DO
MTD/RS
RITA DE CÁSSIA
MACHADO - MESTRE
E DOUTORANDA EM
EDUCAÇÃO PELA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL
- UFRGS**

INFORMAÇÕES

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Teologia Pública

O anúncio do Reino de Deus e a ética. Ratzinger e Jon Sobrino, duas visões

A tarefa da ética é tentar formular diretrizes mais ou menos confiáveis ou até absolutas, que definam instituições e práticas moralmente boas. Mas hoje é essencial envolver a participação de vozes que foram excluídas do processo decisório, defende a teóloga norte-americana Lisa Sowle Cahill

POR MOISÉS SBARDELLOTTO

Para enfrentar problemas globais como a pobreza, a violência, o racismo e o sexismo, é necessário encontrar uma “abordagem básica para a moral”, ou seja, valores que “os seres humanos partilham em comum”. Mas, para isso, é preciso “rever o significado da lei natural para o mundo de hoje”.

Para a teóloga norte-americana Lisa Sowle Cahill, professora do Boston College, o desafio da ética é justamente “tentar formular diretrizes mais ou menos confiáveis e, às vezes, até absolutas, que definam instituições, práticas sociais e decisões individuais moralmente boas”. Mas reconhece: “Essa não é uma tarefa fácil. Na verdade, é uma tarefa que nunca acaba”. Por isso, hoje, “é essencial envolver a participação de vozes que foram frequentemente excluídas do processo decisório no passado, por exemplo, as mulheres, as minorias raciais e étnicas da sociedade e os leigos na Igreja”.

Especificamente com relação às mulheres, Lisa, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, critica o patriarcado ainda existente na Igreja, disfarçado sob “uma ideologia de ‘complementaridade entre gêneros’”, que, segundo ela, “serve como uma justificação para confinar as mulheres a papéis domésticos”. Mas, afirma, há sinais importantes de esperança para as mulheres na Igreja e na teologia moral, que não se encontram nos escritos dos papas e de outros mestres oficiais: é o papel que as próprias mulheres estão desempenhando na teologia e na Igreja. “O Brasil é o lar de muitas importantes teólogas feministas”, afirma.

Lisa Sowle Cahill é teóloga e professora da cátedra J. Donald Monan, SJ, do Boston College, nos Estados Unidos, onde leciona teologia desde 1976. É ex-presidente da Catholic Theological Society of America e da Society of Christian Ethics. Também é membro da American Academy of Arts and Sciences. Formada em teologia pela Santa Clara University, é mestra e doutora em teologia pela University of Chicago. Em 2008, participou do Comitê Consultivo Católico do então candidato a presidente Barack Obama. É autora, dentre outros, de *Theological Bioethics: Participation, Justice and Change* (Georgetown, 2005); *Sexuality and the U.S. Catholic Church: Crisis and Renewal*, editado com John Garvey e T. Frank Kennedy (New York: Herder and Herder, 2006); e *Genetics, Theology, Ethics: An Interdisciplinary Conversation* (Crossroad, 2005). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como podemos compreender o compromisso ético na realidade social, moderna e laica de hoje, caracterizada por aquilo que alguns - como o Vaticano - chamam de “relativismo”? Quais seriam seus fundamentos básicos?

Lisa Sowle Cahill - Ao falar sobre “re-

lativismo”, acho que uma abordagem útil ainda é a “lei natural”, como sugerida por Tomás de Aquino. Temos que rever o significado da lei natural para o mundo de hoje, é claro. Por “lei natural”, não me refiro a um conjunto de conclusões ou de regras específicas de comportamento. Pelo contrário,

refiro-me a uma abordagem básica para a moral, que busca compreender - a partir “do zero” ou indutivamente - quais valores os seres humanos partilham em comum. É necessário algum sentido de uma moral compartilhada e não relativa para enfrentar problemas globais como a pobreza, a violência, o

racismo e o sexismo.

Aquino sugere três exemplos básicos de bens humanos compartilhados que são reconhecidos em todas as culturas:

1) o desejo de preservar a própria vida e o respeito pela vida dos outros;

2) o valor do sexo, de se ter filhos e de educar a próxima geração;

3) a importância de viver cooperativamente em sociedade e, como diz Aquino, “buscar conhecer a verdade sobre Deus”.

Obviamente, a forma como esses três bens são institucionalizados em diferentes sociedades, e realizados concretamente, vai variar de lugar para lugar e de tempo para tempo. Assim, enquanto os bens básicos são não relativos, expressões éticas específicas podem ser relativas a circunstâncias e necessidades. Como disse o próprio Aquino, a ética lida com “matérias contingentes”, e, quanto mais lidamos com questões morais concretas e detalhadas, mais variedade haverá.

A tarefa da ética é tentar formular diretrizes mais ou menos confiáveis e às vezes até absolutas, que definam instituições, práticas sociais e decisões individuais moralmente boas. Essa não é uma tarefa fácil. Na verdade, é uma tarefa que nunca acaba.

O último ponto que eu gostaria de abordar é que, no mundo de hoje, é essencial envolver a participação de vozes que foram frequentemente excluídas do processo decisório no passado, por exemplo, as mulheres, as minorias raciais e étnicas da sociedade e os leigos na Igreja.

IHU On-Line - Cristo traz um “novo paradigma normativo”, como a senhora afirma, tanto para a teologia quanto para a ética. Nesse sentido, quais as contribuições específicas do cristianismo para o compromisso ético?

Lisa Sowle Cahill - O cristianismo não traz uma definição nova ou diferente dos bens humanos básicos como a vida, o sexo e a procriação, ou a co-operação sociopolítica. Mas traz uma visão diferente da inclusividade de acesso a esses bens. Eles não são ape-

nas para as elites. Os poderosos não têm o direito exclusivo de usufruir dos bens humanos, ou de decidir quem pode tê-los e em que condições.

Encontramos a principal mensagem moral do Evangelho no ministério de Jesus do reino de Deus em sua “comunhão à mesa”, inclusiva com os pecadores e os marginalizados, e em seu mandamento de amar a Deus e ao próximo, e até mesmo aos estranhos e inimigos.

Outra parte de sua mensagem e de seu exemplo é a Cruz. Devemos estar dispostos a nos sacrificar a fim de assegurar que o reino ou o reinado de Deus comece a se tornar uma realidade para aqueles que sofrem injustamente no nosso mundo.

Finalmente, os cristãos também vivem a partir da ressurreição de Cristo. Devemos confiar que um mundo melhor é possível, mesmo que isso nunca será historicamente perfeito. A ressurreição de Cristo nos dá a confiança de que podemos trabalhar com os outros pela justiça social.

IHU On-Line - Especialmente na América Latina, a situação social e a opção pelos pobres trouxeram uma nova leitura para a vivência cristã. Em sua opinião, como isso afetou o debate sobre a ética cristã?

Lisa Sowle Cahill - Não apenas na América Latina, mas em todo o mundo, a “opção pelos pobres” tornou-se fundamental para a ética cristã. Vemos isso refletido, por exemplo, na *Sollicitudo rei socialis*, uma encíclica de João Paulo II, e na Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2009, de Bento XVI, na luta contra a pobreza. A lição para a ética é que as questões do pecado social e estrutural e da justiça são as questões mais importantes e fundamentais para a ética cristã, e que a chamada “ética pessoal” deve estar sempre ligada ao contexto social e à responsabilidade social.

IHU On-Line - Qual a relação entre ética e teologia? Como ambas podem se complementar?

Lisa Sowle Cahill - A teologia cristã traz à ética a opção pelos pobres, assim como a necessidade da Cruz e a esperança na ressurreição. Mas a éti-

ca traz à teologia a prova prática da justiça. Será que os símbolos e doutrinas teológicas e a forma como são utilizados promovem o ministério de Jesus do reino de Deus?

IHU On-Line - A senhora estabelece uma relação entre a teologia de Joseph Ratzinger e a de Jon Sobrino para analisar a ética do reino de Deus. Quais são suas principais semelhanças e diferenças?

Lisa Sowle Cahill - Ambos os autores escrevem sobre Jesus e o reino de Deus e destacam que Jesus torna o Reino presente na história e nas nossas vidas. No entanto, enquanto Sobrino sublinha a realidade do reino e da ressurreição na vida dos pobres e exorta os cristãos privilegiados a “tirar os pobres da cruz”, Ratzinger sublinha o reino de Deus como uma relação transcendental e espiritual com Deus por meio de Cristo como a Palavra.

Um perigo da teologia de Ratzinger é que ela pode incentivar os cristãos a ter uma visão transcendental da espiritualidade cristã e negligenciar as suas responsabilidades e possibilidades de fazer mudanças no mundo como o conhecemos, especialmente mudanças para curar a injustiça e aumentar o bem comum. Eu realmente penso que Sobrino é mais bem sucedido ao enfatizar a necessidade da graça de Deus para realizar a mudança social, do que Ratzinger ao enfatizar que, se amamos verdadeiramente a Deus, vamos dar passos concretos para ajudar o nosso próximo, incluindo mudanças estruturais.

Ao mesmo tempo, na verdade, Sobrino e Ratzinger estão se dirigindo a públicos e necessidades diferentes. Sobrino vê o sofrimento dos pobres em El Salvador e em todo o mundo. Ratzinger vê a alienação de muitos diante da religião na Europa “secular” e quer assegurar às pessoas que uma relação com Deus é realmente possível.

IHU On-Line - A senhora afirma que os cristãos “aprendem” a ética cristã especialmente por meio da Igreja, “apesar de suas fraquezas”. Como a senhora vê esse aprendizado ético?

Lisa Sowle Cahill - Idealmente, a

Igreja é uma comunidade da ressurreição, onde Cristo está presente no Espírito Santo. Infeliz e escandalosamente, a Igreja Católica e as comunidades eclesiais específicas muitas vezes violam esse chamado e falham em revelar Cristo ou em nos ensinar como viver a partir da ressurreição. Muitos exemplos são óbvios, do antigo patriarcado, racismo e riqueza ostentatória, às recentes crises de abusos sexuais. No entanto, por meio do exemplo de Cristo, dos sacramentos, das organizações cristãs de justiça social e da educação católica, como as universidades jesuítas, nós continuamos realmente aprendendo o que significa ser cristão e como viver eticamente como cristãos.

IHU On-Line - A ética hoje, segundo a senhora, deve nos ajudar combater o “consumismo, a cobiça e o militarismo”, assim como o sexismo e a exploração das mulheres. Quais são os principais desafios que esses fenômenos apresentam para a fé cristã hoje?

Lisa Sowle Cahill - O principal desafio é o desafio da esperança. Esses males sempre fizeram parte do mundo e nunca serão totalmente erradicados. Mas os cristãos devem lutar contra o cinismo e o desespero. Uma das principais fontes da nossa esperança é a graça que encontramos em solidariedade e em compromisso com e pelos outros - quando pelo menos tentamos viver no reino de Deus, por meio da vida de ressurreição, e descobrimos que podemos começar a mudar a nossa realidade.

IHU On-Line - Como a senhora analisa a relação entre a teologia das religiões e o debate ético? Que ética surge a partir do diálogo inter-religioso?

Lisa Sowle Cahill - Os problemas globais que enfrentamos exigem um processo de responsabilização, análise e trabalho pela mudança global, intercultural e inter-religiosa. As pessoas de todas as culturas podem reconhecer as necessidades e bens humanos básicos. O maior desafio é o desafio do acesso justo aos bens que todos valorizamos. Ninguém quer ser po-

“Os cristãos devem lutar contra o cinismo e o desespero. Uma das principais fontes da nossa esperança é a graça que encontramos em solidariedade e em compromisso com e pelos outros”

bre ou viver no meio da guerra e da violência. No entanto, poucas pessoas estão dispostas a reconhecer que todas as pessoas têm igual direito a usufruir das condições de uma vida boa e a se comprometer a remover os obstáculos. Todas as grandes religiões do mundo trazem uma mensagem de compaixão, e o cristianismo, o judaísmo e o islamismo partilham a mesma narrativa bíblica de um criador bom que fez todas as pessoas à imagem divina.

IHU On-Line - A senhora afirma que “a ética é a prática do reino de Deus”, e este, por sua vez, é “muito concreto”. Que feições essa prática ética assume nas sociedades contemporâneas?

Lisa Sowle Cahill - Aqui, eu gostaria apenas de enfatizar novamente que o reino de Deus não é apenas um relacionamento pessoal e espiritual com Deus, uma esperança de vida após a morte ou uma vaga intenção de querer o bem às outras pessoas. Todos nós temos a responsabilidade de nos comprometer de alguma forma a fazer a diferença na vida daqueles que sofrem, e isso inclui a responsabilidade por estruturas sociais que podemos afetar por meio da participação política. E, em termos mais tradicionais, devemos nos esforçar para viver com honestidade, integridade e compaixão em nossas vidas e relacionamentos pessoais, incluindo o sexo, o casamento e a família, o trabalho e os negó-

cios, os bairros e as comunidades, e o nosso impacto sobre o ambiente natural.

IHU On-Line - Como mulher, como a senhora vê o fazer teologia (e teologia moral) na Igreja hoje?

Lisa Sowle Cahill - Por um lado, a Igreja Católica ainda é marcada pelo patriarcado, disfarçada sob uma ideologia de “complementaridade entre gêneros”, que serve como uma justificação para confinar as mulheres a papéis domésticos e esperando mais sacrifícios pessoais das mulheres do que dos homens. Um “padrão duplo” sexual ainda existe em todo o mundo, inclusive dentro da Igreja. Esses estereótipos de gênero são prejudiciais para os homens e os meninos, assim como para as mulheres e as meninas.

Alguns representantes da Igreja, assim chamados, condenam violentamente as mulheres que buscam acabar com a gravidez em circunstâncias desesperadoras, por exemplo, enquanto são muito mais compreensíveis ou matizados em seus pontos de vista sobre políticas econômicas e militares que matam muitos, ou a destruição do meio ambiente que também resulta em sofrimento humano e morte.

Ao mesmo tempo, é importante não esquecer o imenso progresso que foi feito pela Igreja Católica, ao longo das duas últimas gerações, com relação às mulheres. Em 1930, Pio XI ainda dizia às mulheres que fossem submissas à autoridade dos seus maridos e nem sequer lhes permitia controlar suas próprias questões financeiras. A infame encíclica de 1968 sobre o controle de natalidade (*Humanae vitae*) condenou o controle de natalidade artificial, que também era uma forma de controlar a fertilidade das mulheres e de assegurar que as mulheres não tivessem muita liberdade com relação às responsabilidades familiares. No entanto, essa mesma encíclica também apresentou os esposos como teoricamente iguais no sexo e no casamento, e partiu de uma definição da procriação como o principal objetivo do sexo a uma visão do sexo igualmente como amor e compromisso.

João Paulo II propôs uma teoria da complementaridade de gênero entre homens e mulheres que sugere que a maternidade é o papel mais importante das mulheres. No entanto, ele também defendeu o acesso das mulheres a todas as funções públicas e disse que as mulheres devem receber um salário igual para um trabalho igual, comparável ao dos homens. Talvez o que mais impressionante é a sua *Carta às Mulheres*, de 1995 (escrita para a Conferência da ONU sobre as mulheres de Pequim). Lá, ele elogia “o grande processo de libertação das mulheres”, condena a violência contra as mulheres (principalmente a violência sexual) e até pede desculpas pelo papel que representantes da Igreja tiveram na opressão das mulheres e na negação da sua dignidade. (Claro, precisamos dar um passo a mais e admitir que isso não tem a ver apenas com alguns representantes, mas sim com pontos de vista e políticas da Igreja Católica como um todo, que, ao longo dos séculos, tiveram efeitos negativos sobre as mulheres.)

O sinal mais importante de esperança para as mulheres na igreja e na teologia moral, no entanto, não são os escritos dos [papas](#) e de outros mestres oficiais, mas sim o papel que as próprias mulheres estão desempenhando na teologia e na Igreja. O Brasil é o lar de muitas importantes teólogas feministas. As mulheres não estão à espera de aprovação oficial. Elas estão fazendo ouvir as suas vozes na Igreja e na teologia, e já estão mudando o mundo para nós mesmos, para nossos filhos e alunos. Nos EUA, estamos muito felizes por ter uma grande rede de universidades católicas, muitas delas jesuítas, em que a teologia criativa e crítico é estimulada e valorizada, e em que as mulheres e os homens trabalham em conjunto para mudar a disciplina da teologia moral (ética cristã), de modo que seja mais igual em gênero e mais sensível às preocupações de justiça global. Em nível internacional, eu tive a sorte de trabalhar com colegas maravilhosas, incluindo as brasileiras Maria Clara Bingemer e Ivone Gebara, na produção da revista Concilium.

Memória

Fernando Bastos de Ávila - 1918-2010

Padre Ávila: um intelectual orgânico da Igreja caminheira

Antônio de Abreu destaca que o jesuíta se inseria espontaneamente numa tradição intelectual acadêmica que valorizava o conhecimento e o estudo sério por si mesmo

POR GRAZIELA WOLFART

“**C**onvenido de que, evangelicamente, outro mundo era possível e desejável, mas com resistências contra a análise marxista muito além de intelectual, procurou ‘concretizar’ a Doutrina Social da Igreja num projeto de economia e sociedade que não saiu tão ‘concreto’ quanto sonhava. No fundo, convencido de que as mudanças se dariam de cima para baixo, protagonizadas por gente lúcida de boa vontade, não colocou a questão do poder e da hegemonia”. É desta forma que o padre jesuíta Antônio Abreu recorda do amigo e coirmão, como o chama, Fernando Bastos de Ávila, falecido no último dia 06-11-2010. Sobre as assessorias que padre Ávila prestava à CNBB, na época do regime militar, Antônio de Abreu destaca que “ajuntar conhecimento seguro e amplo da Doutrina Social da Igreja, informação sempre atualizada da conjuntura nacional e capacidade comunicativa de síntese” (que eram características de padre Ávila, segundo Abreu), “ajudou a aceitação das análises pelos bispos, porque a leitura dos fatos era fermentada pela valoração baseada na Doutrina Social da Igreja”. A entrevista que segue foi concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Antônio José Maria de Abreu é pesquisador do CIAS-Ibrades (Centro de Investigação e Ação Social - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), de Brasília-DF. É mestre em Economia pela University of Michigan e licenciado em Teologia pela Universidade de Innsbruck. É coordenador de ministérios em meio popular. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que o senhor guarda de mais significativo do tempo em que conviveu com o padre Ávila?

Antônio de Abreu - O papel que desempenhou junto à CNBB, em assessorias, análises da conjuntura, mesmo através do curso longo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - Ibrades. Mais pessoalmente, a relação dialética - que nos transcendia um pouco - como um coirmão que me

acolhia (nem sempre o modo de proceder dos bem pensantes da Província), mas de quem muito divergi. Há mesmo aspectos de sua (muita) estima por mim, em que divergíamos. Minha pastoral supletiva no meio popular, por exemplo, que ele via como edificante abnegação, quando para mim interagia dinamicamente com meu trabalho no Ibrades e era recarga de bateria.

IHU On-Line - O que o senhor destaca na trajetória intelectual do padre Ávila?

Antônio de Abreu - Foi um intelectual orgânico da Igreja caminheira. Inseria-se espontaneamente numa tradição intelectual acadêmica que valorizava o conhecimento e o estudo sério por si mesmo. O reconhecimento dos pares era para ele termômetro de que seu estudo era pertinente e acurado. Após a odisseia brilhante pelos mares greco-latinos como professor dos juniores em Friburgo e da destinação para a Pedagogia, nas últimas horas da Terceira Provação, recebeu a carta provincial destinando-o para a Sociologia e a matrícula em Lovaina. Depois marcou seu tempo e seu meio como sociólogo.

IHU On-Line - Qual a importância do solidarismo na história dele?

Antônio de Abreu - Convencido de que, evangelicamente, outro mundo era possível e desejável, mas com resistências contra a análise marxista muito além de intelectual, procurou “concretizar” a Doutrina Social da Igreja num projeto de economia e sociedade que não saiu tão “concreto” quanto sonhava. No fundo, convencido de que as mudanças se dariam de cima para baixo, protagonizadas por gente lúcida de boa vontade, não colocou a questão do poder e da hegemonia.

IHU On-Line - Como foi o processo da fundação da revista *Síntese*? Qual a participação de padre Ávila?

Antônio de Abreu - O nome original da revista era *Síntese Política, Econômica e Social*, dando a sigla “SPES”, “esperança” em latim. Queria ser a revista da Escola de Sociologia e Política da PUC-Rio. Brotava da convicção de que a realidade social se entendia interdisciplinarmente. Daí o nome “*Síntese*”; ideia assumida como prioridade no projeto da Escola por amigos e colaboradores, como o economista Kerstenetzky e o politólogo Jaguaribe¹. Como diretor da ESP/PUC, Ávila foi o primeiro diretor da revista e depois a continuou. Embora fosse uma empreitada coletiva, *Síntese* era, sobretudo, tarefa dele.

¹ Helio Jaguaribe de Mattos (1923): sociólogo, cientista político e escritor brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - O que o senhor pode falar sobre a amizade de padre Ávila com padre Vaz, inclusive sobre a divergência dos dois em relação ao regime militar?

Antônio de Abreu - Os dois receberam na Companhia uma formação elitista, que não é culpa deles. Quando estudantes, ouviram repetidamente o provincial bater com os dedos na mesa em exortações, dizendo “a Companhia de Jesus é uma ordem aristocrática”. Vaz² por um tempo vislumbrou hegelianamente que a História tem um sentido, que Teilhard³ enriqueceu para ele. Daí seu papel fundamental no repensamento da JUC (Juventude Universitária Católica), com reflexos para a Ação Católica Universitária (de formados). No nível intelectual, queria ardentemente a omelete, mas existencialmente se assustou com a violência da quebra dos ovos. Pior: discípulos seus da véspera, incompreendidos pela Igreja institucional (como ele mesmo tinha sido), abandonaram a fé católica. Como reação, adernou para a direita em termos sociais, políticos e de posição na Igreja. Nos anos 1970, reagia menos contra a ditadura do que Ávila. Defendia o fechamento do Ibrades, não só por causa da invasão da Polícia do Exército em 1970, mas por lhe parecer que a formação de agentes sociais de transformação estrutural não cabia à Companhia. Sua influência, neste sentido, complicou-me a relação com um provincial que me estimava, mas ouvindo muito Vaz não via sentido no Ibrades (e mais tarde se laicizou, mas não por isto). Ávila se man-

² Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921 - 2002): filósofo e padre jesuíta, autor de importante obra filosófica. A IHU On-Line número 19, de 27-05-2002, disponível em <http://migre.me/Dto9>, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra de Lima Vaz, com o título *Sábio, humanista e cristão*. Celebrando a memória do Padre Vaz, a edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória*, disponível para download em <http://migre.me/Dtol>. (Nota da IHU On-Line)

³ Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta, que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquentenário de sua morte foi lembrado no Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos de 16 a 19-05-2005. A edição 140 da IHU On-Line, de 09-05-2005, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Teilhard de Chardin: cientista e místico*, disponível em <http://migre.me/11DQX>. A edição 304 da IHU On-Line, de 17-08-2009, intitula-se *O futuro que advém. A evolução e a fé cristã segundo Teilhard de Chardin*. (Nota da IHU On-Line)

teve sempre quase na mesma linha, com um pouco mais de crítica social (e da Igreja). O temperamento hamletiano e necessitado de reconhecimento e a estratégia para ser eficaz sobre o auditório musicaram seu discurso à Igreja uma terça abaixo do que falava em confiança. O balé ideológico dos dois não lhes afetou a amizade pessoal, posso testemunhar.

IHU On-Line - Qual o papel do padre Ávila na fundação do Ibrades?

Antônio de Abreu - O Ibrades nasceu de vários córregos. Bispos desejavam um “centro para o Brasil como o Ibrades na América Latina” (circunlóquio que Dom Helder moldou em “Ibrades”). Pe. Pierre Bigo e Pe. Pedro Velloso insistiam para isto junto ao Pe. Geral e aos provinciais. O apreço do Pe. Velloso (provincial) pelo Pe. Ávila o fez considerá-lo o homem certo para implementar o projeto. Pe. Ávila mesmo pensava o Ibrades como inserido na PUC-Rio. Disto ainda se falava em 1967, 1968. Terá pesado a ligação à CNBB, mas sinto que o Ibrades não ficou na PUC em 1968 como a nascente Igreja cristã não ficou na sinagoga. Inspirador, expressivo, bem relacionado, Pe. Ávila se qualificava por este lado para liderar o Ibrades. Mas via os muitos aspectos numa questão, não conseguia com clareza priorizá-los, sua decisão emperava se não era empurrada de fora ou por afeto. Outubro de 1976: altura na qual em anos anteriores a turma estava basicamente selecionada, tínhamos dez a doze candidatos ao curso longo de 1977; porém, mais de trinta pedidos de cursos breves locais. Foi duro vencer sua hesitação para cancelarmos o curso longo e assumirmos mais cursos breves: 17, que nos deram vários candidatos excelentes para 1978.

IHU On-Line - Como eram as assessorias de padre Ávila à CNBB durante o regime militar?

Antônio de Abreu - O regime militar coincide em parte com frutos das nomeações episcopais de João XXIII e Paulo VI. Antes, se buscavam canonistas e administradores. Agora (em parte, graças às informações do núncio Lombardi), era a hora de pastores sensíveis aos sinais dos tempos. Assim mesmo, o episcopado era um colegiado piedoso e unido, mais para

conservador, no qual dava o tom uma minoria articulada, aberta ao novo e à ação de conjunto (segundo Dom Helder). A amizade pessoal de Ávila com Dom Ivo Lorscheiter dos tempos de Roma ajudou; não creio que fosse decisiva. Em suas assessorias, Ávila buscava o “ponto ótimo”, que não é o mesmo que “máximo”. A nós, mais jovens, podia parecer cauteloso demais, Deus o sabe. Mas conseguia ser ouvido, receber atenção, o que era positivo. Às vezes (em confiança) observava com humor as redações finais dos seus rascunhos: “acupuntura episcopal, espeta um pouco aqui, fura um pouco ali”. Ajuntar conhecimento seguro e amplo da Doutrina Social da Igreja, informação sempre atualizada da conjuntura nacional e capacidade comunicativa de síntese, ajudou a aceitação das análises (e da orientação que sugeriam) pelos bispos, porque a leitura dos fatos era fermentada pela valoração baseada na Doutrina Social da Igreja.

IHU On-Line - Qual sua avaliação do livro *A alma de um Padre. Testemunho de uma vida* (Bauru: Edusc e Academia Brasileira de Letras, 2005)? O que levou padre Ávila a escrevê-lo, quando companheiros jesuítas e leigos acharam que o livro não deveria ter sido publicado?

Antônio de Abreu - Li-o e me incomodou, embora menos do que esperava dos comentários ouvidos. Pareceu-me mais amargo do que o coirmão amigo que conheci. A gente nunca conhece bem o outro - nem a si mesmo. Não fui consultado, mas se tivesse sido, diria: “o senhor tem o direito humano de se expressar. Mas não o faça. O que o senhor diz envolve a Companhia, que é algo maior. Toda decisão é um limite, a gente é livre de fazer os votos, mas eles nos tornam membros de um corpo apostólico; tudo que fazemos e dizemos compromete mais ou menos este corpo. Hoje em dia me preocupa gente boa que não se dá conta disto”.

LEIA MAIS...

>> Antônio de Abreu já concedeu outra entrevista à IHU On-Line:

* *O diálogo do pensamento cristão com o mundo*. Entrevista publicada na IHU On-Line número 337, de 02-08-2010, disponível em <http://bit.ly/9KjSLP>.

Padre Ávila: ponte entre a mensagem da Igreja e a realidade social

Ao recordar o convívio que teve com Fernando Bastos de Ávila, o jornalista Luiz Paulo Horta descreve-o como pessoa de uma riqueza humana e de uma simpatia enormes

POR GRAZIELA WOLFART

Ainda impressionado com a leitura da última obra do padre Fernando Bastos de Ávila, intitulada *A alma de um Padre. Testemunho de uma vida* (Bauru: Edusc e Academia Brasileira de Letras, 2005), o jornalista Luiz Paulo Horta concedeu a entrevista que segue por telefone à IHU On-Line recordando os aspectos mais importantes da trajetória do jesuíta recentemente falecido. Ele cita sua contribuição para a área da Sociologia e relata aspectos do convívio pessoal que teve com padre Ávila, que, para ele, “foi um grande sociólogo”, que entendia o ciclo marxista como “um desafio ao pensamento e à ética cristã”.

Luiz Paulo Horta, jornalista, faz crítica musical erudita para o jornal *O Globo*. Em 1983 publicou seu primeiro livro, *Caderno de Música*, e em seguida editou o *Dicionário de Música Zahar*. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 21 de agosto de 2008, ocupando a cadeira 23, cujo patrono é José de Alencar e sucedendo à escritora Zélia Gattai. O primeiro ocupante da cadeira 23 foi Machado de Assis idealizador e primeiro presidente da Academia. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a principal herança intelectual do padre Fernando Bastos de Ávila?

Luiz Paulo Horta - São várias. Eu conheci o padre Ávila nos anos 1960, quando comecei a estudar na PUC-Rio. Naquele tempo ele já seguia uma carreira importante na Sociologia, pois foi um grande sociólogo. Lembro-me bem que usávamos como livros-textos estudos que ele fazia sobre a relação entre marxismo e cristianismo. Naquele momento, o ciclo marxista estava no auge e o padre Ávila entendia isso como um desafio ao pensamento e à ética cristã e escreveu mais de um livro sobre o tema. Dentro do contexto da Sociologia, essa foi uma contribuição muito forte. Ele teve um papel importante

na fundação do Ibrades, que foi muito perseguido pelos militares, o que lhe causou um desgosto enorme. Mas sempre e já nessa época tinha uma posição de grande prestígio. Depois eu saí da PUC, fui estudar Jornalismo e acabamos nos distanciando um pouco. Fomos nos reaproximar no ano 2000, quando a PUC criou o prêmio Pe. Ávila de Fé e Cultura e eu recebi esse prêmio pela prática da ética dentro do jornalismo. Ele até brincava comigo, dizendo que queria que eu o sucedesse na Academia Brasileira de Letras e eu dizia que a esse preço eu não queria. Depois, em um livro que ele escreveu mais tarde, que é *A Alma de um Padre*, ele anotou que “Luiz Paulo Horta recebeu o prêmio Padre Ávila e merecia um

prêmio maior”. Mais tarde eu de fato fui eleito para a Academia Brasileira de Letras, felizmente não na vaga do padre Ávila, que estava bem vivo e nos encontrávamos na Academia, curiosamente sentados lado a lado. Nesse tempo, ele já tinha uma deficiência de audição e uma certa debilidade física. Eu servia como uma espécie de tradutor das sessões para ele das coisas que se falavam.

A alma de um padre

A segunda contribuição dele que eu gostaria de destacar é a publicação do seu último livro, que é muito comovente. Chama-se *A Alma de um Padre*. É um livro de uma sinceridade rara, inclusive provocou um certo incômodo dentro da Companhia de Jesus, porque ele é muito franco. Esse livro é importante sob dois aspectos: primeiro pela questão da vocação. Ele teve uma vocação que não era algo muito orgânico. Chegou ao sacerdócio, em grande parte, atendendo ao desejo da sua mãe, que era uma pessoa muito religiosa. Então, uma das coisas que se vê nesse livro, é um debate muito patético sobre a questão da vocação de uma pessoa que poderia ter seguido outros caminhos. Aparece, por exemplo, a questão da relação de um celibatário com uma mulher, que é algo muito forte. Então, tem esse lado de uma confissão pessoal, que é emocionante. Outro aspecto desse livro é que é curioso que, mesmo com essas dúvidas e angústias, ele se tornou uma pessoa perfeitamente realizada como padre, como jesuíta. As pessoas adoravam os sermões do padre Ávila. O livro é também o retrato da formação jesuítica e como ela era num determinado período. Provavelmente hoje não é mais assim. No tempo do padre Ávila, nos anos 1930 e 1940, era uma formação muito áspera e difícil, até com a finalidade de forçar caracteres fortes, na linha de Santo Inácio de Loyola, forman-

“Padre Ávila estava em uma posição privilegiada, pela sua condição de sociólogo, de fazer essa ponte entre a mensagem da Igreja e a realidade social. Muitos documentos importantes da CNBB foram redigidos por ele. Foi uma fase muito marcante na carreira dele e na história da Igreja no Brasil”

do quase soldados de Cristo, com uma ética rigorosa. E ele, mesmo com todas essas crises que mencionei, incorpora essa vocação, não renega em nenhum momento o que fez. Além da questão pessoal da vocação de um padre, temos esse retrato muito raro da interioridade da formação jesuítica, que é um dos capítulos mais fascinantes da história ocidental. A presença da Companhia de Jesus tem uma importância extraordinária aqui no Brasil como grandes educadores. Pela primeira vez, vi contada com toda a franqueza e sinceridade a história da formação de um sacerdote jesuíta. Esse livro é pouco conhecido, foi lançado muito discretamente, mas é belíssimo.

IHU On-Line - Qual a contribuição de padre Ávila na Academia Brasilei-

ra de Letras? Como ele era entre os acadêmicos?

Luiz Paulo Horta - Ele era uma pessoa de uma riqueza humana e de uma simpatia enormes. Com exceção do tempo final, em que já estava realmente muito debilitado, ele podia conversar com uma verve enorme e muita espontaneidade. Era um ser comunicativo, um professor nato. Eu nunca tive aula com o padre Ávila, mas quem teve tem uma lembrança muito forte dessa experiência. Era uma pessoa que realmente enriquecia os temas, porque às vezes há uma tendência de se tornar muito acadêmico e formal ao tratar de determinados temas. O padre Ávila gesticulava muito, estava sempre sorridente e, no final dessa carreira, foi ficando muito emotivo, até como consequência da debilidade física crescente. Quando ia fazer um sermão mais pessoal ele chorava.

IHU On-Line - Como o senhor avalia o trabalho de assessoria do padre Ávila para a CNBB no sentido da reflexão sobre a conjuntura política e social do país?

Luiz Paulo Horta - Esse foi um outro aspecto muito importante, porque a CNBB é uma criação de Dom Hélder, nos anos 1950, e logo em seguida veio o Concílio Vaticano II, que inaugurou uma nova fase na vida da Igreja, de uma proximidade maior com a sociedade. E o padre Ávila entrou fazendo essa ponte, porque sempre tinha padres especialistas na doutrina cristã. Essa também foi a fase das grandes encíclicas sociais. O padre Ávila estava em uma posição privilegiada, pela sua condição de sociólogo, de fazer essa ponte entre a mensagem da Igreja e a realidade social. Muitos documentos importantes da CNBB foram redigidos por ele. Foi uma fase muito marcante na carreira dele e na história da Igreja no Brasil.

www.ihu.unisinos.br

Beatriz Franzen - 1934 - 2010

POR GRAZIELA WOLFART

Faleceu no último dia 14 de novembro, a professora Dra. Beatriz Vasconcelos Franzen, uma das fundadoras do curso de História da Unisinos e promotoras da criação, em 1987, do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Professora convidada da Universidade de Lisboa, Franzen era graduada em História e Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Coursou especialização em Metodologia do Ensino Superior na Unisinos e doutorado em História na Universidade de Lisboa com a tese *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo*. Escreveu as obras *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo* (São Leopoldo: Unisinos, 1999) e *Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais: novos estudos* (São Leopoldo: Unisinos, 2003).

A IHU On-Line dedica este espaço à memória da professora Beatriz Franzen, publicando depoimentos de pessoas que conviveram com ela e descrevem o legado deixado pela professora. Confira:

“Dentre os meus antigos professores do curso de História na Unisinos, sem dúvida alguma, a professora Beatriz Vasconcelos Franzen se destacou pela sua competência profissional e pela sua coerência ética. Entre nós, “seus meninos e meninas do curso”, a sua memória era conhecida como “infallível” e seu entusiasmo era sempre contagiante. De fato, nas suas aulas, o traçado das linhas cronológicas aparecia espontâneo e rápido, mexendo-se com extrema familiaridade pelas diversas dimensões temporais da História. Num tempo em que a pesquisa ainda não era tão institucionalizada como hoje, a professora Beatriz fundou o primeiro curso de pós-graduação da universidade, com vistas ao futuro mestrado. No nosso último encontro, fisicamente marcada pela doença que a consumia lentamente, mantinha a paixão de sempre pela História, especialmente da Companhia de Jesus no Prata, e, com um misto de alegria e saudade, relembra as aventuras da construção do atual câmpus da universidade e instalação do curso. Deixa saudade, mas não vazio, pois continua viva nos seus ex-alunos, hoje, professores, que a têm como referência profissional e humana”.

Luiz Fernando Rodrigues, professor do PPG em História da Unisinos e curador adjunto do Memorial Jesuíta

“*Aquela que promove a felicidade do espírito*. É assim que certo dicionário de significados e origem dos nomes define Beatriz. Neste, encontra-se, ainda, a informação de que assim se chamava a amada de Dante Alighieri¹ e de que um número considerável de rainhas, em vários períodos da História, se chamaram Beatriz, como a da Hungria, da França, de Veneza, da Espanha e do Reino Austro-húngaro. Diante destas informações, foram inevitáveis as associações à grande mestra e à querida colega Beatriz Vasconcelos Franzen, cujo carisma, paixão, conhecimento e sabedoria marcaram profundamente seus alunos, colegas e todos os que puderam desfrutar de seu dinamismo, de sua energia contagiante e de seu incentivo constante. Lembro-me com nostalgia de suas incríveis aulas de História Moderna e Contemporânea, nas quais a Renascença, a Revolução Francesa, as duas Grandes Guerras Mundiais e a Guerra do Vietnã, ao lado de personagens como Cromwell, Ana Bolena e Talleyrand ganhavam, através de uma incansável e detalhista narradora, dimensões tão reais que sobrevivem até hoje em nossa memória. Lembro-

¹ Dante Alighieri (1265-1321): escritor italiano. Estudou Teologia e Filosofia, sendo profundo conhecedor dos clássicos latinos e dos filósofos escolásticos. Pertenceu ao Partido Guelfo, lutou na Batalha de Campaldino contra os Gibelinos e, por volta de 1300, iniciou a carreira diplomática. Em 1302, foi preso por causa das suas atividades políticas. Iniciou-se então a segunda etapa da sua vida: o exílio definitivo, pois não aceitou as anistias de 1311 e 1315. Afastado de Florença, viveu em Verona e em Lunigiana. Sua principal obra é *A Divina Comédia*. (Nota da IHU On-Line)

me, também, mas com aquela ‘saúde boa’, que nos faz sorrir com o canto dos lábios, das viagens que fizemos juntas, desde as primeiras - feitas em ônibus de linha até Santa Rosa -, para participar dos Simpósios Nacionais de Estudos Missionários, como daquelas que tinham como destino congressos em Portugal e na Espanha. Seu sonho e maior realização - O Programa de Pós-Graduação em História -, apesar de transferido para instalações no câmpus, parece ainda sustentar-se sobre as arcadas do belíssimo prédio da Antiga Sede [da Unisinos] e sobre o seu carisma. À grande mestra dos ‘Tempos da graduação’ e à colega Beatriz dos ‘Tempos da pós-’, é preciso agradecer pela confiança que em mim depositou e pela oportunidade que tivemos de aprofundar laços de amizade nestes vinte e quatro anos de trabalho na Unisinos. Presto, assim, meu tributo a esta grande mulher, cuja generosidade, dedicação e paixão pelo conhecimento, com certeza, se manifestam em cada uma de suas ‘meninas’ e ‘meninos’, como, carinhosamente, chamava aos seus sempre pupilos. Saudades”.

Eliane Cristina Deckmann Fleck, historiadora e professora no curso de História da Unisinos

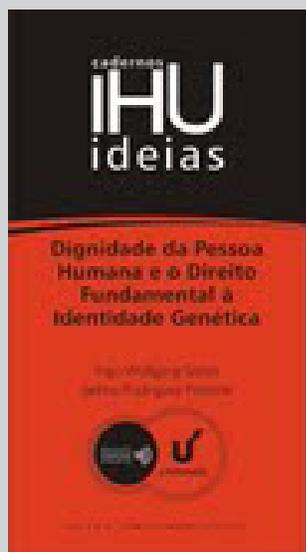
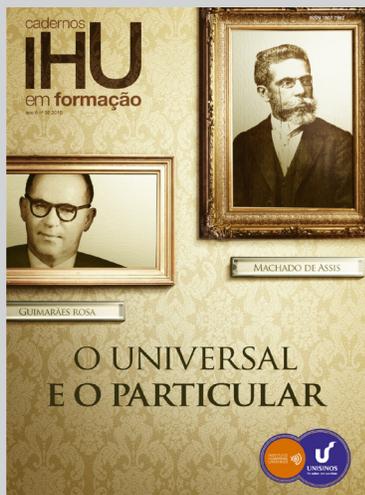
“Falar da Beatriz Franzen como professora da Unisinos é dizer da sua vida nesta casa, ainda a sua casa. É dizer da existência mesma do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, em toda a sua concepção. É, enfim, dizer da minha existência como professora de História desta universidade. Falar da Beatriz Franzen amiga é dizer da sua autoridade, da sua ética, mas, sobretudo, da sua sensibilidade na convivência diária. Eram tardes de discussão na pesquisa ou de aulas conjuntas na pós-graduação. Em busca dos açorianos fizemos projetos de pesquisa e de pós-doutorado nos Açores e frequentamos mesas redondas e congressos. Por último, queríamos juntar forças para colocá-los em uma publicação. Destes projetos nasciam outros, para futuros trabalhos. A tua partida, Beatriz, estava totalmente fora do nosso combinado. Levaste um pouco de cada um de nós, ex-alunos e amigos, mas nos deixaste lembranças que nos servirão de guia e de alento para a nossa vida. Boa viagem, amiga!”.

Eloisa Capovilla da Luz Ramos, historiadora e professora no curso de História da Unisinos

“Estou em viagem e muito triste com a notícia. O que posso dizer aqui de longe, consternada, é que ela foi a melhor professora que se poderia ter: acima de tudo um exemplo de ética, compromisso e amor pela nossa profissão. Depois de ter sido uma excelente formadora de quadros docentes, Beatriz foi desafiada a tornar-se pesquisadora e o fez com o talento e seriedade que eram a sua marca pessoal. Sua identificação com a Unisinos estava acima de qualquer coisa, o que ela acabou transferindo para todos nós que fomos seus colegas e alunos. Não há como não me sentir órfã, eu que ingressei nesta profissão e nesta casa pelas mãos dela. Espero poder honrar, como pesquisadora e professora desta casa que ela tanto amava, a memória e as lembranças que ela nos deixa”.

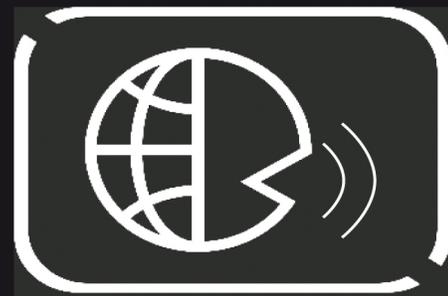
Maria Cristina Bohn Martins, professora do curso de Pós-Graduação em História da Unisinos e vice-presidente da Associação Nacional de História Núcleo Regional, Seção RÃS - ANPUHRs

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



A guerra eleitoral das mídias

POR BRUNO LIMA ROCHA

Entramos na reta final de um ano eleitoral e nos deparamos com algumas constatações de difícil digestão. Nas linhas que seguem abordamos um extrato destas, tomando a mídia como foco de análise.

Se o ano de 2009 encerrou-se com entusiasmo pontual com a realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confe-com), o corrente ano termina sem protagonismos distintos. A primeira, é inegável, é a derrota da coligação de centro-direita, encabeçada por José Serra (PSDB-SP) e secundada pelo jovem aspirante a porta-estandarte do lacerdismo udenista contemporâneo, Índio da Costa (DEM-RJ). Ao perder no pleito, a aliança tucano-democrata espelha a não realização da vontade política das quatro famílias controladoras dos maiores grupos de mídia operando no Brasil. As famílias, Marinho (Organizações Globo), Mesquita (Grupo Estado de São Paulo), Frias (Folha) e Civita (Grupo Abril) decidiram-se, de forma indireta ou estampada (como foi o caso do Estadão), no apoio do ex-governador de São Paulo para o Planalto. Negar isto é refutar o óbvio e, pontualmente, tal perda acarreta uma mudança pontual na balança do poder brasileiro.

Atenção. Refiro-me ao conflito

de interesses entre as percepções imediatas da população - se sua vida piorou ou melhorou na comparação com oito anos - e o jogo de forças diante dos líderes empresariais na produção de bens simbólicos do gênero “jornalístico” e na formação da opinião pública “bem informada”. Nesta tensão, os agentes econômicos e políticos da indústria da comunicação social tentaram incidir na disputa através de argumentos “moralistas”, e apesar de obterem o segundo turno, perderam a corrida. Esta derrota deu-se também porque, na base da pirâmide social, não se alterou a maioria das linhas gerais demarcadoras das preferências traçadas através do senso comum e da escala de lealdades básicas. Estas são, a saber: a família; o círculo de sociabilidade cotidiano; se há ou não frequência em igrejas; a influência da(s) ideologia(s) circulante no mundo do trabalho; além da própria hiperexposição midiática sobre os brasileiros.

O detalhe cruel para as mídias engajadas na campanha da oposição pode estar na possibilidade de que, apesar do consumo ainda excessivo de produções audiovisuais de tipo telenovela e programas de auditório, a influência dos telejornais tenha diminuído nas classes C e

* Bruno Lima Rocha é cientista político com doutorado e mestrado pela UFRGS e jornalista graduado pela UFRJ; é docente de comunicação e pesquisador 1 da Unisinos, membro do Grupo Cepos (www.grupocepos.net); é editor do portal Estratégia & Análise (www.estrategia-eanalise.com.br). Email: blimarrocha@gmail.com.

D, sendo insuficiente para derrotar a sensação (real) de mobilidade social e inclusão na cidadania capitalista, baseada na realização de direitos básicos e no mundo do consumo através do emprego formal e a explosão do crédito pessoal.

Se há algum consenso entre os partidários da teoria crítica nas ciências sociais brasileira de hoje, este pode se refletir nos dois parágrafos acima. O dissenso está (ou estaria) no grau de distanciamento (por esquerda) do governo atual (Luiz Inácio) e sua sucessora, em especial na pauta das comunicações. Cunhou-se o termo Partido da Imprensa Golpista (PIG), muito popular nos blogs mais à esquerda e entre os jornalistas ex-globais que publicam com frequência e criatividade na internet. Mas, se as quatro famílias acima estariam tentando influir nos resultados da macropolítica do governo (como seria o caso dos ataques à imagem da Petrobrás), o que dizer dos grupos empresariais vinculados à campanha de Dilma ou aos feitos de Lula? Como caracterizá-los sem fazer coro com a direita midiática? Uma boa denominação veio do jornalismo cultural de Porto Alegre, especificamente de Tiago Jucá, editor da revista O Dilúvio (<http://odiluvio.blogspot.com>): o termo PIG 2, ou o Partido da Imprensa Governista.

A escalação do PIG 2 é composta de referentes do jornalismo brasileiro tais como: Carta Capital (de

“Ir a reboque de um governo de turno e não apostar em forças próprias já ocorrera antes, como na primeira metade da década de 1960, em especial no último ano do governo de João Goulart”

Mino Carta); Terra Magazine (do editor Bob Fernandes, mas pertencente ao Grupo Telefônica de Espanha); os blogs de Paulo Henrique Amorim, Luiz Carlos Azenha e Rodrigo Viana (todos excelentes repórteres e que estão na folha de pagamento da Record, pertencente a Edir Macedo); isto sem falar em dezenas de portais respeitáveis, a começar pela Carta Maior, as revistas Fórum e Caros Amigos e os sites individuais. No final do segundo turno, até a IstoÉ, publicação semanal da Editora Três (família Alzugaray) começa a bater no governo de São Paulo, levantando suspeitas relevantes de falta de idoneidade na administração públi-

ca. Estas seriam as publicações que, uma vez alinhadas com o mandato de Luiz Inácio, defenderiam a sucessora contra o PIG e seus candidatos.

Não é difícil concordar com esta parte do consenso das esquerdas brasileiras ao bater na direita e não afirmar de maneira leviana que a coligação de centro-esquerda é idêntica a de centro-direita. Até aí tudo bem, mas como não atacar a imagem de Michel Temer (PMDB-SP), vice de Dilma (PT-RS)? Indo além, como não atacar as políticas de comunicação do governo Lula, cujo maior feito fora a aprovação do padrão japonês para o Sistema “Brasileiro” de TV Digital Terrestre?

No Brasil atual, uma parte (ainda minoritária, é verdade) da mídia empresarial conforma um bloco governista e sai vitoriosa das urnas em outubro. Ir a reboque de um governo de turno e não apostar em forças próprias já ocorrera antes, como na primeira metade da década de 1960, em especial no último ano do governo de João Goulart. Quando veio o golpe de 1º de abril de 1964, simplesmente não havia dispositivo de contragolpe organizado e nem sequer uma resistência popular à altura dos acontecimentos. Quando a militância, os setores críticos da academia e as entidades de exercício e direito a comunicação se veem na adesão de um projeto político escorado em grupos empresariais consolidados. Eis o conceito de reboquismo.

PPGCC UNISINOS
Especialização · Mestrado · Doutorado

Fone: (51) 3591.11.22
Ramal 1356

Para a Compreensão da Economia Política da Teledramaturgia



NÚCLEO DE ANÁLISE DA
TELEDRAMATURGIA

www.grupocepos.net/nat

Contatos:

nat@grupocepos.net

Val.bri@terra.com.br

Kalikoske@hotmail.com

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 16-11-2010 a 19-11-2010.

“O monitoramento dos arroios deve progredir”

Entrevista com Silvio Klein, presidente do Comitê da Bacia do Rio dos Sinos

Confira nas Notícias do Dia 16-11-2010

Disponível no link <http://migre.me/2pkzT>

Mais de 10 mil peixes apareceram mortos no Rio dos Sinos no início do mês, segundo informações do Comando Ambiental da Brigada Militar. Os resultados concretos das investigações sobre o que pode ter provocado esta nova mortandade ainda não foram publicados.

O sacrifício de animais e o ensino da biologia

Entrevista com Róber Bachinski, estudante de Biologia

Confira nas Notícias do Dia 17-11-2010

Disponível no link <http://migre.me/2pkQw>

Róber Bachinski entrou com uma liminar que o liberava de dissecar e sacrificar animais nas aulas práticas do curso de Ciências Biológicas. A justiça garantiu ao aluno o direito de continuar fiel às suas convicções sem que fosse reprovado por

não participar dos sacrifícios.

A Amazônia está aquecendo

Entrevista com Carlos Nobre, meteorologista

Confira nas Notícias do Dia 18-11-2010

Disponível no link <http://migre.me/2pl6K>

“As variações climáticas das chuvas são rotineiras. O que nos chama a atenção é que num intervalo de cinco anos, do início da primeira de 2005 até agora, nós tivemos a mais drástica seca, a terceira maior no rio Amazonas e, ainda, tivemos a maior enchente do mesmo rio em 2009”, acentua Nobre ao analisar os fenômenos climáticos extremos que atingem a Amazônia.

Os cenários do novo governo do RS

Entrevista com Rafael Madeira, cientista político

Confira nas Notícias do Dia 19-11-2010

Disponível no link <http://migre.me/2pljr>

Com uma política mais homogênea e com um comportamento cada vez mais parecido com o eleitorado nacional, cai por terra a ideia de que o Rio Grande do Sul é um estado mais politizado, ainda que alguns setores insistam nessa ideia.

Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável Módulo 4 - Pensar global e agir local

Informações:

www.ihu.unisinos.br



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



 **twitter** Home

 **_ihu**

That's you!

"No so a produtividade aumentou, mas sinto que os funcionários estão mais dispostos também", afirma empresário. <http://bit.ly/d9uneB>

27 minutes ago via web

Redução da jornada de trabalho: Experiência que deu certo, diz empresário. <http://bit.ly/d9uneB>

27 minutes ago via web

Um total de 47,8 mil metalúrgicos paulistas pode entrar em greve nesta semana, a partir de quarta-feira. <http://bit.ly/drEFUU>

http://twitt

Profile Find People Settings Help Sign out

Name IHU

Location São Leopoldo

Web <http://www.ihu.un...>

Bio O IHU busca apontar novas questões e respostas para os grandes desafios de nossa época...

260 following
1,047 followers
115 listed

Tweets 5,641

Favorites

Lists

[blogs](#)

[educa-o](#)

[parceiros](#)

[contatos](#)

[equipe-ihu](#)

[organiza-es](#)

[View all](#)

er.com/_ihu

Evento

Pedagogia para a autonomia dos povos latino-americanos

Danilo Streck argumenta que os autores e as autoras do livro *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia* compartilham a convicção de que a educação tem um papel importante para o desenvolvimento dos países da América Latina

POR GRAZIELA WOLFART

No próximo dia 30-11-2010 todas as pessoas interessadas na área da Pedagogia estão convidadas a participar do evento Sala de Leitura promovido pelo IHU. Na ocasião, o professor Dr. Danilo R. Streck, do PPG em Educação da Unisinos apresentará o livro organizado por ele, intitulado *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*. Na entrevista que aceitou conceder por e-mail para a **IHU On-Line**, ele adianta os aspectos centrais da obra. E explica: “o livro tem o propósito de trazer para a nossa formação e reflexão pedagógicas um pouco da riqueza do pensamento sobre educação que existe na América Latina e que, em grande parte, é desconhecido ou então desconsiderado em detrimento de autores europeus”. Danilo ainda acrescenta que “o grande tema é a recuperação de memória construída em séculos de resistência ao colonizador e a busca de uma educação que favoreça a autonomia das nações e dos povos da América Latina”. Para Danilo, “a secular colonialidade que também se verifica na educação só será superada se formos capazes de pensar a nós mesmos e nossas práticas como sendo historicamente situadas e condicionadas e, ao mesmo tempo, tomando consciência das lutas, das buscas e dos projetos das gerações que nos antecederam”.

Streck é mestre em Educação Teológica, pelo Princeton Theological Seminary. É doutor em Fundamentos Filosóficos da Educação, pela Universidade do Estado de Nova Jersey (EUA), com a tese *John Dewey and Paulo Freire view of the educational function of education, with special emphasis on the problem of method* (A visão de John Dewey e Paulo Freire da função educacional da educação, com ênfase especial no problema do método). Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. Além da obra a ser apresentada semana que vem, Streck é autor, entre outros, de *Rousseau e educação* (Belo Horizonte: Autêntica, 2004), *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar* (Petrópolis: Vozes, 2005) e *Erziehung für einen neuen Gesellschaftsvertrag* (Siegen: Athena, 2006). É um dos organizadores de *Pesquisa participante: a partilha do saber* (Aparecida: Ideias & Letras, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais as ideias centrais da obra *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*?

Danilo Streck - O livro tem o propósito de trazer para a nossa formação e reflexão pedagógicas um pouco da riqueza do pensamento sobre educação que existe na América Latina e que, em grande parte, é desconhecido ou então desconsiderado em detrimento de autores europeus. Pode-se dizer que o grande tema é a recuperação de memória construída em séculos de resistência ao colonizador e a busca de uma educação que favoreça a auto-

nomia das nações e dos povos da América Latina.

IHU On-Line - Como se deu o processo de seleção dos 26 autores? Por que considera que os pensadores escolhidos marcaram a educação na América Latina e no Caribe?

Danilo Streck - Na apresentação do livro eu digo que cada autor selecionado vai trazer à memória muitos outros. Isso certamente significa uma limitação do trabalho, mas também pode representar a oportunidade de recriarmos a nossa tradição pedagógi-

ca, trazendo para as discussões pessoas que ousaram pensar a educação a partir de nossa realidade. Faz muito bem, por exemplo, ouvir Simón Rodríguez, o mestre de Simón Bolívar¹, alertar que “ou inventamos ou erramos.” Erramos muito, especialmente em educação, pela imitação acrítica de modelos importados. A seleção dos textos tem como viés político as lutas pela emancipação no campo pedagógi-

¹ Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar Palacios y Blanco (1783-1830): general e líder revolucionário responsável pela independência em relação à Espanha de vários territórios da América do Sul. (Nota da IHU On-Line)

co. Isso não significa que não haja diferenças e divergências nas propostas apresentadas, mas todas elas se inserem nessa mesma busca. Para mencionar um exemplo, enquanto o argentino Sarmiento vê a América Latina como campo de luta entre civilização e barbárie, o cubano José Martí² localiza o problema entre uma falsa erudição e a natureza que somos. Essas compreensões têm evidentes reflexos na educação.

IHU On-Line - Em que sentido aparece na visão dos pensadores escolhidos a busca pela emancipação do povo através da educação?

Danilo Streck - Procurou-se, na seleção de autores e textos, escutar vozes diferentes, muitas vezes silenciadas. É o caso das mulheres que aqui aparecem representadas por figuras como Nísia Floresta³, Maria Lacerda de Moura⁴ e Gabriela Mistral⁵. Ou então a voz dos negros que escutamos através de Manoel Bomfim e Frantz Fanon⁶. Tem também a voz do revolucionário Che Guevara⁷ para quem a universidade

2 José Julián Martí (1853-1895): mártir da independência cubana em relação à Espanha. Além de poeta e pensador fecundo, desde sua mocidade demonstrou sua inquietude cívica e sua simpatia pelas idéias revolucionárias que gestavam entre os cubanos. Em 19 de maio de 1895, no comando de um pequeno contingente de patriotas cubanos, após um encontro inesperado com tropas espanholas nas proximidades do vilarejo de *Dos Rios*, José Martí é atingido e morre em seguida. Seu corpo, mutilado pelos soldados espanhóis, é exibido à população e posteriormente sepultado na cidade de Santiago de Cuba, em 27 de maio do mesmo ano. (Nota da IHU On-Line)

3 Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885): pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, educadora, escritora e poetisa brasileira. (Nota da IHU On-Line)

4 Maria Lacerda de Moura (1887-1945): anarquista brasileira que se notabilizou por seus escritos feministas. (Nota da IHU On-Line)

5 Gabriela Mistral (1889-1957): pseudônimo escolhido de Lucila de María del Perpetuo Socorro Godoy Alcayaga, poetisa, educadora, diplomata e feminista chilena. (Nota da IHU On-Line)

6 Frantz Fanon (1925-1961): psiquiatra, escritor e ensaísta antilhano de ascendência africana, um dos maiores pensadores do século XX relacionados aos temas da descolonização e a psicopatologia da colonização. Suas obras foram inspiradas nos movimentos de libertação anti-coloniais por mais de quatro décadas. (Nota da IHU On-Line)

7 Ernesto Guevara de la Serna (Che Guevara ou El Che - 1928-1967): um dos mais famosos revolucionários comunistas da história. Confirma a Revista IHU On-Line edição 239, Che Guevara de 08-10-2007, disponível em <http://migre.me/>

“Os textos não foram selecionados com a presunção de serem atuais hoje, mas porque testemunham o envolvimento de pessoas com temas e problemas de seu tempo e que podem nos ajudar a enfrentar os problemas de nosso tempo”

latino-americana deveria se pintar de negro, de mulato, de operário e camponês. Ou do monsenhor Romero⁸ que, em suas homilias, pregava que a educação deveria criar condições para formar pessoas autônomas, protagonistas da transformação da sociedade em que vivem. Os autores e as autoras compartilham a convicção de que a educação tem um papel importante para o desenvolvimento dos países da América Latina, mas não a veem como instrumento mágico. Ela é uma das condições necessárias, mas deverá ser sempre pensada no contexto de projetos de sociedade e no entendimento do “ser mais” humano a que Paulo Freire se refere. A meu ver, os colegas que colaboraram na apresentação e seleção de textos tiveram a preocupa-

[me/2pebG](http://migre.me/2pebG) para maiores detalhes. (Nota da IHU On-Line)

8 Dom Oscar Romero (1917-1980): arcebispo católico romano, foi assassinado enquanto oficiava missa, na tarde de 24 de março de 1980. Sua dedicação aos pobres, numa época de efervescência social e guerra, converteu-o em mártir. Confirma nas Notícias do Dia, do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, a entrevista especial com Anne Marie Crosville, “*Dom Oscar Romero ajudou a fortalecer meu compromisso com os mais pobres*”, disponível para download em <http://migre.me/2petr>. Leia, também, as notícias publicadas em 09-11-2009, *El Salvador reconhece responsabilidade no assassinato de Dom Romero*, em <http://migre.me/2peuW> e em 20-05-2007, *Pedida a canonização de Oscar Romero na V Conferência*, em <http://migre.me/2pexh>. (Nota da IHU On-Line)

ção de situar o pensamento pedagógico num contexto mais amplo da obra e das concepções do autor e da autora.

IHU On-Line - Em que medida a obra pode oferecer uma base sólida para a práxis pedagógica na América Latina?

Danilo Streck - Não se pode esperar que qualquer obra ofereça, por si, uma base sólida para a práxis pedagógica na América Latina ou em qualquer outra parte do planeta. Diria mais modestamente que a intenção é ajudar a criar ou fortalecer uma base ou, se quisermos, uma espinha dorsal para a nossa práxis. Não se trata também de promover uma espécie de xenofobia pedagógica, negando as boas e necessárias contribuições que vêm de fora. Acredito, no entanto, que a secular colonialidade que também se verifica na educação só será superada se formos capazes de pensar a nós mesmos e nossas práticas como sendo historicamente situadas e condicionadas e, ao mesmo tempo, tomando consciência das lutas, das buscas e dos projetos das gerações que nos antecederam.

IHU On-Line - Qual o verdadeiro papel e importância de Paulo Freire para a pedagogia latino-americana?

Danilo Streck - A obra de Paulo Freire⁹ aparece na antologia como representando a consolidação de uma forma de pensar e de praticar a educação. A repercussão em outros continentes tem a ver com uma radicalidade que se firma na realidade concreta de um povo que busca mudar a sua vida. No texto reproduzido na antologia, inédito em língua portuguesa, ele discute a questão da

9 Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confirma, ainda, a edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, intitulada Paulo Freire. *Pedagogo da esperança*, disponível para download em <http://migre.me/2peDT>. (Nota da IHU On-Line)

liberdade cultural na América Latina e denuncia a cultura do silêncio promovida pela colonização e por posteriores formas de dominação. Para que haja desenvolvimento, o *locus* de decisão para a transformação deveria estar dentro e não fora de um ser, no caso, da sociedade. É um texto escrito em 1970, quando se criticava a modernização como transferência de modelos, de instrumentos, de técnicas e formas de vida. Enquanto “fonte”, creio que o texto é relevante para nos posicionarmos no contexto do neotecnicismo que vemos na educação, hoje. Dito de outra forma, os textos não foram selecionados com a presunção de serem atuais hoje, mas porque testemunham o envolvimento de pessoas com temas e problemas de seu tempo e que podem nos ajudar a enfrentar os problemas de nosso tempo.

IHU On-Line - Qual a especificidade da contribuição dos povos guarani, dos zapatistas e dos povos da Floresta na Amazônia para o conceito de educação que temos hoje?

Danilo Streck - O livro inicia com “a educação dos guarani¹⁰ pelos guarani”,
10 Sobre os guarani, confira a edição 331 da

com apresentação do Pe. Bartomeu Meliá¹¹, e termina com a “educação

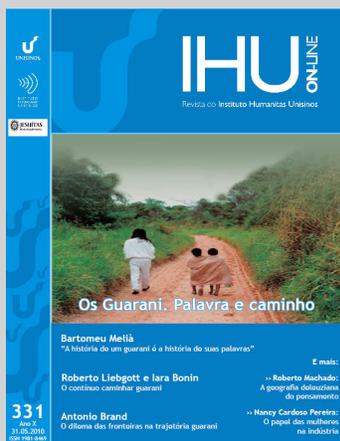
revista IHU On-Line, de 31-05-2010, intitulada **Os guarani. Palavra e caminho**, disponível em <http://migre.me/2peXu>. (Nota da IHU On-Line)

11 **Bartomeu Meliá**: jesuíta espanhol Bartolomeu Meliá, pesquisador do Centro de Estudos Paraguaio Antonio Guasch e do Instituto de Estudos Humanísticos e Filosóficos. Sempre se dedicou ao estudo da língua guarani e à cultura paraguaia. Doutor em ciências religiosas pela Universidade de Estrasburgo, acompanhou e conviveu com os indígenas Guarani, Kaingangue e Enawené-nawé, no Paraguai e no Brasil. É membro da Comissão Nacional de Bilinguismo, da Academia Paraguaia da Língua Espanhola e da Academia Paraguaia de História. Entre suas publicações, citamos *El don, la venganza y otras formas de economia* (Assunção: Cepag, 2004). Confira a entrevista *As missões jesuíticas nos sete povos das missões*, concedida por Meliá à edição 196 da **Revista IHU On-Line**, de 18-09-2006, disponível em <http://migre.me/vMqU>. Na noite de 26-10-2010 Meliá profere a conferência *A cosmologia indígena e a religião cristã: encontros e desencontros de universos simbólicos, dentro da programação do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade*. Confira a programação completa do evento em <http://migre.me/vMs5>. Confira, na edição 331 uma entrevista com Meliá, intitulada *“A história de um guarani é a história de suas palavras”*, disponível em <http://migre.me/MqPH>. Confira, ainda, o Perfil de Meliá, publicado em <http://migre.me/2pf5p>. (Nota da IHU On-Line)

rebelde e autônoma” dos zapatistas¹². É uma lembrança de que a educação nessa terra não iniciou com a vinda dos colonizadores e que, apesar do conhecido massacre físico e cultural, é nessas culturas originárias que hoje, paradoxalmente, se encontram sinais de saída para o que alguns pensadores qualificam como crise civilizacional. Da mesma forma, ao olhar o mapa da América Latina, a Amazônia aparece como apenas uma área coberta de matas (e cada vez mais de pastagens e plantações) e como um enorme vazio cultural e pedagógico. A intenção foi de sinalizar que na mata e na beira dos rios houve e há pessoas e povos que aprendem e que ensinam, e que faríamos bem em conhecer e integrar estes saberes em nossa práxis pedagógica.

12 **Zapatistas**: movimento social mexicano, iniciou suas atividades em 1994, quando o território de Chiapas, habitado por camponeses e indígenas, passou a ser debatido no mercado internacional. Nesse período, o grupo ficou conhecido por desenvolver manifestações contra o Nafta. Defendem uma gestão democrática do território, a partilha da terra e da colheita. (Nota da IHU On-Line)

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR

CICLO DE ESTUDOS EM EAD:

SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

INFORMAÇÕES EM
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Destaques

Livro digital

Os textos das mesas-redondas e minicursos apresentados no XII Simpósio Internacional IHU - A experiência missioneira: território, cultura e identidade, que ocorreu entre os dias 25 e 28-10-2010, estão reunidos no livro eletrônico do evento e disponível para download no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br)



XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU: O (DES)GOVERNO BIOPOLÍTICO DA VIDA HUMANA

13 a 16 de setembro de 2010
Local: Unisinos - Anfiteatro Pe. Werner
Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo - RS
Informações e inscrições: www.ihu.unisinos.br
ou Central de Relacionamento Unisinos - (51) 3581 1122



E-book do XI Simpósio Internacional IHU

Foi lançado o e-book do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. O referido livro digital reúne textos apresentados por especialistas de diversas áreas de pesquisa científica, em minicursos simultâneos, comunicações e pôsteres apresentados durante o evento realizado na Unisinos de 13 a 16 de setembro. Para ler, basta acessar o sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) e clicar no ícone entre as publicações, no final da página.



Livro digital do Simpósio Narrar Deus

No X Simpósio Internacional IHU: Narrar Deus numa Sociedade Pós-Metáfisica. Possibilidades e impossibilidades, realizado na Unisinos de 14 a 17 de setembro do ano passado, foi lançado o livro digital com os textos das oficinas, minicursos e comunicações do evento. Os palestrantes disponibilizaram os textos de suas conferências e o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, reuniu-os em forma de livro digital. A obra pode ser consultada e salva gratuitamente no sítio www.ihu.unisinos.br, bem ao final da página, onde se lê "Publicações". Acesse e faça o download do livro digital do Simpósio Narrar Deus.